

RELATÓRIO GERENCIAL
2º TRIMESTRE DE 2015

Brasília-DF, setembro de 2015



APRESENTAÇÃO

Este Relatório Gerencial é referente ao **2º trimestre de 2015** e consolida, também, as informações do exercício. Foi elaborado pela Diretoria Executiva com dados produzidos pelas áreas administrativas organizacionais da Fundação São Francisco de Seguridade Social subordinadas diretamente a cada diretoria. O objetivo é dar pleno conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas em cada período bem como dos resultados acumulados alcançados no trimestre, comparando-os com períodos de tempos próprios.

A importância dos relatórios gerenciais trimestrais está em possibilitar aos Conselhos um acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios. Visa fornecer subsídios para conhecimento e avaliação da gestão, dos riscos assumidos e dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado e comparativamente a trimestres iguais de exercícios anteriores.

1. COMPORTAMENTO ECONÔMICO, VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS E RESULTADO DA INDÚSTRIA DE FUNDOS DE PENSÃO.

1.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

1.1.1 Cenário Econômico

Encerrado o 2º trimestre de 2015, a população brasileira se deparou com um país fragilizado em relação às promessas contidas nos discursos do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff. No período considerado, o Brasil experimentou um cenário político conturbado e um programa macroeconômico que foi ineficiente em alçar as metas nele contidas e reagir no médio prazo às medidas de ajustes fiscais anunciadas pelo Governo e aprovadas pelo Congresso Nacional.

Assim, o país chegou ao final do segundo trimestre de 2015 com indicadores que só nos resta esquecer, gerando, inclusive, elevação nas projeções até o final do ano: **Juros altos; Inflação alta e pressionada; desvalorização do real frente à moeda americana e enfraquecimento da economia.** Neste contexto, observa-se que na economia brasileira, o cenário da atividade econômica segue bastante adverso e complicado para a administração do Governo Central.

- 1) Na política, segundo a pesquisa CNI/IBOPE, a aprovação do governo se encontra em 9,0% pelo critério ótimo/bom, o menor nível desde 1989 (governo José Sarney). O relatório mostra que 68% da população avalia o governo como ruim/péssimo, com 78,0% afirmando que não confia na presidente Dilma Rousseff. Em relação à maneira de governar, 15% aprovam e 83% desaprovam, marcando uma deterioração dos indicadores tanto em relação ao primeiro mandato quanto à última pesquisa, realizada em março deste ano.
- 2) Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a confiança da indústria registrou queda de 4,9% em junho, nível compatível com uma queda de 22,0% em relação ao mesmo mês de 2014. Os setores de Serviços e Comércio apresentaram recuo de 4,5% e 1,4% no mês, compatível com queda de 26,0% e 20,4% na comparação interanual, respectivamente. Os dados do índice para o comércio sugerem piora das perspectivas tanto pelo componente de situação atual, quanto de expectativas, com a demanda insuficiente sendo citada como principal fator limitante para o setor.
- 3) No Setor Automobilístico, encerrado o 1º semestre de 2015, a produção das montadoras é a menor em nove anos. Segundo a ANFAVEA o consumo nacional de veículos retrocedeu a níveis de oito anos atrás e os estoques encontram-se nas alturas, levando as montadoras a reduzirem a produção ao menor volume em quase uma década, apontando uma queda de 17,8% na produção em 2015, o que provocou um corte superior a 14,2% do efetivo, o que representa 22,7 mil trabalhadores a menos desde novembro de 2013, quando iniciou o atual ciclo de ajuste de mão de obra. **Fonte: Jornal Valor-07.07.2015.**
- 4) Em junho, a taxa de desemprego subiu, chegando a 6,9%, segundo números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice é o maior para o mês desde 2010, quando a desocupação avançou a 7%. Em maio, o desemprego havia atingido 6,7% e em junho de 2014, 4,8%. A população desocupada somou 1,7 milhão de pessoas, não mostrando variação em relação ao mês anterior. Já na comparação com o ano passado, esse grupo cresceu 44,9%. De acordo com o IBGE, esse é o maior aumento anual já registrado em toda a série da pesquisa, que teve início em março de 2002. Portanto, a expectativa dos



agentes econômicos quanto à taxa de desemprego no Brasil é de que, o índice ainda navegará por um canal de alta nos próximos meses.

- 5) Em junho, a divulgação do resultado dos índices de inflação medida pelo IPCA - 0,79%, acima do resultado do IPCA de maio - 0,74%, piorou o balanço de riscos inflacionários dos investidores e contribuiu para que o Banco Central sinalizasse a manutenção do ciclo de alta de juros. Com isso, houve a deterioração das expectativas quanto ao quadro fiscal, em função da queda relevante da arrecadação federal, que tornou menos factível alcançar a meta fiscal de 1,1% do PIB prevista para este ano. **Fonte: ANBIMA.**

Decorrido o 1º semestre de 2015, os resultados macroeconômicos do Brasil não corresponderam às expectativas do governo central, remetendo-se a:

(i) **Juros altos:** o juro medido pela Taxa Básica de Juros da Economia - Selic encerrou o mês de junho em 13,75%, ante 11% em junho de 2014, com tendência de novas elevações;

(ii) **Desemprego:** O índice de desemprego encontra-se em alta, alçando 8,1% no trimestre de março a maio, contra 7% no mesmo trimestre de 2014;

(iii) **PIB:** O PIB encerrou o período num canal de baixa, com expectativa de queda de 1,70% em 2015 e um crescimento de apenas 0,33% em 2016;

(iv) **Salário:** O salário perdeu o poder de compra para a inflação. Alta de 6,17% no 1º semestre, acumulando 8,89% em 12 meses;

(v) **Produção:** encerrado o 2º trimestre de 2015, o mercado registrou elevada retração nos setores produtivos, com rara exceção do Agronegócio. A produção industrial atingiu uma queda de 7,6% em um ano, até abril, e o varejo também amargou uma queda de 8,5% no mesmo período, e

(vi) **Investimentos:** Os investimentos públicos e privados caíram acentuadamente, com baixa perspectiva de retomada em 2015.

Observa-se, portanto, que o cenário macroeconômico registrado no encerramento do 2º trimestre de 2015, ainda é desfavorável para o mercado financeiro e de capitais, mantendo-se bastante volátil e desconfortável para os gestores de recursos de terceiros.

Os ativos de Investimentos do Plano I, gerido pela Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO acumulou no 2º trimestre de 2015 um crescimento de 3,56%, ante 2,63% registrado no mesmo período de 2014, acumulando no ano um crescimento nominal de 6,23%. Os ativos de Investimentos encerraram o segundo trimestre com uma rentabilidade de 3,42%, acumulando no ano 6,68%, contra uma meta de 9,54%, isto é, o resultado final acumulado ainda manteve 2,86% abaixo do mínimo necessário.

Encerrado o 2º trimestre de 2015, a rentabilidade nominal positiva alcançada no período considerado, deveu-se, ainda, em grande parte, ao **Segmento de Renda Fixa** que acumulou no ano uma rentabilidade de 9,12% - haja vista à continuidade das providências adotadas pelo Comitê de Investimentos nas operações de arbitragem (venda dos títulos longos e compra dos títulos curtos) em face da continuidade do ciclo de abertura das taxas de juros no curto prazo e queda nos juros de longo prazo, dada a política de combate à inflação adotada pelo Governo, confirmada na alta da taxa básica de juros da econômica – Selic.

Essas trocas permitiram a realização de ganhos estabelecidos pelo confronto do seu valor contábil enquanto ativo da carteira e o preço da venda, sendo este último bastante superior ao primeiro.

O resultado acumulado no primeiro semestre de 2015 mostrou-se que, a persistente queda registrada nos demais portfólios de mercado, com destaque para o fraco desempenho da carteira de Renda Variável, especificamente nos meses de janeiro e maio, quando o **benchmark do Segmento de Renda Variável - IBrX-50** registrou quedas acentuadas de 5,45% e 6,05%, respectivamente, acumulando no período considerado uma variação positiva de apenas 6,71%, é fruto, ainda, de um processo conjuntural desfavorável à economia brasileira, como comentado acima.

1.1.2 DESTAQUES INTERNACIONAIS

Nos Estados Unidos: “após fraco desempenho no primeiro trimestre, a geração de emprego acelera no segundo trimestre. No mês de junho foram criados 223 mil postos de trabalhos, frente criação de 254 mil em maio (revisado de 282). No segundo trimestre como um todo, foram criados 668 mil postos (contra 584 mil no primeiro). A média móvel trimestral, por sua vez, avançou de 187 mil para 221 mil entre maio e junho, ao passo que a média móvel de quinze meses ficou praticamente estável no período (252 mil). Na mesma pesquisa, os salários avançaram 2,0% contra 2,3% no mês anterior na comparação anual, ficando abaixo da expectativa do mercado (2,3%). Apesar da maior criação de vagas, os salários ainda permanecem em patamar baixo, o que combinado com a inflação também baixa, não criam desconforto para o FED. Portanto, ao iniciar o processo de alta de juros, o FED deve fazê-lo de forma bastante gradual. Acreditamos que o banco central americano iniciará a alta de juros em setembro deste ano”. **Fonte: BRAM - Informe Econômico - 03.07.2015.**

Na China: “os indicadores PMI industrial pararam de piorar, mas continuam apontando moderação da atividade. O PMI industrial oficial permaneceu estável em 50,2 pontos em junho. Diante a desaceleração da atividade econômica, o governo chinês tenta estimular a economia com novas medidas de estímulo. A última medida foi o corte na taxa básica de juro em 25 p.p., para 4,85%. Esse foi à quarta queda na taxa de juro desde novembro do ano passado. No mercado chinês também pesam a fraqueza do mercado imobiliário e as restrições ao financiamento dos governos regionais. As vendas ao varejo crescem mais fortemente, porém o crescimento do PIB não deverá ir além de 7% a.a. O mercado acionário chinês vive em 2015 um boom, com multiplicação do número de IPO's e crescente número de investidores, e como consequência os preços das ações dobraram em um ano. No entanto, junho foi um mês de realização, com queda de 7,2%, e aumento do risco”. **Fonte: Carta Mensal – Junho 2015 – SulAmérica – Investimentos.**

Na Zona do Euro: A Zona do Euro fechou o 2º trimestre de 2015 com a ratificação do “default” da Grécia, tornando-se a primeira economia desenvolvida a dar o calote em empréstimo do FMI, depois que os parceiros da União Europeia se negaram a atender um pedido de última hora por uma ajuda financeira de emergência. O Governo grego não depositou o valor correspondente a € 1,55 bilhão devido. Com esta atitude, os riscos de saída da Grécia do Euro voltaram a preocupar os mercados financeiro e de capitais, com reflexos globais em todas as economias, apesar das negociações continuarem. Assim, a economia europeia segue sua lenta recuperação, com crescimento apontando para 1,5% a.a. Será o segundo ano de crescimento, após longo período de ajuste no pós-crise, o que gera um ambiente bem mais positivo para a região. Todavia, os dados correntes de atividades observados na Zona do Euro continuam abaixo das perspectivas, porém, apontam para um crescimento, ainda que pequeno no decorrer do exercício de 2015.

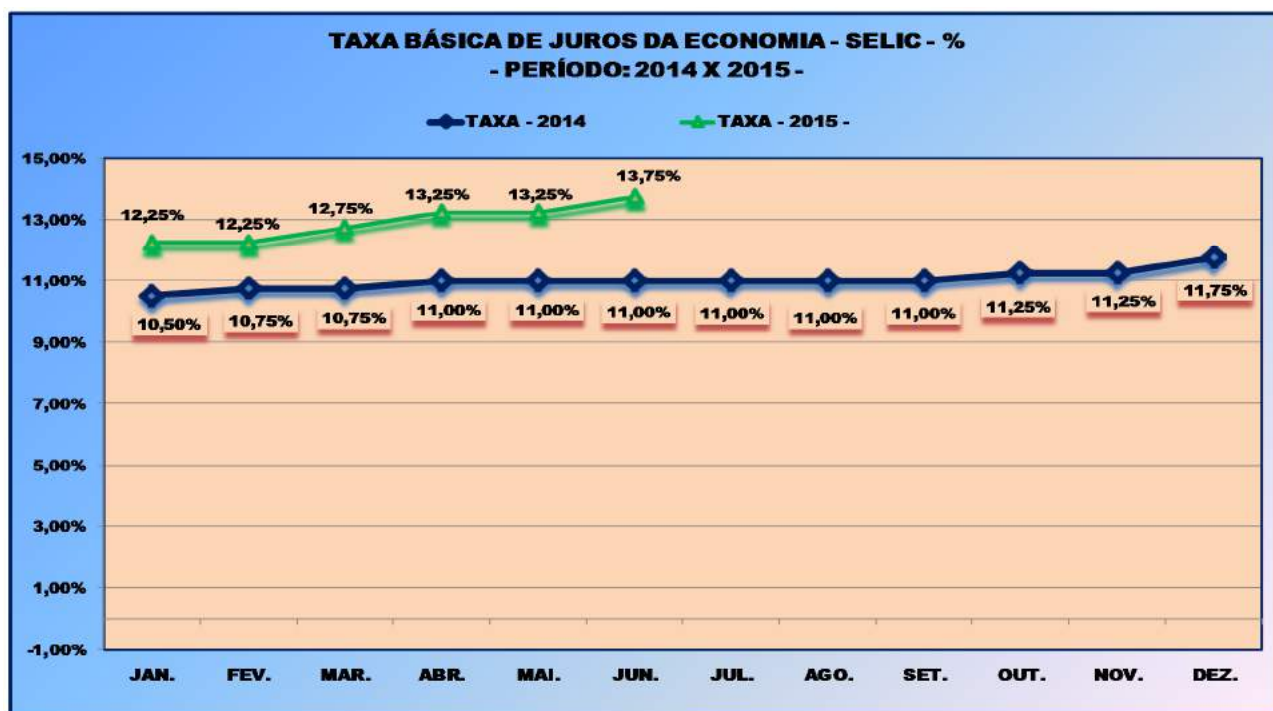
1.2 COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS:

1.2.1 Taxa Básica De Juros Da Economia – SELIC

Na última reunião do Copom, realizada nos dias 2 e 3 de junho de 2015, o Comitê decidiu por unanimidade elevar os juros básicos da economia - Selic de 13,25% para 13,75% ao ano, sem viés, uma alta de 0,50 ponto percentual, contra uma taxa de 11,00% ao ano em junho de 2014, isto é, uma alta de 2,25 pontos percentuais. O comunicado da Instituição afirmou que a decisão foi tomada avaliando o cenário macroeconômico e as perspectivas para a inflação, que continua num canal de alta. Com esse resultado, o Brasil continua na contramão da maioria dos países emergentes que estão reduzindo os juros, como o México, China, Índia, Chile e Peru. Por lado, o Banco Central Europeu (BCE) manteve na data de 02.06.2015, a taxa básica da região em 0,05% ao ano.

“Na Ata publicada pelo BACEN, o Copom considera que, desde sua última reunião, permaneceram elevados os riscos para a estabilidade financeira global, a exemplo dos derivados de mudanças na inclinação da curva de juros em importantes economias maduras. Apesar de identificar baixa probabilidade de ocorrência de eventos extremos nos mercados financeiros internacionais, o Comitê pondera que o ambiente externo permanece complexo, com possíveis episódios de maior volatilidade. No entanto, para o Comitê, prevalece tendência de atividade global mais intensa ao longo do horizonte relevante para a política monetária. Nesse sentido, as perspectivas indicam recuperação da atividade em algumas economias maduras e intensificação do ritmo de crescimento em outras, apesar de nessas economias, de modo geral, permanecer limitado o espaço para utilização de política monetária e prevalecer cenário de restrição fiscal. Importantes economias emergentes experimentam período de transição e, por conseguinte, de moderação no ritmo de atividade, em que pese à resiliência da demanda doméstica” – **Fonte BACEN.**

- Gráfico 1 -



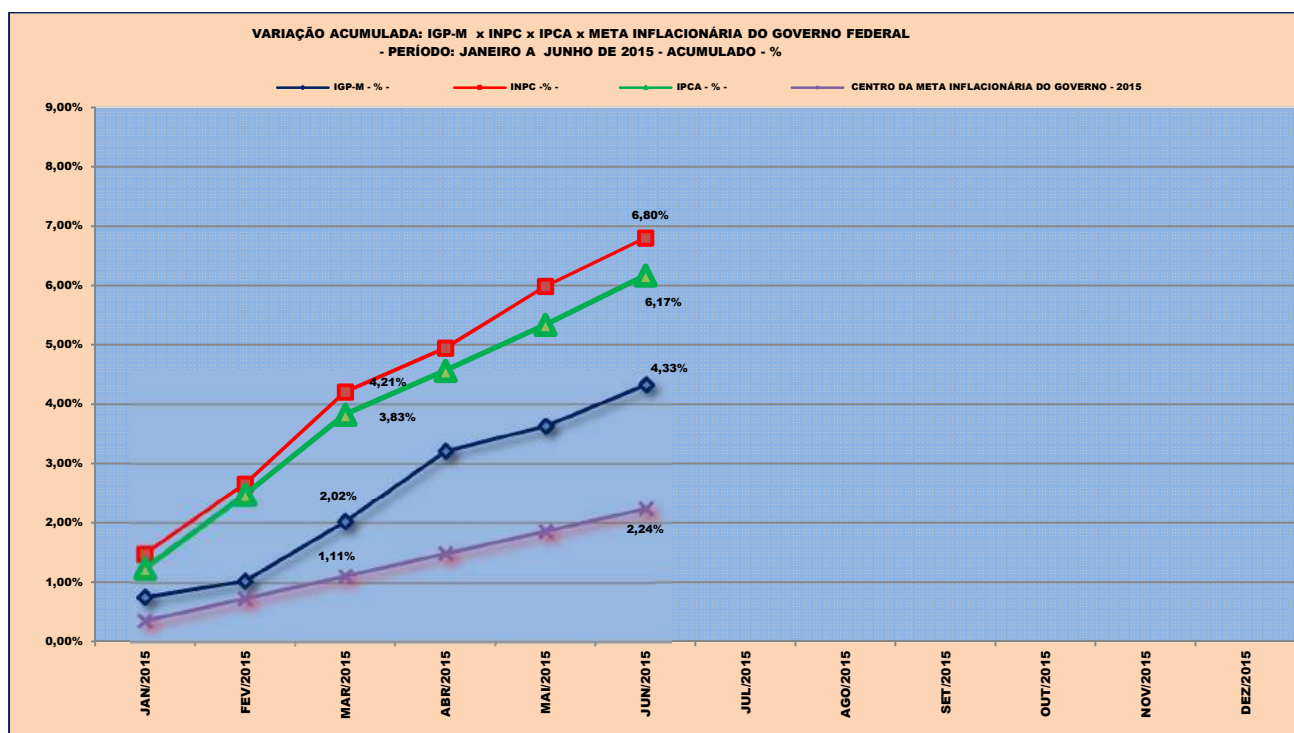
1.2.2 Taxa De Inflação – % ACUMULADA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (índice oficial de inflação do Governo Federal) registrou no 2º trimestre de 2015 uma variação de 2,36%, contra 3,83% registrado no 1º trimestre. Assim, os preços encerraram o primeiro semestre do ano com uma alta acumulada de 6,17%, muito acima da inflação registrada no mesmo período de 2014, quando o IPCA alcançou 3,75%. Esse é o maior resultado, para o período desde 2003. Nos últimos doze meses o índice acumula alta de 8,89%, a maior taxa desde dezembro de 2003, quando a taxa ficou em 9,30%, portanto, superior ao centro da meta de 4,50%, bem como ao teto da meta de 6,50% a.a. estipulada pelo Governo. O resultado encontra-se em linha com as previsões dos economistas do mercado financeiro, conforme apontavam os “Boletins Focus” publicados no decorrer do período. De acordo com o relatório Focus, a inflação deve perder fôlego em 2016. As expectativas apontam para 2015 uma inflação de 9,15%; 5,40% para 2016 e 4,40% para 2017.

“Em termos de impacto, tanto no ano quanto nos 12 meses, três grupos dominaram: **alimentação e bebidas, habitação e transporte**. Eles foram responsáveis por 71% do IPCA”, aponta os técnicos do IBGE. De maio para junho, foram as despesas pessoais que mostraram o maior aumento de preços entre tudo o que é analisado pelo IBGE. A alta, de 1,63%, é atribuída principalmente aos jogos de azar (loterias), que ficaram 30,80% mais caros. A previsão é de que o IPCA feche o ano acima de 9% - **Fonte: IBGE.**

Segundo o mercado, bem como as autoridades do Governo, há um consenso de que a inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA, tende a continuar elevada pelos próximos meses, podendo convergir em direção ao centro da meta a partir do 2º trimestre de 2016, podendo se estender até o final de 2016. A inflação ao consumidor no trimestre encerrado em junho ainda refletiu de maneira significativa o ajuste de preços relativos em curso no país e seguiu em elevação quando aferida no acumulado em doze meses. No âmbito dos preços ao produtor, a inflação registrou alta no trimestre, repercutindo, em grande parte, os efeitos da recente depreciação cambial, principalmente sobre os preços de produtos industriais.

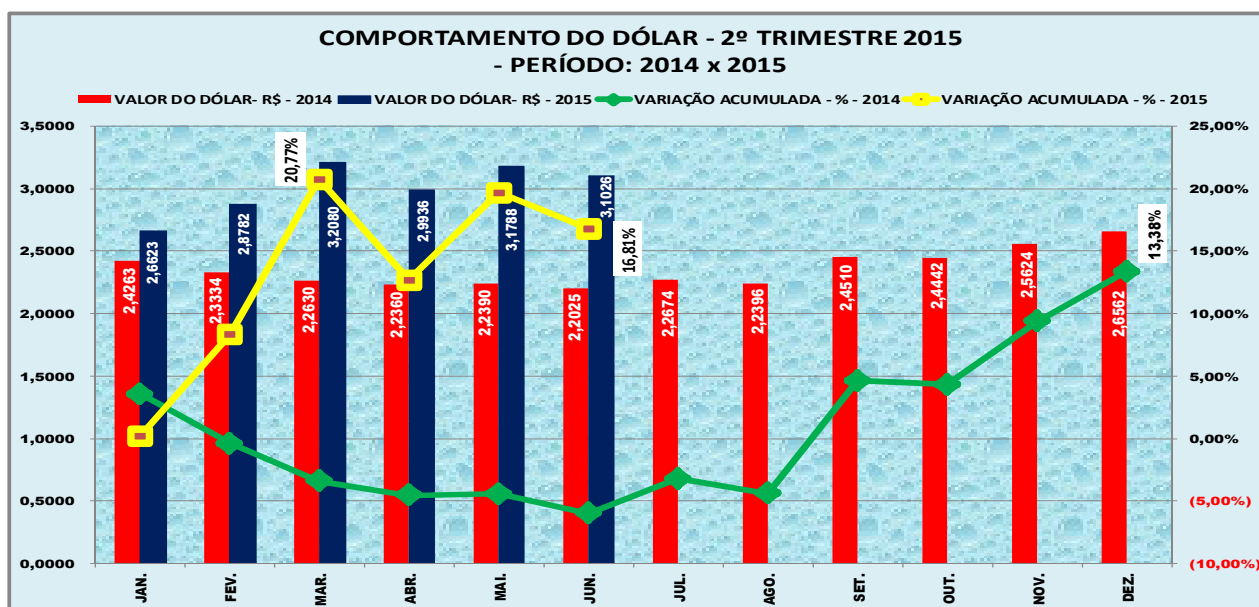
- Gráfico 2 -



1.2.3 Variação Do Câmbio – % ACUMULADO

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 2º trimestre de 2015 valendo R\$ 3,1026 contra R\$ 2,6562 em dezembro de 2014, fazendo com que o real apresentasse uma desvalorização no exercício de 16,81% frente uma desvalorização de 5,99% no mesmo período de 2014. As oscilações ocorridas no dólar no Brasil seguiram as conjunturas internacionais, quando a moeda americana se valorizou frente a praticamente todas as demais. Neste contexto, a tendência do preço da moeda americana é claramente de alta e, no segundo trimestre de 2015 continuará promovendo forte pressão sobre a inflação, aliado ao baixo crescimento do PIB brasileiro anunciada pelo Governo, que estima uma queda de 1,7% em 2015; a contínua deterioração do cenário político e expectativas de alta dos juros nos Estados Unidos.

- Gráfico 3 -



1.2.4 Indicadores Econômicos Financeiros – 2015

- Quadro 1 -

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL												
DIRETORIA DE FINANÇAS												
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2015												
ATIVOS DE MERCADO	VARIÇÕES NOMINAIS - 2015											
	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set /15	out/15	nov/15	dez/15
IBOVESPA	(6,20%)	9,97%	(0,84%)	9,93%	(6,17%)	0,61%						
IBrX-50	(5,45%)	9,81%	(0,88%)	9,66%	(6,05%)	0,64%						
US\$ (PTAX) %	0,23%	8,11%	11,46%	(6,68%)	6,19%	(2,40%)						
CDI	0,93%	0,82%	1,04%	0,95%	0,98%	1,06%						
TAXA SELIC	0,93%	0,82%	1,04%	0,95%	0,99%	1,07%						
POUPANÇA	0,59%	0,59%	0,63%	0,61%	0,62%	0,68%						
ÍNDICES DE INFLAÇÃO	VARIÇÕES NOMINAIS - 2015											
	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set /15	out/15	nov/15	dez/15
IGP-M (FGV)	0,76%	0,27%	0,98%	1,17%	0,41%	0,67%						
IGP-DI (FGV)	0,67%	0,53%	1,21%	0,92%	0,40%	0,68%						
INPC (IBGE)	1,48%	1,16%	1,51%	0,71%	0,99%	0,77%						
IPC-SP (FIPE)	1,05%	1,06%	1,07%	1,10%	0,62%	0,47%						
IPCA (IBGE)	1,24%	1,22%	1,32%	0,71%	0,74%	0,79%						
META ATUARIAL	1,07%	1,93%	1,61%	1,96%	1,16%	1,44%						
REFERÊNCIA (*)	1,93%	1,61%	1,96%	1,16%	1,44%	1,22%						
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	2,6623	2,8782	3,2080	2,9936	3,1788	3,1026						

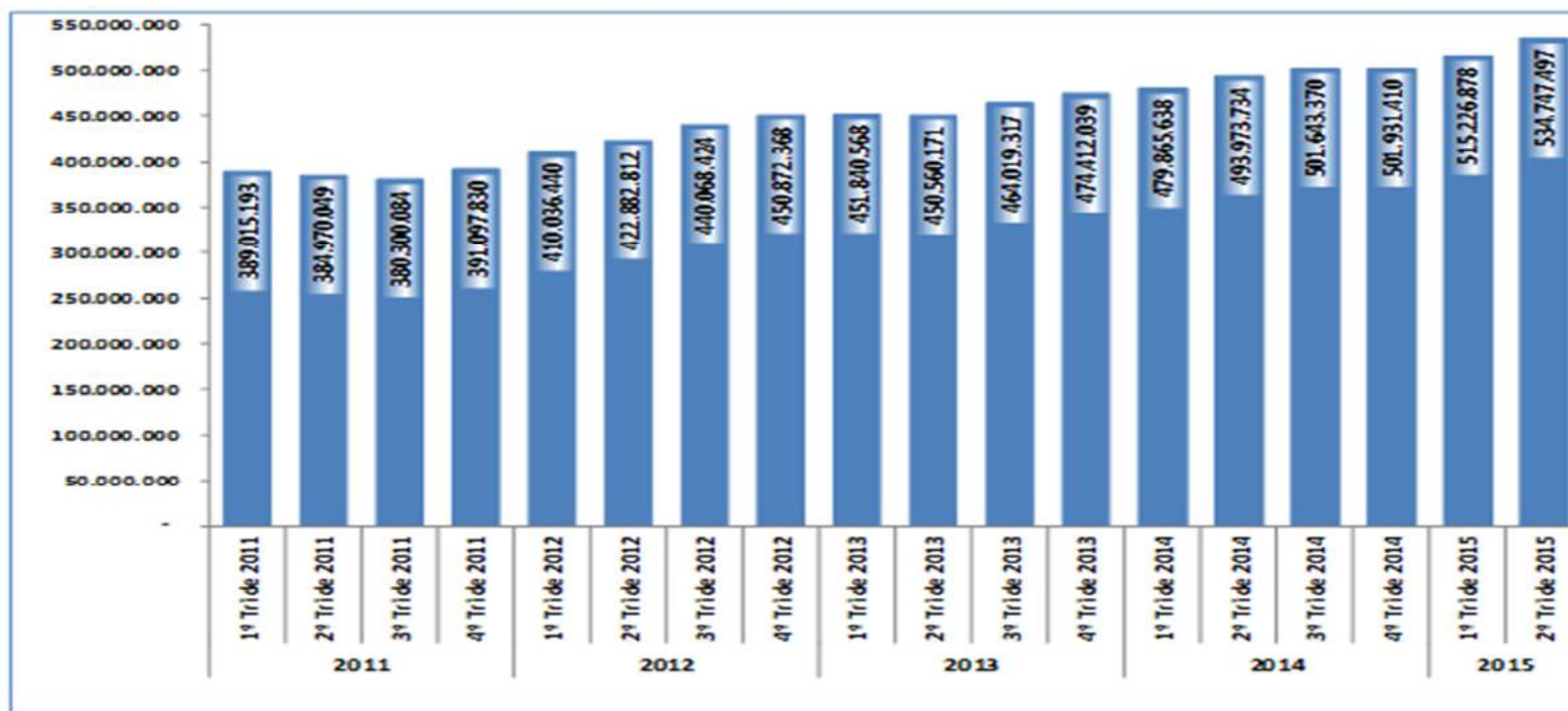
(*) REFERÊNCIA: INPC + 5,50% a.a.

1.2.5 Ativo Total Sob Gestão da SÃO FRANCISCO

1.2.5.1 Evolução

Encerrado o 2º trimestre de 2015, o Ativo Total (Planos I, II e PGA) atingiu o montante de R\$ 534,7 milhões, registrando um crescimento de 8,25% em relação ao ativo total verificado no 2º trimestre de 2014, acumulando no primeiro semestre de 2015 um crescimento de 6,54%.

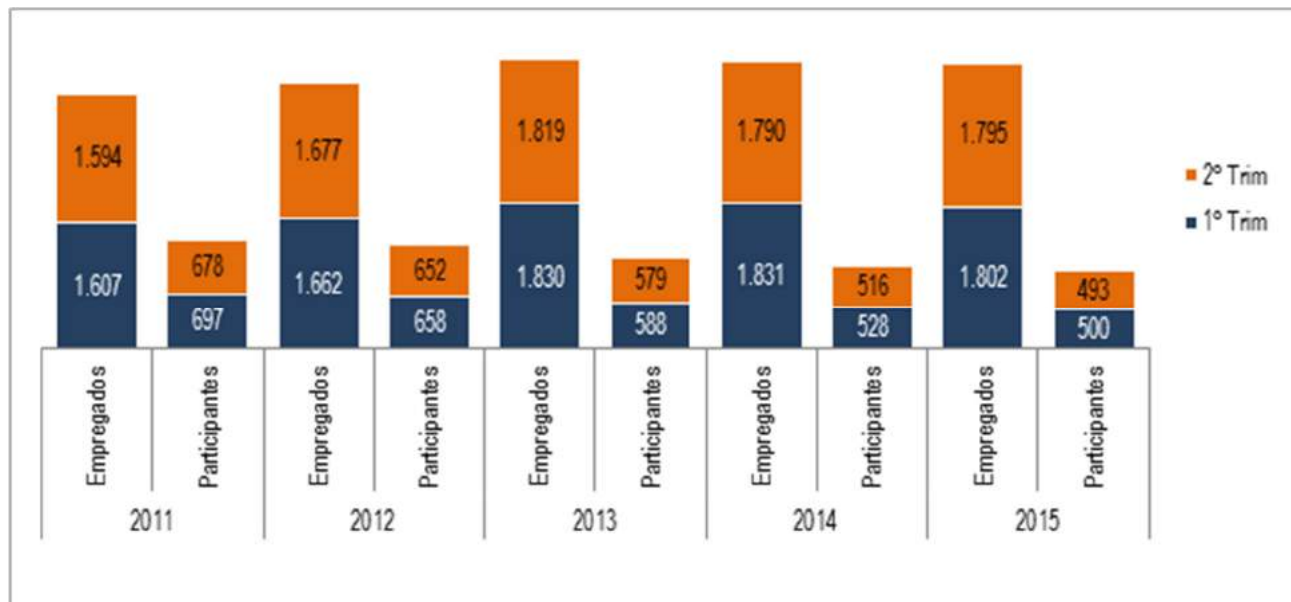
- Gráfico 4 -



2. PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

2.1 PREVIDENCIAL

Gráfico 1 – Social – Empregados X Participantes



A redução do número de participantes se deve, principalmente, a desligamentos do Plano, por requerimento de participantes. No último trimestre, 5 participantes ativos requereram o cancelamento de inscrição do plano e houve, também, 2 desligamentos por morte de participante.

Gráfico 2 – Segregação Por Sexo – Participantes Ativos

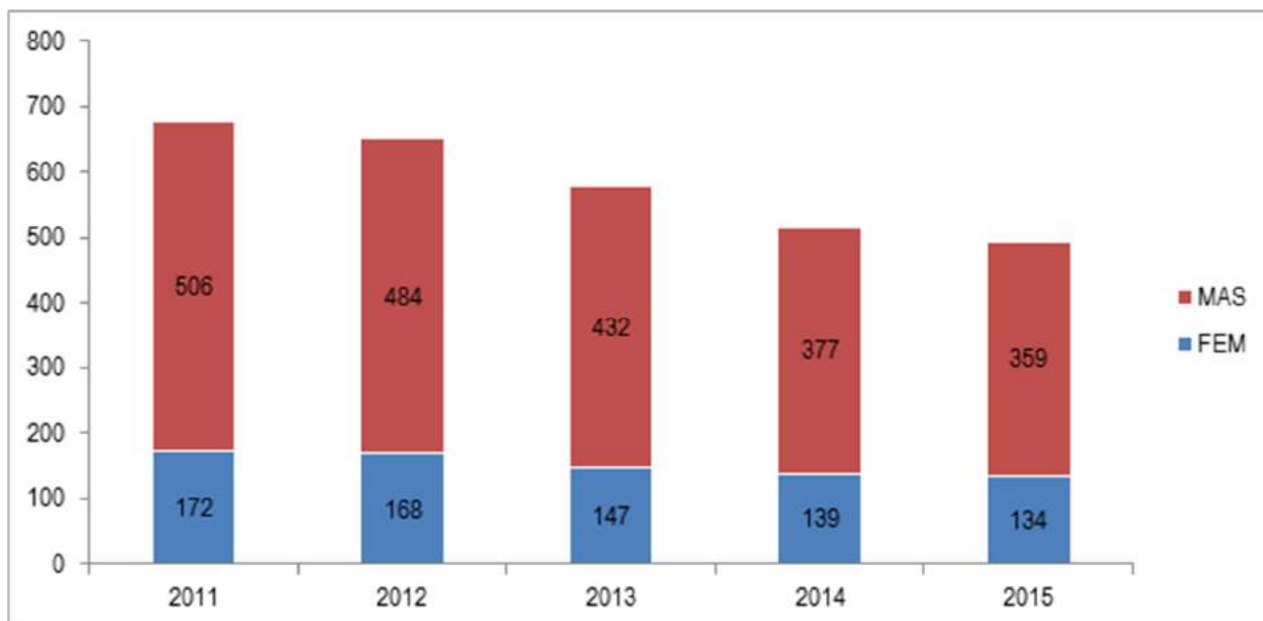


Gráfico 3 – Assistidos e Pensionistas

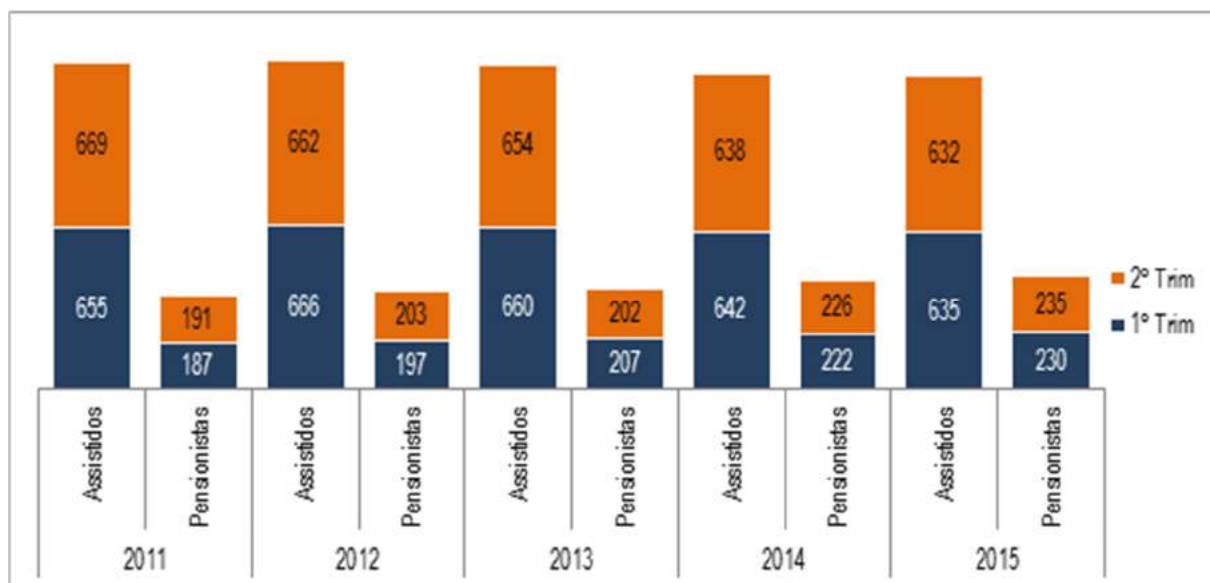
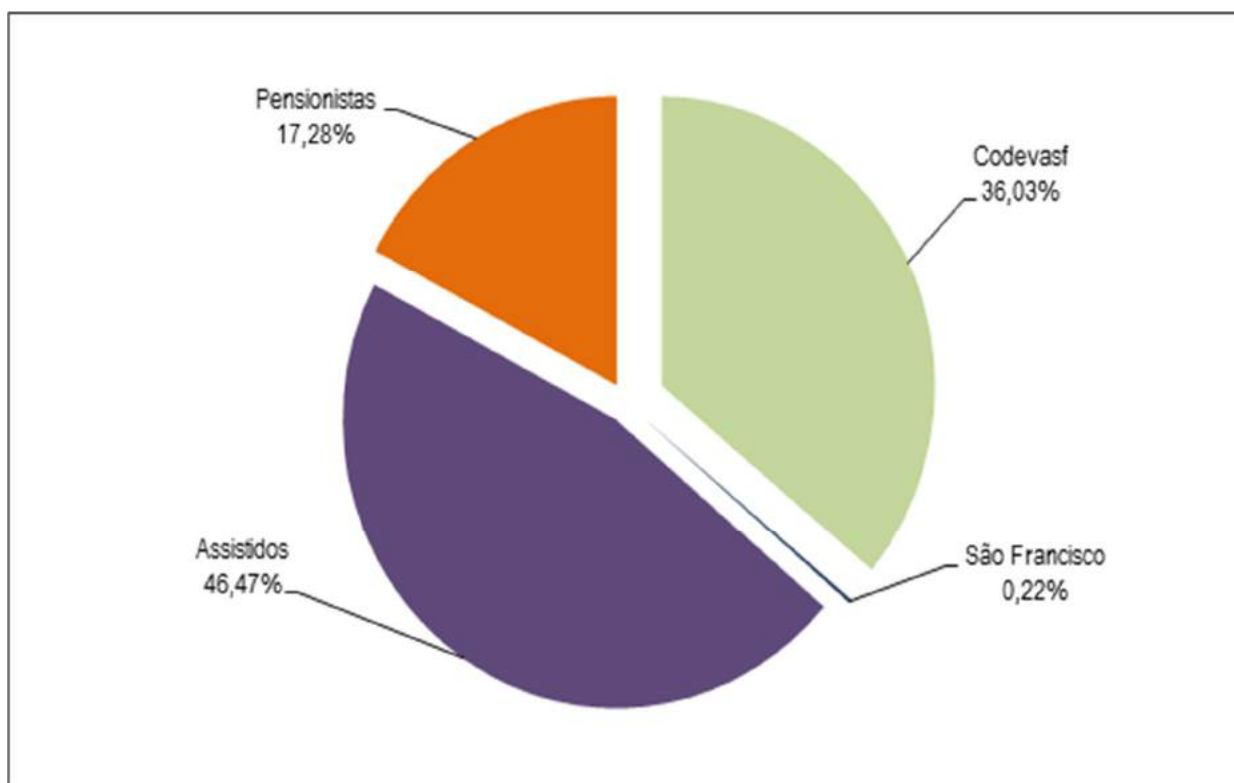
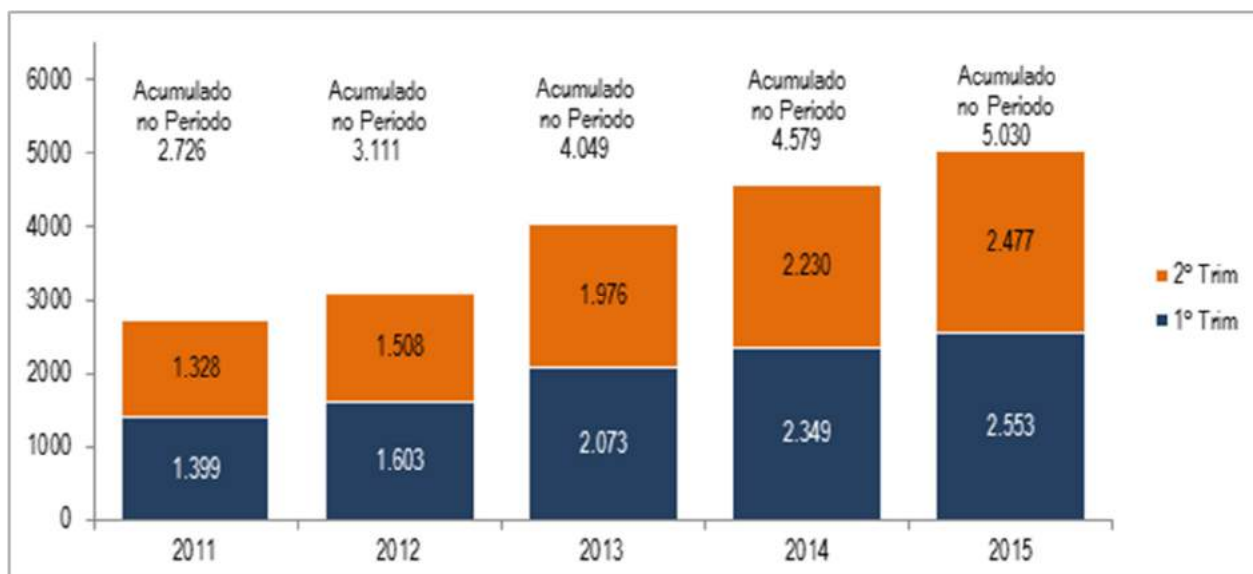


Gráfico 4 – Percentual Por Grupo De Filiados Em Relação Ao Total



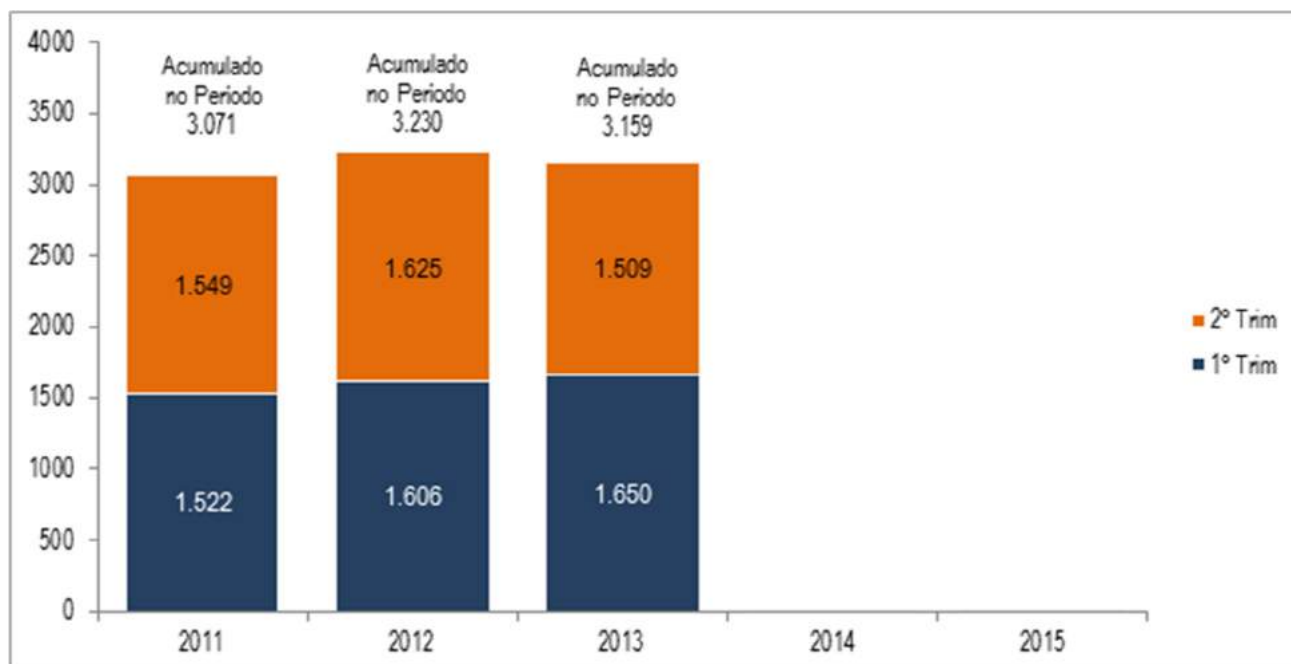
2.1.1 Receitas Previdenciárias

Gráfico 5 – Contribuições Patronais Totais – Em Mil Reais



A diferença de contribuição a menor ocorrida no 2º trimestre em comparação ao trimestre anterior deve-se, principalmente, ao pagamento de férias concedidas pela patrocinadora a seus empregados.

Gráfico 6 – Contribuições Patronais Extraordinárias Contratadas (Tempo de Serviço Passado) – Em Mil Reais



Em dezembro de 2013 foi paga a última parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.

Gráfico 7 – Contribuições Totais De Participantes Ativos – Em Mil Reais



A diferença de contribuição a menor ocorrida no 2º trimestre em comparação ao trimestre anterior deve-se, principalmente, ao pagamento de férias concedidas pela patrocinadora a seus empregados.

Gráfico 8 – Contribuições De Participantes Assistidos – Em Mil Reais

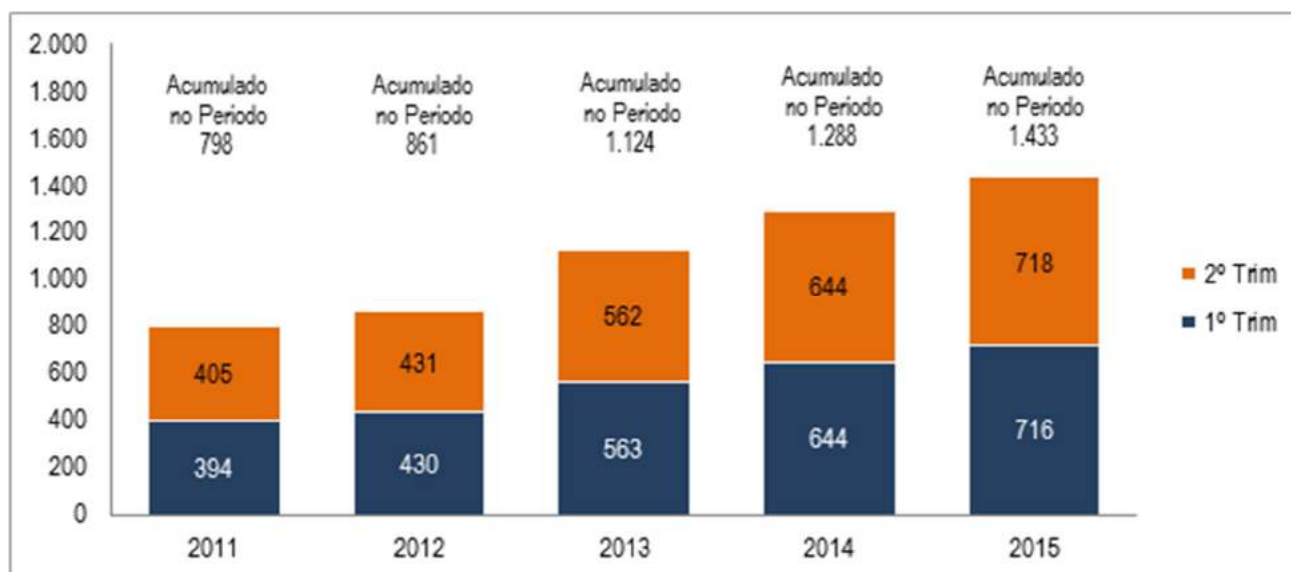
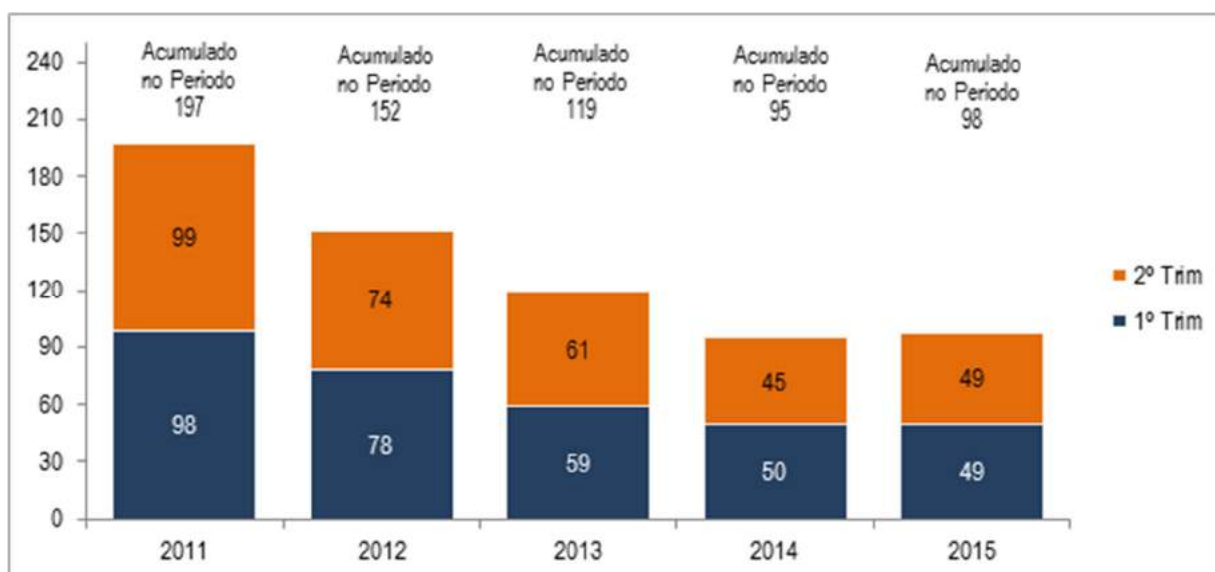
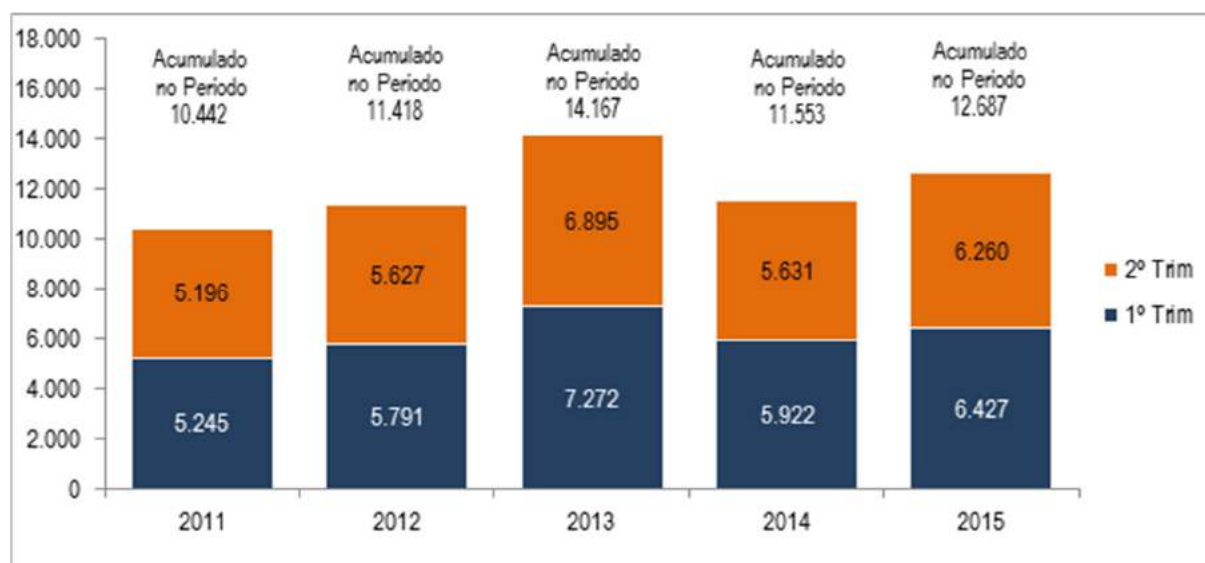


Gráfico 9 – Outras Contribuições – Em Mil Reais



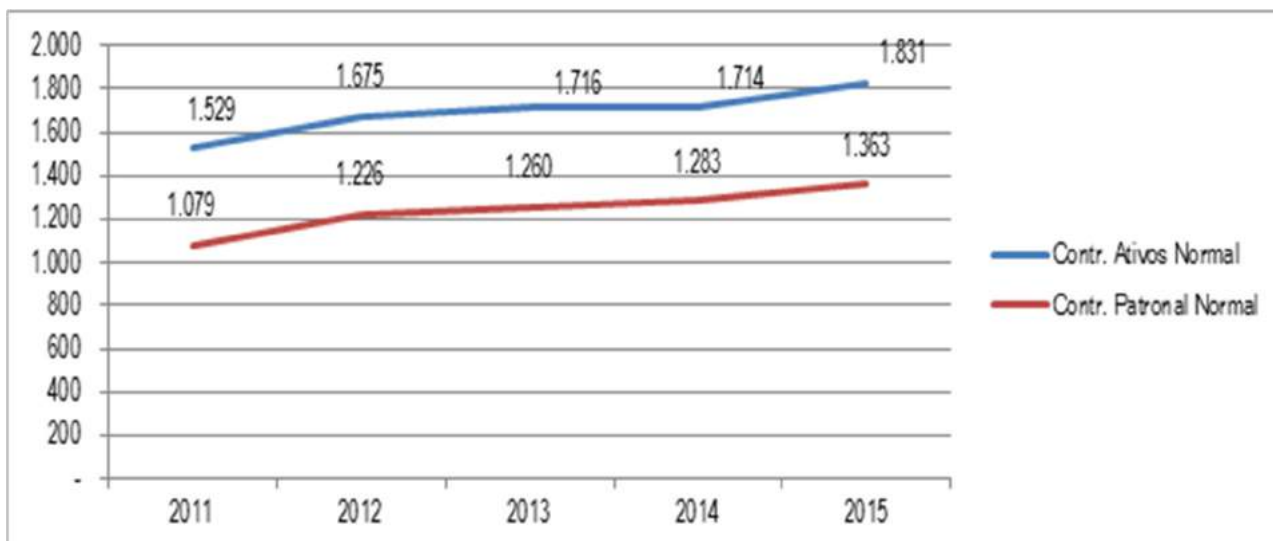
Os valores de “*outras contribuições*” correspondem às parcelas de joia atuarial e autopatrocinados.

Gráfico 10 – Evolução Das Receitas Previdenciárias – Em Mil Reais



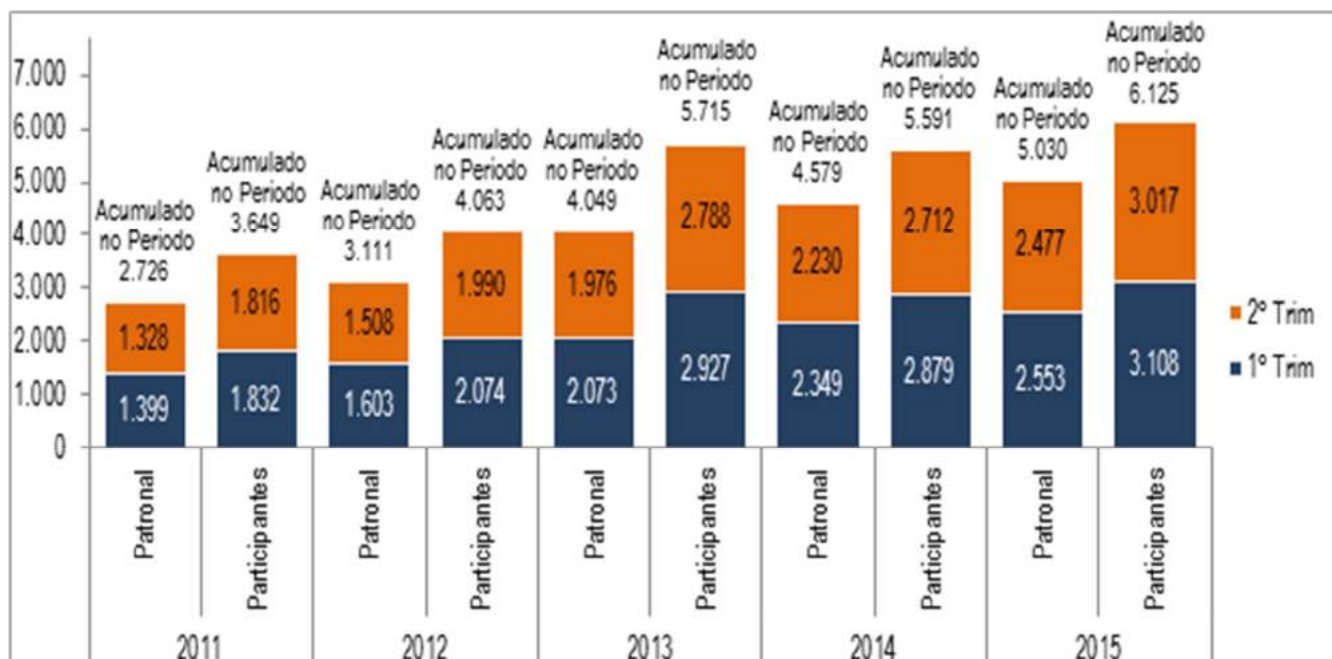
A partir de 2014 não há a parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO. A diferença de contribuição a menor ocorrida no 2º trimestre em comparação ao trimestre anterior deve-se, principalmente, ao pagamento de férias concedidas pela patrocinadora a seus empregados.

Gráfico 11 – Comparativo Das Contribuições Normais Participantes Ativos X Patrocinadora – Em Mil Reais



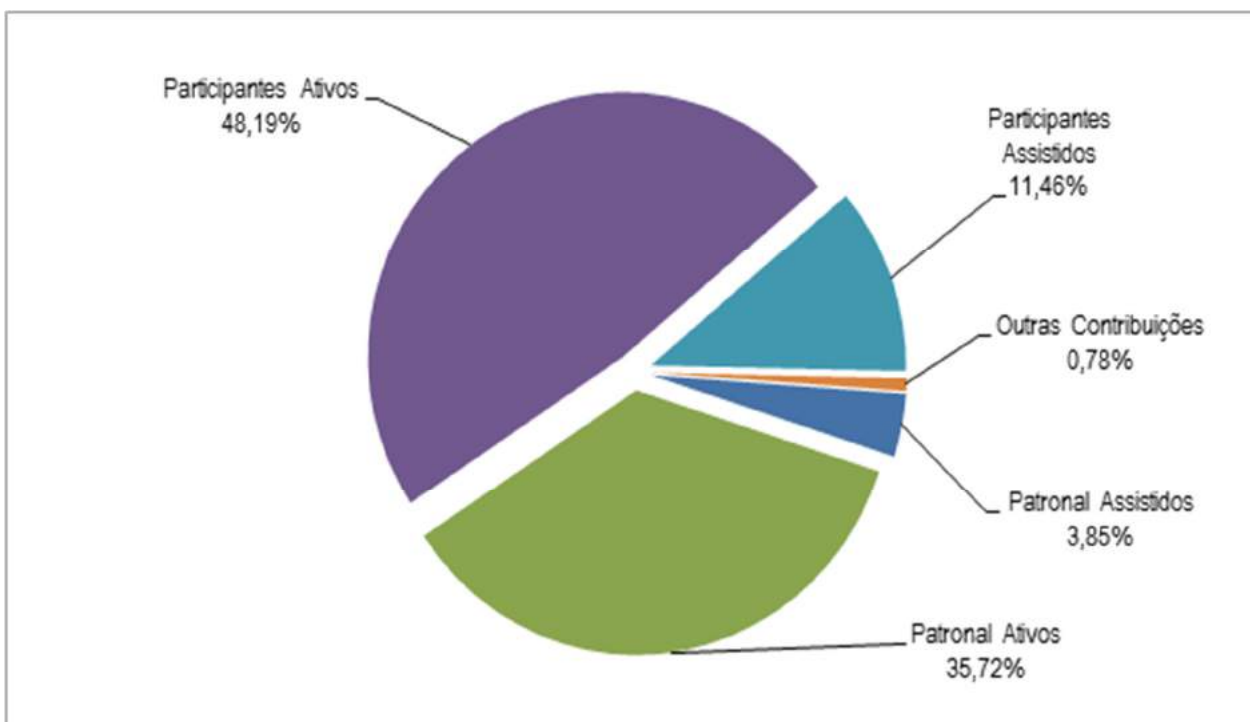
Em média, sobre a contribuição total, verifica-se que a contribuição patronal equivale a 43% e a contribuição do participante a 57%.

Gráfico 12 – Comparativo Da Contribuição Patronal X Participantes – Em Mil Reais



A diferença de contribuição a menor ocorrida no 2º trimestre em comparação ao trimestre anterior deve-se, principalmente, ao pagamento de férias concedidas pela patrocinadora a seus empregados.

Gráfico 13 – Composição Das Receitas Previdenciárias



2.1.2 Despesas Previdenciárias

Gráfico 1 – Despesas Previdenciárias Por Tipo De Benefício

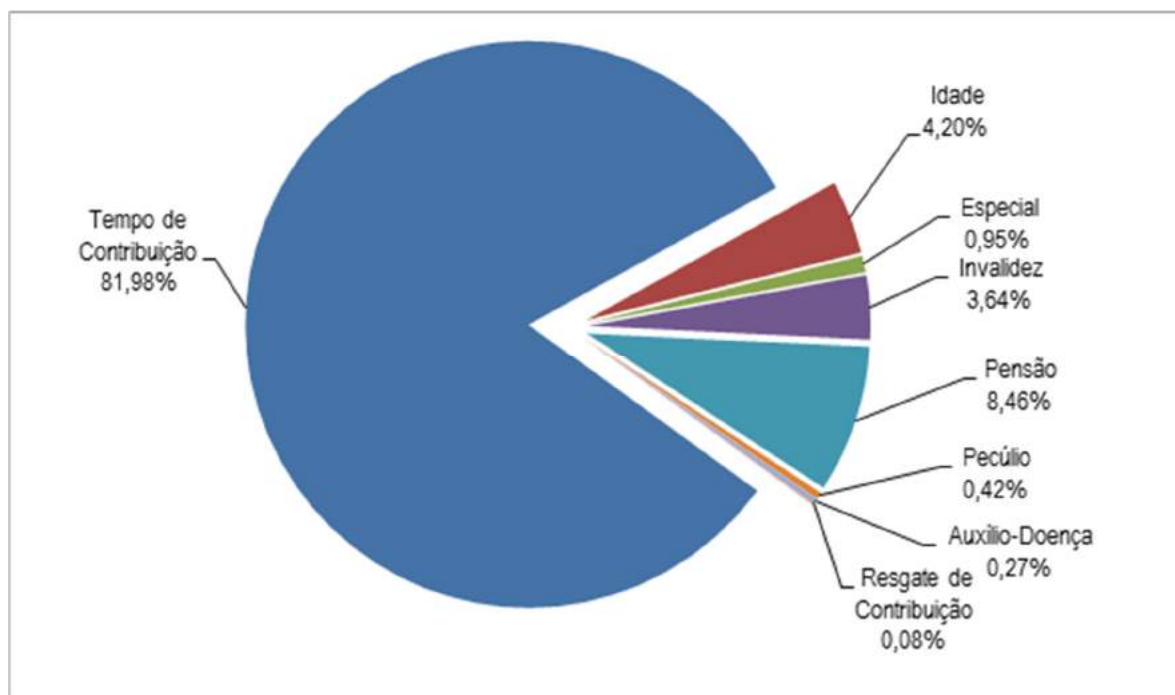
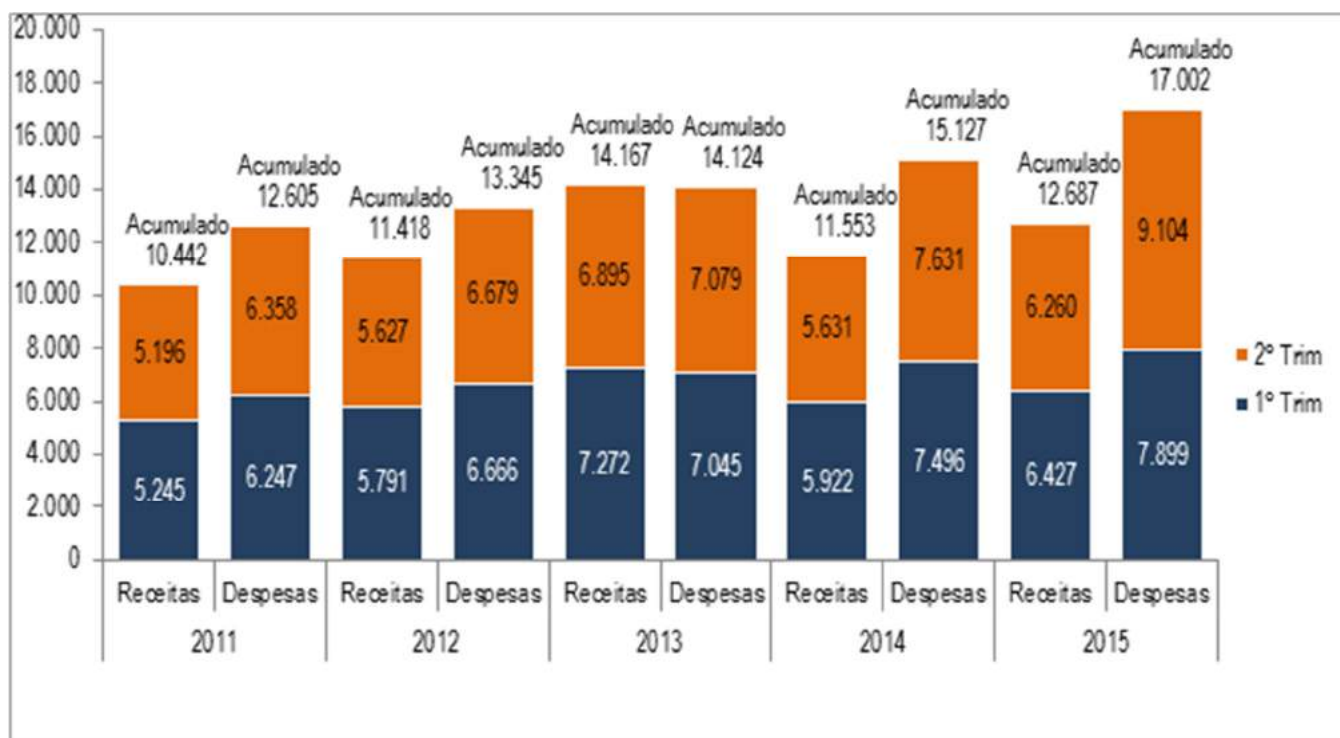


Gráfico 2 – Evolução Das Despesas Previdenciárias – Em Mil Reais



O crescimento das despesas previdenciárias, no 2º trimestre, é devido ao pagamento do acordo judicial referente ao Processo nº 2014.111.0155-9, oriundo da Ação Ordinária de Cobrança 2009.111.0119-4, em trâmite perante a 11ª Vara Cível da Comarca de Aracaju - SE, autorizado pelo Conselho Deliberativo por ocasião 21ª Reunião Extraordinária, de 2/6/2015.

Gráfico 3 – Receitas X Despesas Previdenciárias – Em Mil Reais



2.2 ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

2.2.1 Enquadramento – Política

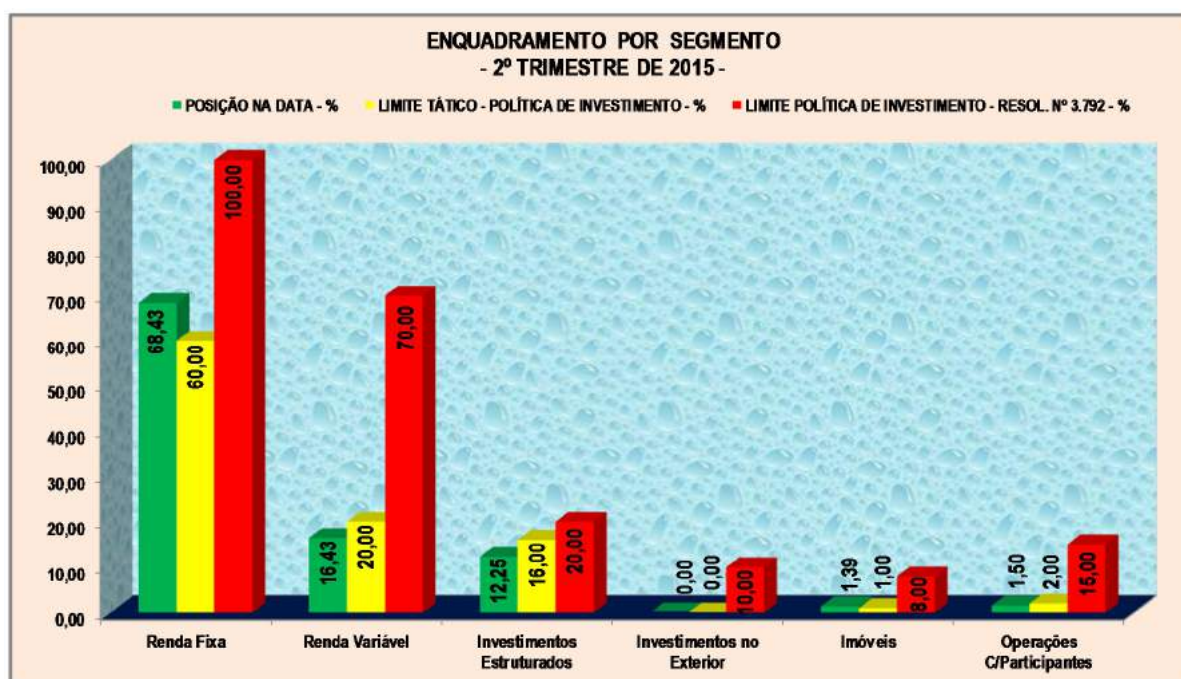
A estrutura de investimento do Plano, considerando as alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações com Participantes, encontrava-se no encerramento do **Segundo Trimestre de 2015** em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2015/2019, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total de R\$ 516.625.061,04 contra R\$ 486.314.215,08 em dezembro de 2014, registra um crescimento nominal no período de 6,23%.

- Quadro 1 -

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2014 X 2015							
- 2º TRIMESTRE DE 2015 -							
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	PLANO DE BENEFÍCIO I - BD				LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792-CMN	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO
	VALOR EQUIVALENTE - EM REAIS - R\$						
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2014	% DE ALOCAÇÃO NA DATA - RESOL. Nº 3.792 -	30.06.2015	% DE ALOCAÇÃO NA DATA - RESOL. Nº 3.792 -	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %
Renda Fixa	322.400.286,93	66,29	353.514.540,60	68,43	60,00	100,00	100,00
Renda Variável	82.994.587,11	17,07	84.860.804,50	16,43	20,00	70,00	70,00
Investimentos Estruturados	66.859.599,17	13,75	63.274.630,84	12,25	16,00	20,00	20,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1,00
Imóveis	7.366.150,48	1,51	7.209.575,99	1,39	1,00	8,00	2,00
Operações C/Participantes	6.693.591,39	1,38	7.765.509,11	1,50	2,00	15,00	5,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	486.314.215,08	100,00	516.625.061,04	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	38.332,90		17.301,17				
(-) Exigível de Investimentos	-233.325,19		-259.699,10				
TOTAL DO ATIVO DE INVESTIMENTO	486.119.222,79		516.382.663,11				

- Gráfico 1 -



2.2.2 Rentabilidade

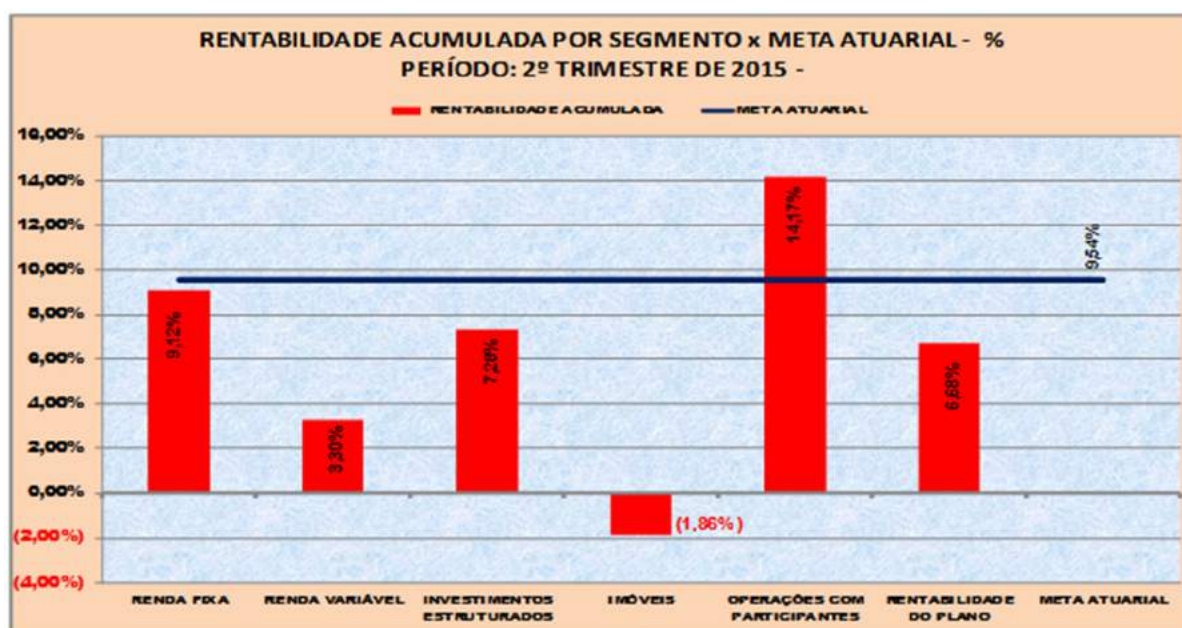
A rentabilidade nominal no 2º trimestre de 2015 de 3,42% contra 3,15% registrada no 1º trimestre de 2015 acumula no ano um desempenho positivo de 6,68%, que descontada a Meta Atuarial de 9,54%, registra desempenho negativo de 2,86%. A Renda Fixa acumulou no ano rentabilidade de 9,12%, também inferior a meta. O principal motivo, em que pese haver contribuição ocasionada pela alta dos juros que provoca a redução dos preços das NTN's precificadas para negociação, reside no descasamento entre o INPC e IPCA – o INPC (indexador do Plano) vem tendo uma variação superior à do IPCA (indexador da renda fixa). O desempenho da Bolsa de Valores no ano registra variação de 6,71% medido pelo índice **IBrX-50**. Na carteira de Renda Variável, com alocação de 16,49% ao final do 2º trimestre contra 17,07% em dezembro de 2014, a rentabilidade no ano foi de 3,30%. O desempenho do Segmento de Imóveis alcançou uma rentabilidade de menos 1,86%, sendo que houve a reavaliação do ativo no final de 2014. Nos Investimentos Estruturados resultado de 7,28% positivo, pela reavaliação dos ativos integrantes do fundo Ático – Geração de Energia.

- Quadro 2 -

RENTABILIDADE DO PLANO I - BD				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE - 2º TRIMESTRE 2015			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,16%	4,24%	9,12%	14,27%
RENDA VARIÁVEL	0,71%	2,62%	3,30%	(2,09%)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7,16% (*)	6,95%	7,28%	7,72%
IMÓVEIS	0,12%	0,11%	(1,86%)	50,83%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,88%	7,03%	14,17%	28,57%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,95%	3,42%	6,68%	9,30%
META ATUARIAL	1,44%	4,63%	9,54%	14,74%
DIVERGÊNCIA	(0,49%)	(1,21%)	(2,86%)	(5,44%)

(*) - REAVALIAÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - FIP - GERAÇÃO ENERGIA/ÁTICO

- Gráfico 2 -



2.2.3 Detalhamento Por Segmento

2.2.3.1 Renda Fixa

Alocados 68,43% do total dos Ativos de Investimentos:

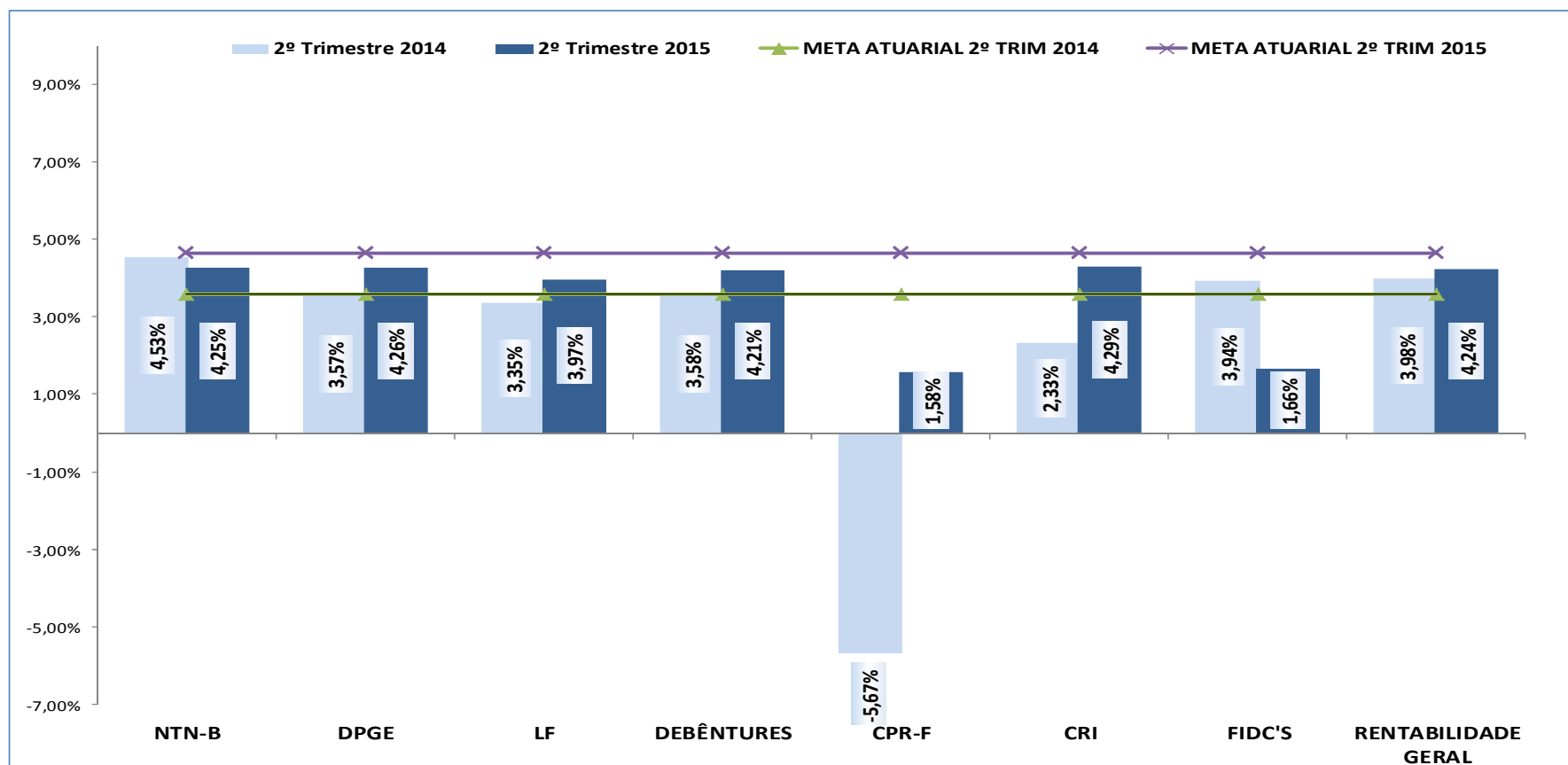
Quadro 3 – Alocação De Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/15	mai/15	jun/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 18	RENDA FIXA	353.514.540,60	100,00%	68,43%	9,8		1,71%	1,31%	1,16%	4,24%	9,12%	14,27%	3,20%	-0,42%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	235.596.295,60	66,64%	45,60%	13,5		1,83%	1,37%	0,99%	4,25%	8,78%	13,92%	2,87%	-0,75%
	NOTAS DO TESOUREIRO NACIONAL - NTN-B	235.596.295,60	66,64%	45,60%	13,5	Soberano	1,83%	1,37%	0,99%	4,25%	8,78%	13,92%	2,87%	-0,75%
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	80.558.641,39	22,79%	15,59%	1,0		1,45%	1,13%	1,53%	4,17%	9,95%	17,10%	4,03%	0,41%
	DPGE	57.663.020,50	16,31%	11,16%	0,7	-	1,47%	1,19%	1,54%	4,26%	10,15%	17,43%	4,24%	0,62%
	Baixo Risco de Credito													
	BANCO BIC S/A	13.649.390,81	3,86%	2,64%	0,7	AA- (LFRating)	1,47%	1,19%	1,55%	4,27%	10,25%	17,67%	4,33%	0,71%
	BANCO BMG S/A	3.518.162,62	1,00%	0,68%	0,0	A- (Fitch)	1,38%	1,16%	1,64%	4,24%	10,35%	17,55%	4,43%	0,81%
	BANCO FICSA S/A	8.496.159,18	2,40%	1,64%	0,8	BBB (LFRating)	1,38%	1,19%	1,61%	4,24%	10,31%	17,89%	4,40%	0,78%
	BANCO SCHAHIN S/A	8.422.580,16	2,38%	1,63%	0,8	A2 (Moody's)	1,70%	1,28%	1,48%	4,53%	10,34%	17,74%	4,42%	0,80%
	DACASA FINANCEIRA	7.563.871,61	2,14%	1,46%	1,4	-	1,36%	1,08%	1,47%	3,96%	9,58%	16,23%	3,66%	0,04%
	OMNI S/A	16.012.856,12	4,53%	3,10%	0,2	A- (Austin)	1,47%	1,21%	1,53%	4,27%	10,16%	17,51%	4,25%	0,63%
	LF	22.895.620,89	6,48%	4,43%	1,6		1,39%	1,04%	1,49%	3,97%	9,68%	16,54%	3,76%	0,14%
	Baixo Risco de Credito													
	BANCO SAFRA	17.082.809,36	4,83%	3,31%	1,3	AAA (S&P)	1,36%	1,06%	1,54%	4,01%	9,82%	16,86%	3,90%	0,28%
	BDMG	5.812.811,53	1,64%	1,13%	2,3	AAA (S&P)	1,50%	1,14%	1,36%	4,05%	9,45%	15,80%	3,54%	-0,09%
V	Emissão de Companhias Abertas	15.712.312,52	4,44%	3,04%	5,8		1,52%	1,18%	1,45%	4,21%	9,82%	16,64%	3,90%	0,28%
	DEBENTURES	15.712.312,52	4,44%	3,04%	5,8	-	1,52%	1,18%	1,45%	4,21%	9,82%	16,64%	3,90%	0,28%
	Médio Risco de Credito													
	CEMIG - GT	6.409.853,89	1,81%	1,24%	4,8	Aa2 (Moody's)	1,43%	1,10%	1,37%	3,95%	9,27%	15,47%	3,35%	-0,27%
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE	9.302.458,63	2,63%	1,80%	6,4	Aa2 (Moody's)	1,57%	1,24%	1,51%	4,38%	10,18%	17,45%	4,27%	0,65%
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	12.919.029,64	3,65%	2,50%	4,8		1,47%	1,58%	1,18%	4,29%	8,06%	13,69%	2,14%	-1,48%
	CRI	12.919.029,64	3,65%	2,50%	4,8	-	1,47%	1,58%	1,18%	4,29%	8,06%	13,69%	2,14%	-1,48%
	Baixo Risco de Crédito													
	BRC SECURITIZADORA	2.855.095,01	0,81%	0,55%	3,7	AAA (Fitch)	1,73%	1,29%	1,20%	4,28%	8,23%	13,37%	2,31%	-1,31%
	Alto Risco de Crédito													
	INFRASEC SECURITIZADORA	10.063.934,63	2,85%	1,95%	5,1	AA (LFRating)	1,39%	1,66%	1,18%	4,29%	8,00%	13,79%	2,09%	-1,53%
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	7.556.420,58	2,14%	1,46%	3,3		1,53%	1,30%	1,66%	4,56%	10,88%	18,90%	4,96%	1,34%
	EM COTA	7.556.420,58	2,14%	1,46%	3,3	-	1,53%	1,30%	1,66%	4,56%	10,88%	19,15%	4,96%	1,34%
	Alto Risco de Crédito (*)													
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	7.556.420,58	2,14%	1,46%	3,3	AA (LFRating)	1,53%	1,30%	1,66%	4,56%	10,88%	19,15%	4,96%	1,34%
§ 1º - IV	CÉDULA DE PRODUTO RURAL	1.171.840,87	0,33%	0,23%	1,0		1,64%	1,31%	1,58%	4,60%	10,71%	16,33%	4,79%	1,17%
	CPR-F	1.171.840,87	0,33%	0,23%	1,0	-	1,64%	1,31%	1,58%	4,60%	10,71%	16,33%	4,79%	1,17%
	Risco de Credito Especulativo													
	USINAS ITAMARATI	1.171.840,87	0,33%	0,23%	1,0	A- (LFRating)	1,64%	1,31%	1,58%	4,60%	10,71%	16,33%	4,79%	1,17%

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

(*) Resultado da Reclassificação, com base no modelo de avaliação de "Risco de Crédito" desenvolvido internamente pela Diretoria de Finanças, tomando-se por base os modelos utilizados pelas Agências Estrangeiras.

Gráfico 3 – Rentabilidade Nominal – No Trimestre



Comentários:

A rentabilidade de 4,24% observada no 2º Trimestre de 2015 contra 3,98% registrada no mesmo período de 2014 deveu-se à alta das taxas de juros no e à disparada do IPCA pela alta da inflação em 2015.



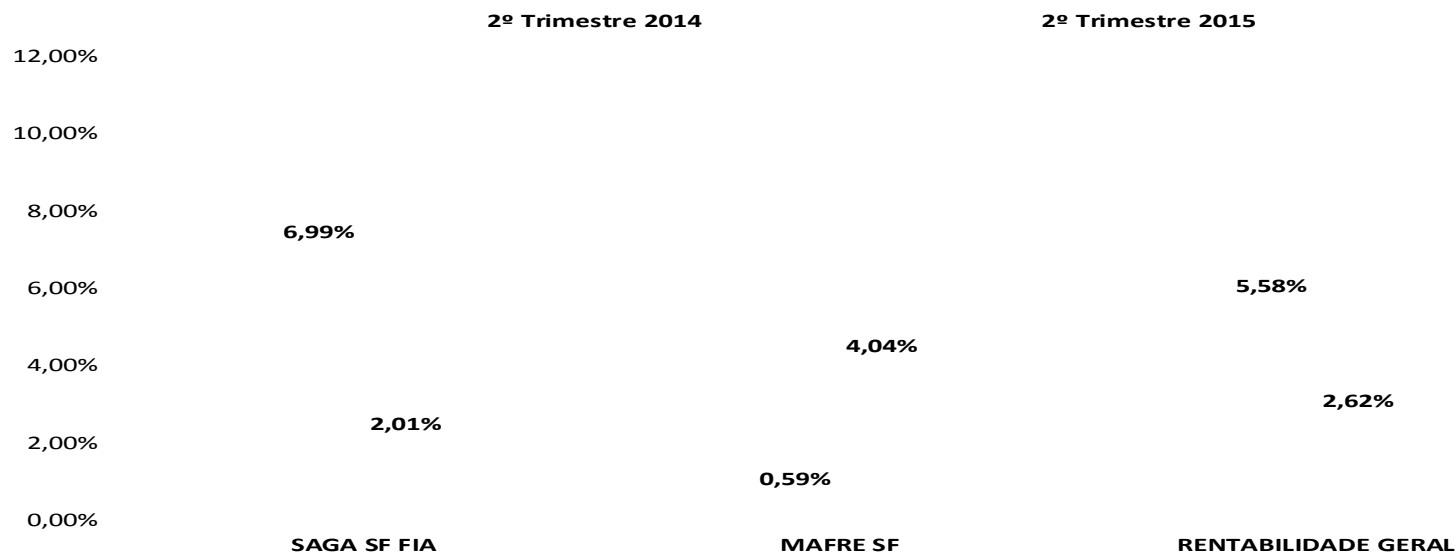
2.2.3.2 Renda Variável

Alocados 16,43% do total dos Ativos de Investimentos.

Quadro 4 – Alocação De Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/15	mai/15	jun/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	84.860.804,50	100,00%	16,43%	-		5,60%	-3,51%	0,71%	2,62%	3,30%	-2,09%	-3,41%	-6,24%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	84.860.804,50	100,00%	16,43%	-		5,60%	-3,51%	0,71%	2,62%	3,30%	-3,43%	-3,41%	-6,24%
	FUNDOS	84.860.804,50	100,00%	16,43%	-		5,60%	-3,51%	0,71%	2,62%	3,30%	-3,43%	-3,41%	-6,24%
	SAGA SF FIA	58.808.257,70	69,30%	11,38%	-	-	3,99%	-2,47%	0,58%	2,01%	0,57%	-4,99%	-6,13%	-8,96%
	MAPFRE SF	26.052.546,80	30,70%	5,04%	-		9,33%	-5,77%	0,99%	4,04%	6,24%	-3,10%	-0,47%	-3,30%

Gráfico 4 – Rentabilidade Nominal - Segmento De Renda Variável - No Trimestre



2.2.3.3 Fundos De Investimentos Em Ações – FIA's

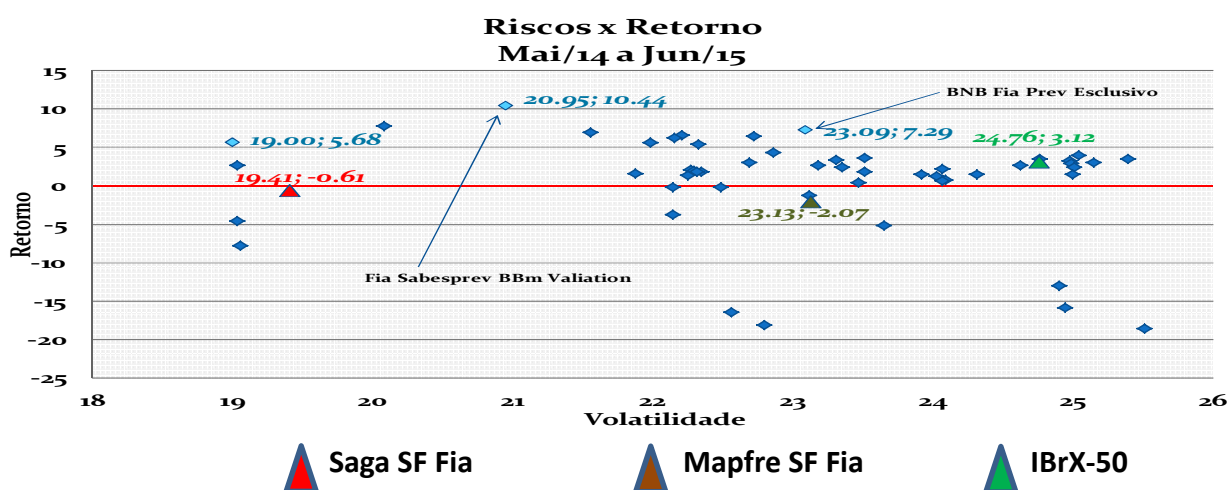
Os Fundos Exclusivos, FIA's Saga SF (11,38%) e Mapfre SF (5,04%) respondem por 16,43% dos Ativos de Investimentos.

No 2º trimestre de 2015, os FIA's registraram alta de apenas 2,62%, contra 5,58% no mesmo período de 2014. No ano, a variação positiva de 3,30%, contra a variação do **Benchmark (IBrX-50)** é resultado de uma atitude de defesa dos portfólios, dada as interpretações negativas quanto ao cenário político econômico.

No acompanhamento interno dos Fundos Exclusivos-FIA's, segundo a relação **Risco versus Retorno**, utiliza-se de dados coletados desde maio/2014, quando ocorreu a troca de gestores determinada no relatório da Previc, até 30/06/2015. Promove-se, então, a seleção da amostra da Indústria de Fundos tendo por base os seguintes parâmetros: o valor de patrimônio entre R\$ 20 e 80 milhões sob gestão; estar o regulamento adaptado a cumprir a Resolução 3.792; volatilidade superior a 19; classificação ANBIMA como FIA's; Correlação de no mínimo 90% com o IBrx – 50. O resultado da aplicação do filtro é a identificação de 55 fundos, relacionados na tabela mais adiante apresentada.

Dispondo em gráfico os resultados dos fundos selecionados, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 5 – Dispersão Risco X Retorno



Destaca-se da seleção o maior desempenho 10,44% e volatilidade de 20,95%, tendo o Saga SF com desempenho negativo de 0,61% e volatilidade de 19,41% e o Mapfre SF desempenho negativo de 2,07% e volatilidade de 23,13%, enquanto o Benchmark se apresenta com retorno de 3,12 e volatilidade 24,76.

Verifica-se que o SAGA SF apesar de apresentar desempenho negativo, teve volatilidade menor que a maioria dos Fundos (menor risco), ou ainda que, entre os Fundos com volatilidade semelhantes apenas um ficou melhor que o do SAGA SF. Já em relação ao MAPFRE SF, este apresentou volatilidade superior à maioria da amostra e rentabilidade negativa, o que o difere entre os seus semelhantes de forma negativa. Ambos, Saga e Mapfre, entretanto, em relação ao IBrX-50, em que pese o desempenho inferior, se saíram melhor com relação ao risco dada a menor volatilidade. Entretanto, deve-se evidenciar que de toda a amostra, se observa muito poucos fundos a superarem o *Benchmark* (IBrX-50), nas suas relações retorno sobre unidade de risco. Solicita-se a apreciação desse fenômeno na tabela abaixo, quando é possível identificar que somente 17 fundos se posicionaram a frente da referência, ou seja, apenas 30,91% da amostra.

No resultado final da análise, os gestores Saga e Mapfre têm confirmada a estratégia definida pela São Francisco, ceder parte da rentabilidade em troca de uma atitude voltada à diminuição do risco. Entretanto deve ser ressaltada, ainda, que parte da perda de rentabilidade está associada aos custos envolvidos na administração que, como antevisto em nossas argumentações à Previc, a segregação em grupo econômico distinto, entre gestor, administrador e custodiante, acarretaria a perda da “Economia de Escala”, uma vez que a taxa de administração consome parte significativa dos resultados das gestões. Cabe também deixar anotado que o benchmark não possui custos, tendo sua rentabilidade expressa somente em função das cotações das ações que o compõem.

Quadro 5 – FIA’s Da Amostra Selecionada

Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Jun/15	Volatilidade Anual Mai/14 a Jun/15	Prêmio Por Unidade de Risco	Patrimônio 30.Jun.15 em R\$ milhares
1	FIA Sabesprev BBM Valuation	10.44	20.95	0.4983	33.020
2	Frg FIA Q	7.81	20.08	0.3889	46.653
3	BNB FIA Prev Exclusivo	7.29	23.09	0.3157	23.993
4	FIA Gap Valor Pernambuco	6.9	21.56	0.3200	45.876
5	Previdencia "B" FIA	6.53	22.21	0.2940	38.938
6	FIA Rva Emb	6.47	22.72	0.2848	78.094
7	Frg FIA Gap	6.24	22.16	0.2816	57.592
8	FIA Botanica Sustentabilidade	5.68	19.00	0.2989	69.268
9	FIA Rva Emb II	5.62	21.98	0.2557	41.531
10	Bradesco FIA Ibrx Ativo Leblon	5.44	22.33	0.2436	39.542
11	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	4.33	22.86	0.1894	46.081
12	Rt Equinox Acoes FI	3.99	25.04	0.1593	49.927
13	Itau Index Acoes Ibrx FI	3.68	23.51	0.1565	75.261
14	Rt Solstice Acoes FI	3.51	24.76	0.1418	56.282
15	Safra Setorial Bancos FIA	3.48	25.4	0.1370	30.615
16	Turquoise Dc Plan FIA Previdenciario	3.39	23.31	0.1454	76.230
17	Itau Caixa Acoes FI	3.29	24.98	0.1317	64.563
18	Ibrx-50	3.12	24.76	0.1260	-
19	FIA Lince	3.06	22.69	0.1349	59.796
20	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	3.01	25.15	0.1197	23.517
21	Blackrock Inst Ibovespa Yield FIA	2.97	24.99	0.1188	20.666
22	Parati Prev FIA	2.73	23.18	0.1178	66.106
23	HSBC FI em em Acoes Ibovespa Gestao	2.71	24.63	0.1100	48.919
24	Itau Fof Rpi 30 Master Acoes Ibovativ FI	2.64	19.04	0.1387	71.183
25	Blackrock Inst Ibovespa FIA	2.45	25.01	0.0980	32.629
26	Santander FI Ativo II Acoes	2.41	23.35	0.1032	22.766
27	Harbor FIA	2.2	24.07	0.0914	20.913
28	FIA Constelacao	2.06	22.27	0.0925	66.473
29	Bosch Brasil VIII FIA Previ	1.91	22.3	0.0857	35.377
30	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	1.88	23.51	0.0800	30.368
31	FIA Turquesa	1.81	22.35	0.0810	75.442
32	Ft FEF Cd FIA	1.79	22.32	0.0802	66.526
33	Gerdau Previdencia FIA 04	1.64	21.88	0.0750	44.520
34	FIA Multiply Variable	1.54	24.32	0.0633	37.246
35	Porto Seguro Acoes Master FI Prev	1.53	25	0.0612	58.118
36	Luxor Acoes FI	1.43	23.92	0.0598	37.070
37	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	1.39	22.25	0.0625	64.529
38	Wa Ibovespa Ativo FIA	1.2	24.03	0.0499	22.669
39	FIA Esmeralda	0.78	24.09	0.0324	56.124
40	FIA Turmalina	0.66	24.07	0.0274	53.675
41	HSBC FIA Salubre	0.43	23.47	0.0183	46.916
42	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	-0.14	22.14	-0.0063	39.139
43	Franklin Templeton Ibx FIA	-0.15	22.49	-0.0067	52.068
44	Saga Sf FIA	-0.61	19.41	-0.0314	58.808
45	Veneza Institucional FIA	-1.29	23.12	-0.0558	75.394
46	Mapfre Sf FIA	-2.07	23.13	-0.0895	26.053
47	BNP Paribas Grand Prix Ibvsp FIA	-3.73	22.14	-0.1685	27.975
48	BB Top Acoes Dividendos Ativo FI	-4.5	19.03	-0.2365	20.060
49	HSBC FIA Ibovespa Valuation	-5.13	23.65	-0.2169	61.776
50	Az Legan Brasil FIA	-7.73	19.06	-0.4056	32.571
51	HSBC FIA Dividendos Master	-13.03	24.9	-0.5233	54.041
52	HSBC FIA Dividendos	-15.85	24.95	-0.6353	22.843
53	Santander FI Dividendos Top Acoes	-16.36	22.56	-0.7252	56.008
54	Sul America Total Return FIA	-18.08	22.8	-0.7930	52.428
55	Telos Idiv FIA	-18.6	25.51	-0.7291	44.560

Observação: a tabela está ordenada segundo o prêmio por unidade de risco.

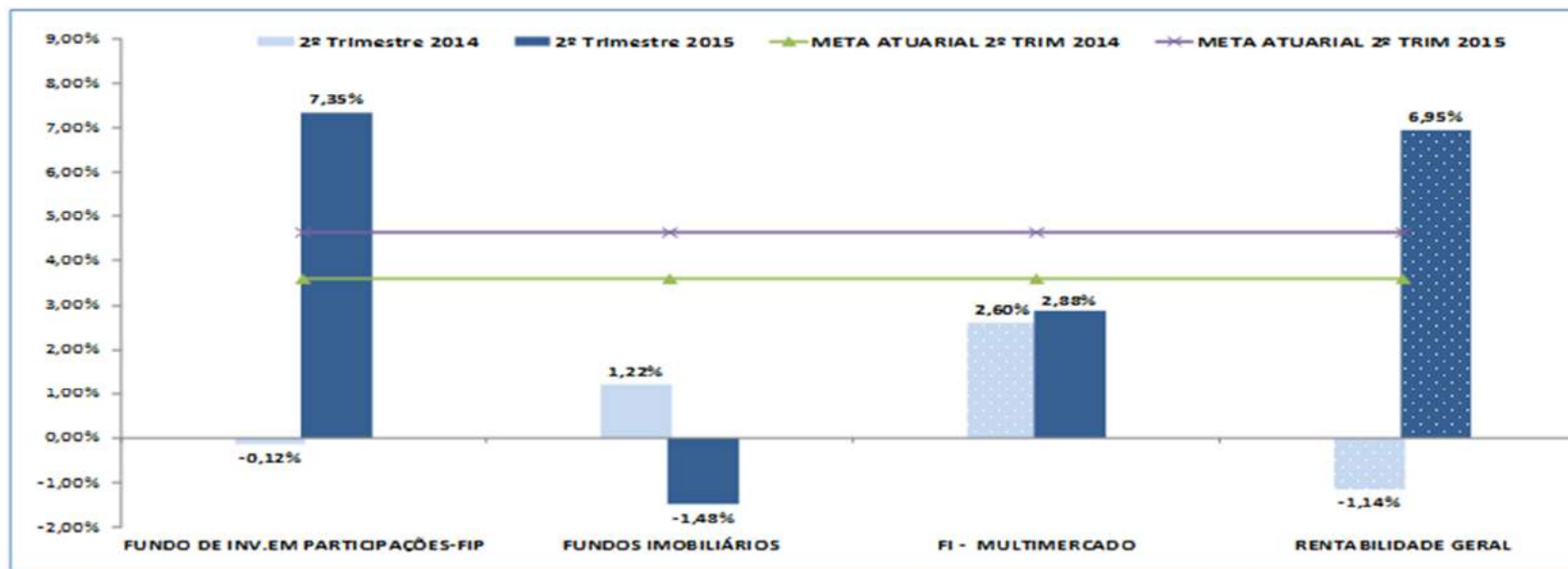
2.2.3.4 Investimentos Estruturados

Alocados 12,25% do total dos Ativos de Investimentos:

Quadro 6 – Alocação De Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.782)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/15	mai/15	jun/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	63.274.630,84	100,00%	12,25%	12,7		-0,24%	0,04%	7,16%	6,95%	7,28%	7,72%	1,36%	-2,26%
I	Fundos de Investimento em Participações	59.625.029,17	94,23%	11,54%	12,7		-0,04%	-0,04%	7,44%	7,35%	7,21%	6,94%	1,30%	-2,32%
	ENERGIA PCH JURUENA - INFRA ASSET MANAGEMENT	44.954.560,23	71,05%	8,70%	16,5	-	-0,03%	-0,03%	-0,04%	-0,10%	-0,20%	-0,39%	-6,11%	-9,74%
	GERAÇÃO ENERGIA - ÁTICO ASSET MANAGEMENT	14.670.468,94	23,19%	2,84%	1,2	-	-0,09%	-0,09%	39,38%	39,13%	38,78%	38,01%	32,87%	29,25%
III	Fundos de Investimento Imobiliário	3.558.053,98	5,62%	0,69%	-		-4,01%	0,89%	1,73%	-1,48%	1,36%	9,09%	-4,56%	-8,18%
	MEMORIAL OFFICE - COINVALORES DTVM	3.558.053,98	5,62%	0,69%	-	-	-4,01%	0,89%	1,73%	-1,48%	1,36%	9,09%	-4,56%	-8,18%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	91.547,69	0,14%	0,02%	-		0,93%	0,92%	1,00%	2,88%	5,78%	11,31%	-0,13%	-3,75%
	SAGA SNAKE FIM	91.547,69	0,14%	0,02%	-		0,93%	0,92%	1,00%	2,88%	5,78%	11,31%	-0,13%	-3,75%

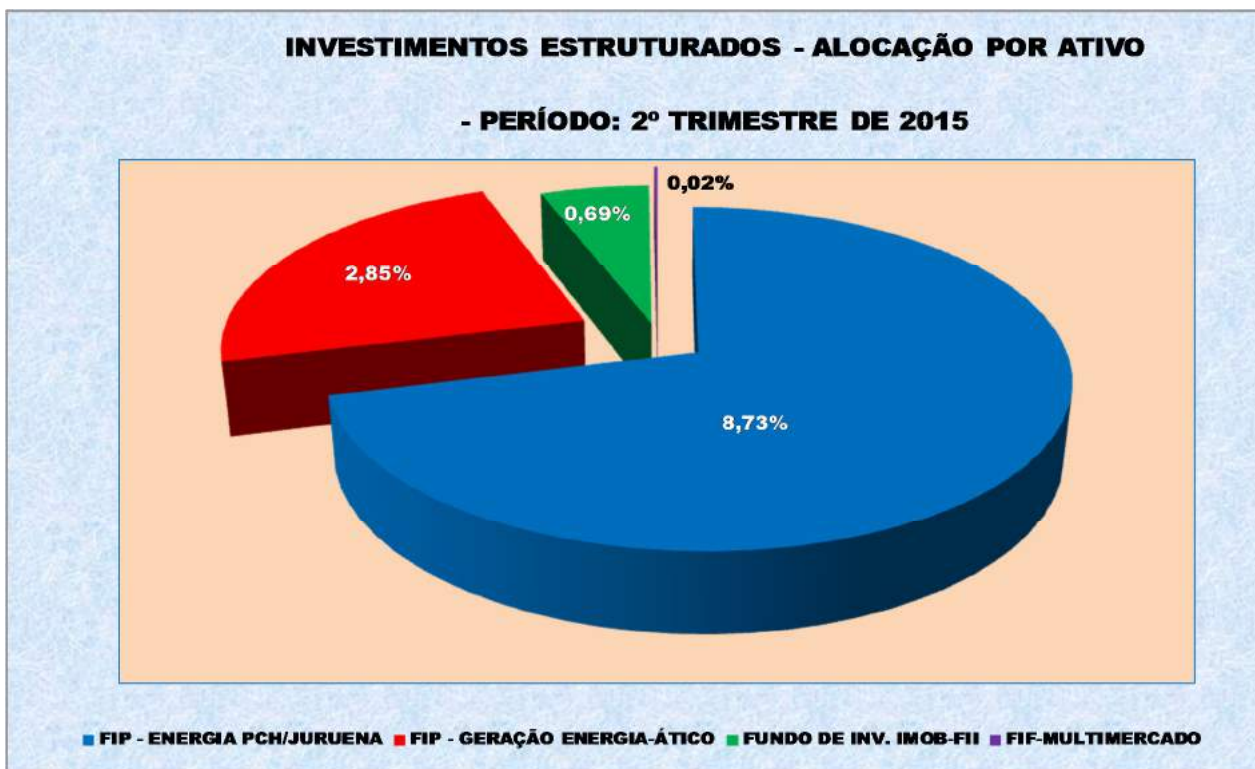
Gráfico 6 – Rentabilidade Nominal Comparada No Trimestre



Comentários:

No 2º trimestre de 2015 a rentabilidade foi positiva em 6,95% contra rentabilidade negativa de 1,14% no 2º trimestre de 2014. A melhoria observada deveu-se ao processo de reavaliação ocorrida em 30.06.2015 no **FIP-Geração Energia, gerido pela Ático**, em função da valorização das empresas investidas, levantada pela empresa de consultoria em energia, denominada Leme Engenharia, multinacional ligada ao grupo GDF SUEZ, a qual impactou nominal em 39,38% no valor da cota do Fundo.

Gráfico 7 – Alocação Por Ativos Detidos



FIP Energia PCH (Projeto Juruena):

Em 30 de junho de 2015, encontrava-se alocado no **FIP Energia PCH** o valor de R\$ 44.954.560,23, que representa 8,73% do total dos ativos de investimentos do Plano I. A revalidação da outorga, prevista em contrato, dar-se-á em 2032. Ocorrendo a renovação da outorga, o retorno para os cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a. Caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a.

Rentabilidade:

O Fundo registrou no 2º trimestre de 2015 uma rentabilidade negativa de (0,10%), contra uma rentabilidade negativa de (0,10%) registrada no 1º trimestre. Com esse resultado o Fundo acumulou no ano desempenho negativo de (0,20%), ante uma meta atuarial de 9,54% no mesmo período, isto é, uma variação negativa de 9,74%. Mais uma vez a expectativa inicial de rentabilidade prevista no regulamento, IGP-M + 14% a.a. não se confirma e, nem mesmo aquela encontrada no laudo de avaliação.

FIP - Geração de Energia - Ático:

- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
- **Rentabilidade Alvo:** IPCA + 10,50% ao ano. Seu prazo de existência está programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento deve ser finalizado em 2018. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, tendo em vista que ainda se está no prazo dos investimentos, ou seja, sem geração líquida de caixa para distribuição.

O Fundo registrou no 2º trimestre de 2015 rentabilidade positiva de 39,13%, contra rentabilidade negativa de (0,25%) no 1º trimestre. Com esse resultado o Fundo acumulou no primeiro semestre desempenho positivo de 38,78%, ante a meta atuarial de 9,54%, logo, variação positiva de 29,24%.

Fundo de Investimento Imobiliário - Memorial Office Building:

No decorrer de 2014 o Comitê de Investimento deliberou pela alienação das cotas do fundo, mesmo abaixo do valor contábil. Ocorre que a liquidez para o ativo dado o cenário de alta de juros de curto e médio prazo, é bastante reduzida, e vem dificultando a venda do total das cotas. No mês de junho de 2015, o que foi possível alienar atingiu somente 100 cotas, representado R\$ 11.804,10, correspondente a 0,32% da posição detida.

Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake:

Trata-se de um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia, são os motivos principais para seu uso. Ponto relevante, ainda, reside no fato de que a alocação de recursos nele é próximo de zero.

2.2.3.5 Imóveis

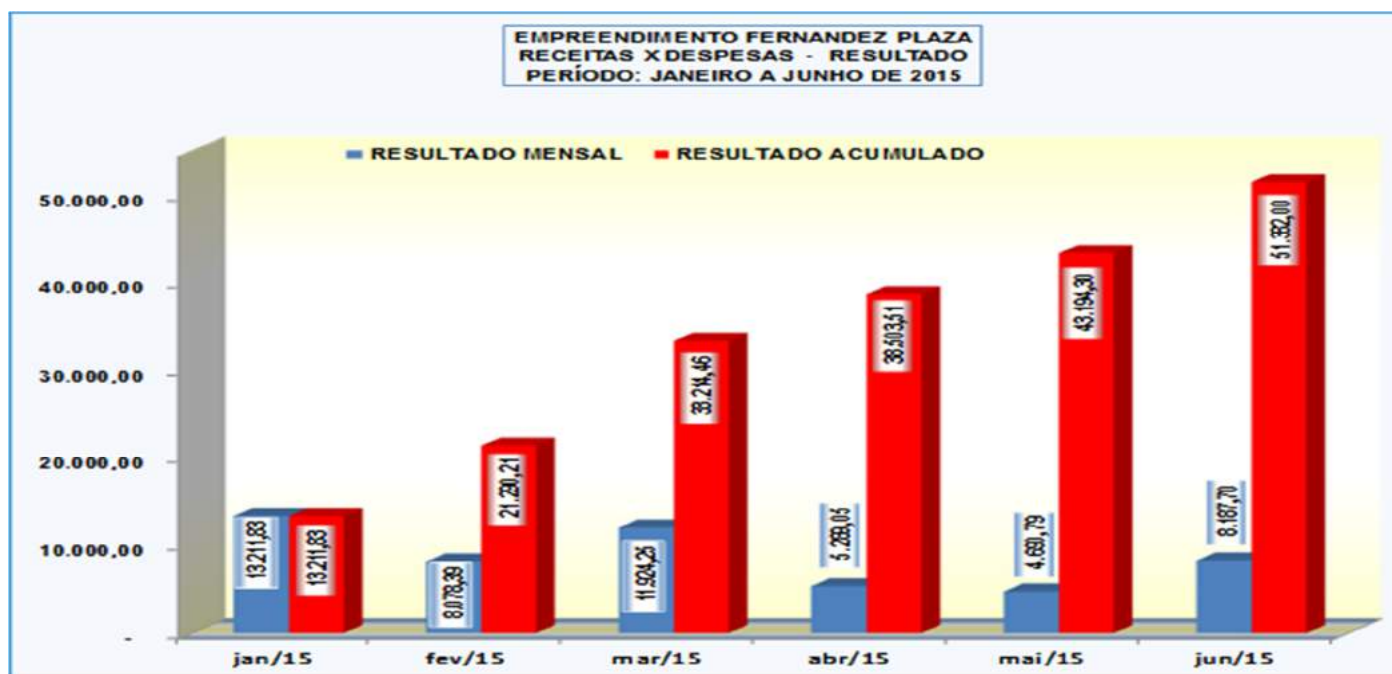
No encerramento do 2º trimestre de 2015 o percentual investido no **Segmento de Imóveis** encontrava-se em 1,40%, contra 1,49% registrados no 1º trimestre de 2014, apresentando um decréscimo de 0,09 pontos. Há a conjugação de dois pontos relevantes nesse contexto, à reavaliação ocorrida no final do exercício de 2014 e a depreciação registrada até segundo trimestre de 2015. A administração da carteira imobiliária prende-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA, não havendo novas aplicações no segmento. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação do imóvel, desde que as condições de mercado assim permitam.

Quadro 7 – Alocação De Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/15	mai/15	jun/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 22	IMÓVEIS	7.209.575,99	100,00%	1,40%	-		-0,07%	0,06%	0,12%	0,11%	-1,86%	50,83%	-7,78%	-11,40%
II	Imóveis para Aluguel e Renda	7.209.575,99	100,00%	1,40%	-		-0,07%	0,06%	0,12%	0,11%	-1,86%	50,83%	-7,78%	-11,40%
	FERNANDEZ PLAZA	7.209.575,99	100,00%	1,40%	-	-	-0,07%	0,06%	0,12%	0,11%	-1,86%	51,07%	-7,78%	-11,40%

O 2º trimestre de 2015 apresentou rentabilidade positiva de 0,11% contra 0,10% alcançada no 2º trimestre de 2014. O baixo desempenho do segmento no período considerado se deve ao elevado índice de desocupação das salas, provocando mais despesas com o investimento, já que o plano arca com as taxas de condomínio e administração das unidades vazias.

Gráfico 8 – Acompanhamento Do Resultado



Quadro 8 – Taxa De Ocupação e Ocorrências

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO

- DIRETORIA DE FINANÇAS -

FERNANDEZ PLAZA - OCORRÊNCIAS NO TRIMESTRE

PERÍODO: 2º TRIMESTRE DE 2015

QUANTIDADE SALAS OCUPADAS	TAXA DE OCUPAÇÃO	ALUGUEL - R\$ -		IPTU - R\$ -		CONDOMÍNIO - R\$ -		TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
		RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	
34	60,71%	75.275,77	10.384,00	24.019,06	4.049,63	53.697,00	6.768,35	7.454,57

QUANTIDADE SALAS DESOCUPADAS	TAXA DE DESOCUPAÇÃO	IPTU - R\$ -	CONDOMÍNIO - R\$ -
22	39,29%	14.686,73	33.122,29

Encerrado o 2º trimestre de 2015, a “**taxa de ocupação**” de 60,71%, contra 66,07% registrada no encerramento do 1º trimestre de 2015%, representa queda de 5,36%, motivada pela desativação de escritórios e pequenas empresas, principalmente na região do empreendimento. Segundo o administrador (José Alberto Imóveis Ltda.), a retração na demanda continua acentuada para a região devido ao elevado desaquecimento das atividades econômicas da cidade, associada à concorrência de novos empreendimentos, com espaços físicos modernos e novos atrativos para os ocupantes. Importante identificar que o administrador está em busca de novos interessados nos espaços disponíveis, atendendo as condições previstas no Contrato de Intermediação de Locação e Administração de Imóveis firmados com a São Francisco.

2.2.3.6 Operações Com Participantes - Empréstimos

No encerramento do 2º trimestre de 2015 encontrava-se investido 1,50% contra 1,24% registrados no 1º trimestre de 2014, representando um crescimento de 0,26 pontos percentual no período considerado.

Quadro 9 – Alocação De Recursos

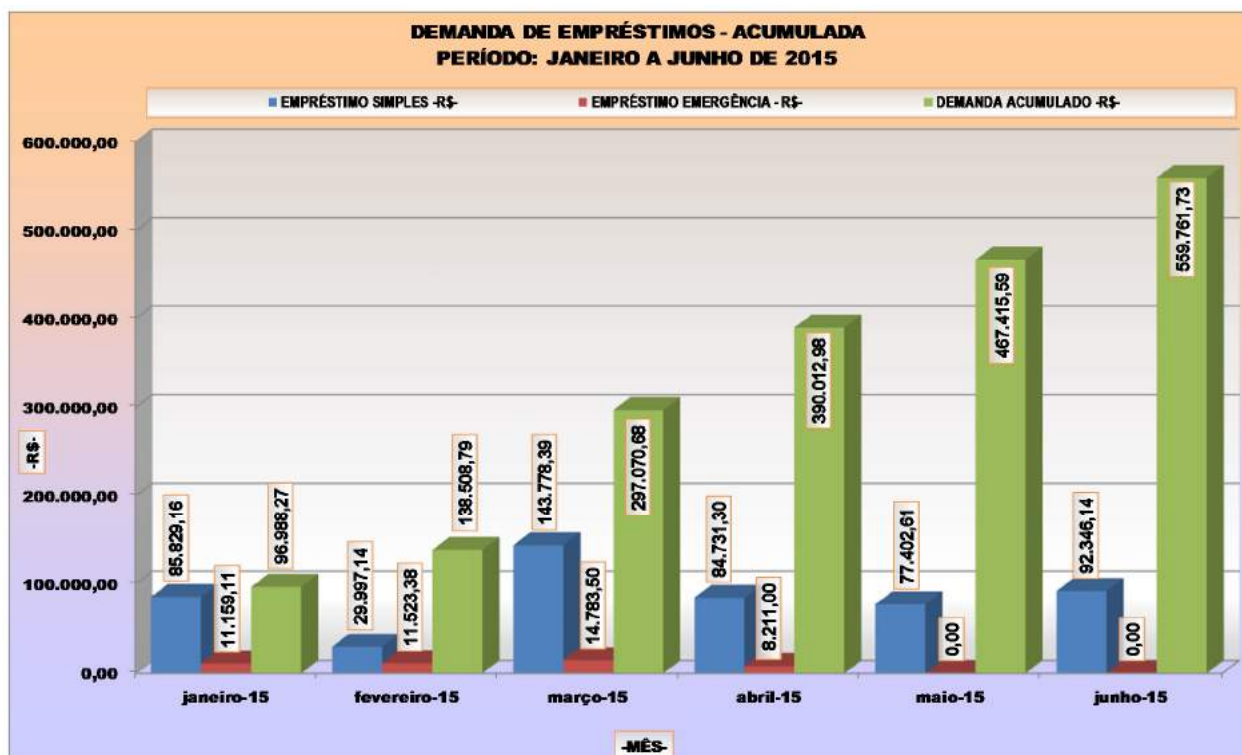
ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/15	mai/15	jun/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 23	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.765.509,11	100,00%	1,50%	-		2,32%	2,67%	1,88%	7,03%	14,17%	28,57%	8,25%	4,63%
I	Empréstimos	7.765.509,11	100,00%	1,50%	-		2,32%	2,67%	1,88%	7,03%	14,17%	28,57%	8,25%	4,63%

Quadro 10 – Concessões

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS					
PERÍODO: ABRIL A JUNHO 2015 - R\$ -					
MÊS	2º TRIMESTRE 2015				TOTAL
	SIMPLES		EMERGÊNCIA		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
ABRIL	7	84.731,30	1	8.211,00	92.942,30
MAIO	6	77.402,61	0	0,00	77.402,61
JUNHO	7	92.346,14	0	0,00	92.346,14
TOTAL.....	20	254.480,05	1	8.211,00	262.691,05

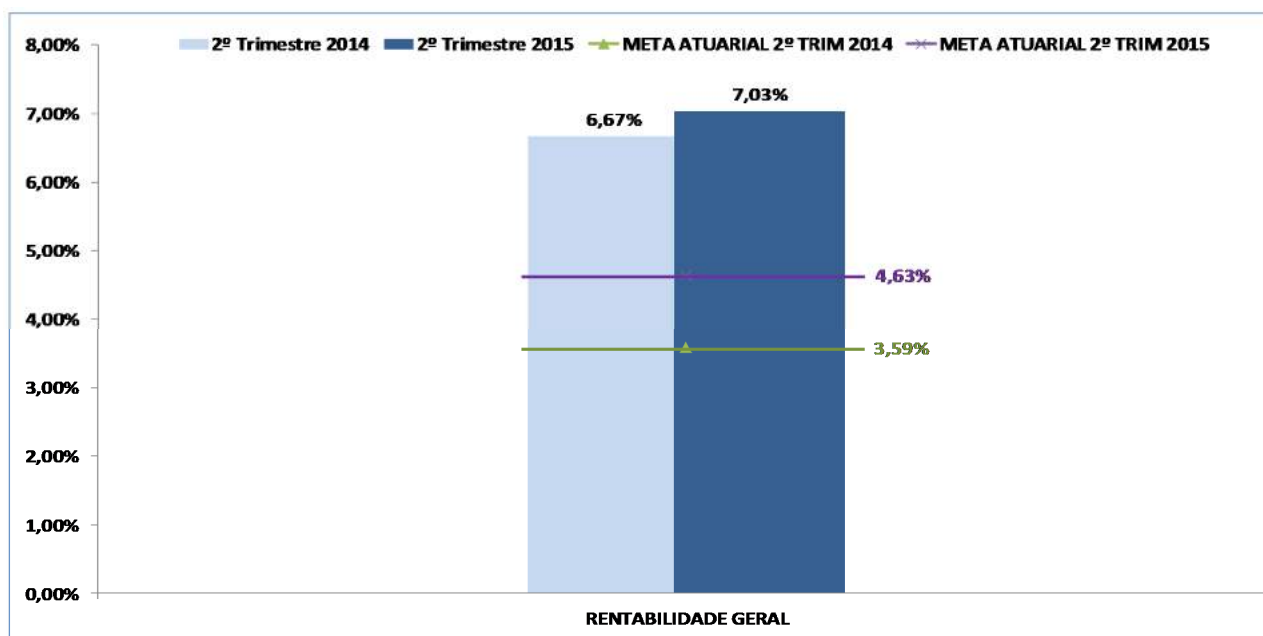
No Quadro acima mostra os valores de empréstimos concedidos a participantes no decorrer do 2º trimestre de 2015. O valor médio de concessão de R\$ 87.563,68 contra R\$ 99.023,46 registrada no 1º trimestre de 2015, representa variação para menos em 11,57%. A redução na demanda por empréstimos, em grande parte, deve-se à escassez de margem consignável, em razão do endividamento dos participantes, conforme noticiado pela mídia em relação ao consumidor brasileiro em geral. No Programa de Empréstimos, a correção dos saldos devedores é efetuada pelo INPC, não sendo, portanto afetado pelo descasamento desse indicador em relação ao IPCA, conforme ocorre com os ativos de renda fixa.

Gráfico 9 – Demanda Acumulada



O Gráfico apresenta os valores mensais de empréstimos concedidos no período de Janeiro a Junho de 2015, o que acumula, nos seis primeiros meses do ano, o valor de R\$ 569.761,73, ou demanda média mensal de R\$ 99.960,29.

Gráfico 10 – Rentabilidade



A rentabilidade nominal de 7,03%, no 2º trimestre, permitiu que a carteira superasse a meta em 2,40%. No ano acumula rentabilidade nominal de 14,17% contra a meta atuarial de 9,54%, ou seja, variação positiva de 4,63%.

2.2.4 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

2.2.4.1 Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano.

Assim, apurada a **Divergência Não Planejada - DNP** foi verificada que no encerramento do **2º trimestre de 2015** as Regras I e II, prevista na legislação vigente, apurada mensalmente por doze meses consecutivos e acumulada nos últimos trinta e seis meses, respectivamente, foram negativas para os Segmentos: - **Investimentos Estruturados; e, Renda Variável**. Ante a constatação, há por definição da norma, a obrigatoriedade de elaboração de justificativa técnica, devidamente atestada pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ. Antes das devidas explicações, cumpre ainda esclarecer: - o processo de cálculos da DNP é realizado pelo Banco Custodiante (Itaú-Unibanco S/A), segundo cláusula do contrato de prestação de serviços, porém, a entidade elabora minuciosa averiguação quanto a sua consistência, como continuidade do seu controle interno.

- Quadro 11 -

Calculo do DNP Acumulada Para o Período de 36 meses							
Período: 31/07/2012 - 30/06/2015	Segmento de Renda Fixa	Segmento de Renda Variável	Segmento de Investimentos Estruturados	Segmento de Investimentos no Exterior	Segmento de Imóveis	Segmento de Operações com participantes	Total Plano
	4,8831%	-57,5658%	-6,2129%		23,6237%	29,5903%	-8,6636%

2.2.4.1.1 Segmento de Renda Variável:

O mercado acionário apresentou desempenho abaixo da meta, motivado diretamente pelos aspectos conjunturais de curto e longo prazo, já comentado em diversos relatórios. Sinteticamente os contínuos embates e ajustes da economia brasileira, às divergências políticas ocorridas no Congresso Nacional, aliada a fraca popularidade do governo, dificultam a criação de expectativas favoráveis entre os agentes econômicos e investidores.

As medidas cabíveis de gestão de médio e longo prazo já foram tomadas: - a troca do referencial de mercado: - substituição do Ibovespa para o Índice Brasil - IBRX-50; e, redução do valor investido em R\$ 6 milhões, em abril de 2014.

▪ Estratégia:

Considerada adequada para os objetivos do Plano no longo prazo, segue a concentração definida no ALM. Os desempenhos gerados pelos aspectos conjunturais estão impactando o resultado global da estratégia. Portanto, não há ação de imediato será tomada, dado que as gestões dos fundos estão devidamente ajustadas à Política de Investimento, estabelecida nos Regulamentos dos Fundos, e mais, os retornos gerados, analisado na relação Risco X Retorno, estão aderentes àqueles obtidos pelos demais players, ou seja, dentro das expectativas de mercado, como foi apresentado no item próprio.

2.2.4.1.2 Segmento De Investimentos Estruturados:

O segmento de Investimentos Estruturados é composto pelos seguintes Fundos:

- Energia PCH-FIP: Detentor de 71,05% dos valores investidos no Segmento constitui-se, assim, como o maior responsável pela geração de retorno para do Segmento. Está se buscando alternativas para o seu desinvestimento, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo.
- Ático – Geração de Energia: Suas cotas foram atualizadas em função das reavaliações das ações da Bolt Energia S/A, principal ativo do Fundo. No 2º trimestre de 2015 obteve rentabilidade positiva de 39,13%, contra rentabilidade negativa de 0,25% registrada no 1º trimestre. O resultado o Fundo, acumulado no primeiro semestre, é positivo em 38,78%, ante a meta atuarial de 9,54%, variação positiva de 29,24%. Seu desempenho está acima da meta e a performance está condizente com o previsto no regulamento. Encontra-se em processo ainda de investimento e seu desinvestimento está previsto para início em 2017/2018, sem alteração de cronograma.
- Fundo de Investimento Imobiliário - Memorial Office: Com cotação em Bolsa, marcado a “mercado”, mesmo com as receitas geradas a partir dos aluguéis do imóvel, lastro do fundo, suas cotas vêm apresentando perdas de mercado, desde a retomada da alta dos juros. O desempenho médio dos FII's nos últimos 36 (trinta e seis) meses foi de pífios 12,14%. No caso do Memorial Office, além do aspecto da alta de juros, contribuiu também para o fraco desempenho, a diminuição da taxa de ocupação que gira próximo dos 79% atualmente e sua baixa liquidez. A gestão está sendo realizada no sentido de haver a completa venda das cotas, que como dito, não se concretiza devida a baixa liquidez.

2.2.5 Operações Coursadas

As operações táticas de Renda Fixa realizadas no decorrer no **2º trimestre de 2015**, visam atender a alocação estratégia de investimentos ditados pela conjuntura e impactos no mercado. Conforme comentários anteriores, a aposta da São Francisco no 2º trimestre de 2015 continuou concentrada em reinversões em Renda Fixa, face ao ciclo de alta das taxas de juros.

- Quadro 12 -

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS -2º TRIMESTRE 2015						
PLANO I - BD						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
14/04/2015	NTN-B 2050	5,9078	6,0185	6,4146	6,1300	12.817.025,65
30/04/2015	NTN-B 2050	5,8110	6,1076	6,3215	6,1900	3.616.015,51
21/05/2015	NTN-B 2035	5,6488	5,8506	6,1562	5,9600	9.087.448,64
TOTAL.....						25.520.489,80
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
14/04/2015	NTN-B 2023	5,9495	6,0944	6,4955	6,1000	12.816.819,41
30/04/2015	NTN-B 2016	6,9228	7,3386	7,4369	7,2000	3.614.813,05
07/05/2015	NTN-B 2019	6,4459	6,6981	6,9612	6,6000	2.224.827,02
21/05/2015	NTN-B 2019	6,2355	6,4570	6,7643	6,4400	9.087.233,64
TOTAL.....						27.743.693,12

Os recursos das operações realizadas são oriundos de vencimento de ativos e realocados em títulos de risco soberano.

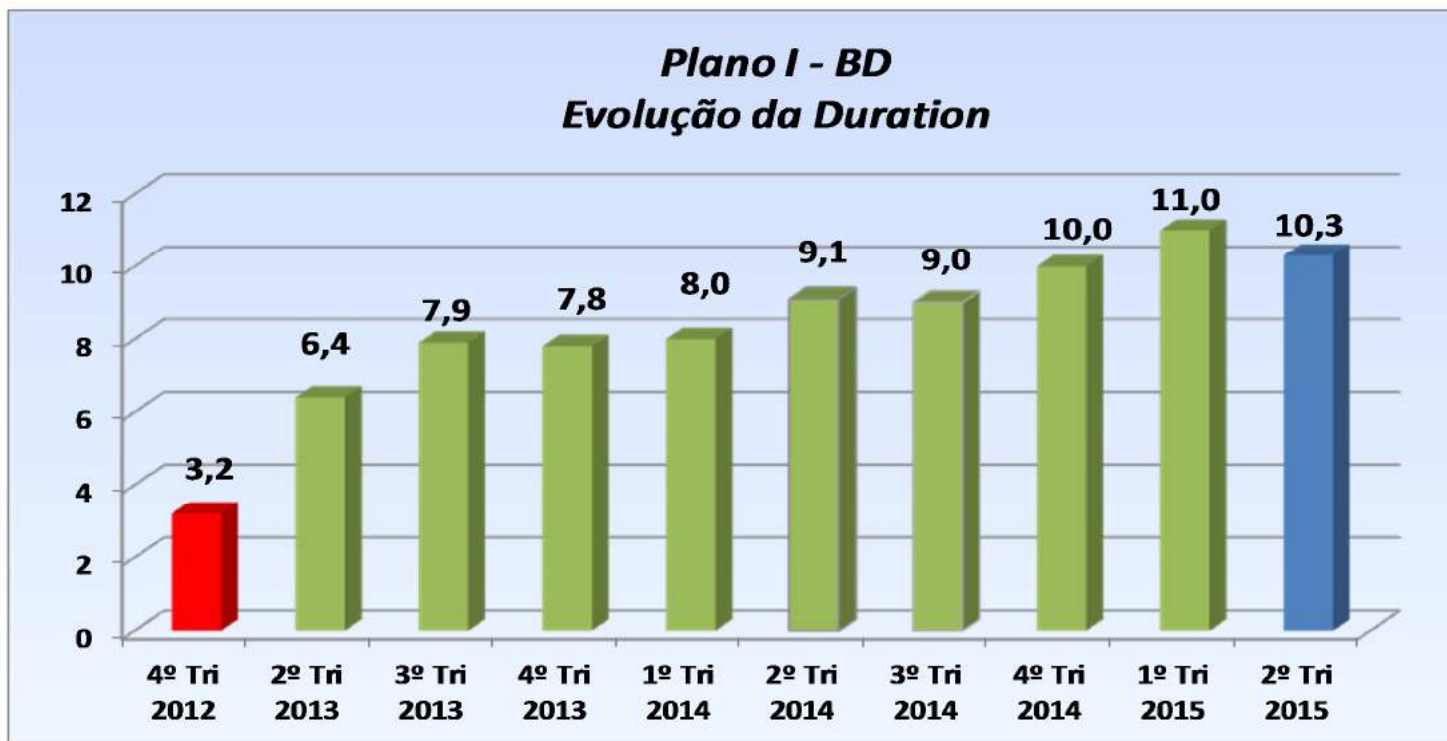
As taxas negociadas na compra das NTN-B's ficaram dentro do intervalo indicativo do relatório disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", este utilizado como parâmetro para verificação da taxa para atender a Resolução CGPC Nº 21 de 25/09/2007. As operações ficaram em conformidade com o que determina a legislação vigente, e, também, dentro do que o mercado negociava no momento da operação. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Além das operações não terem saído do intervalo divulgado pela ANBIMA, cumpre, ainda, afirmar que os dados analíticos documentais encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças. Os quadros apresentados refletem a síntese a documentação, espelhando com fidedignidade os fatos ocorridos.

2.2.6 Duration

No encerramento do 2º trimestre de 2015 o índice alcançou 10,3 anos contra 9,1 anos no mesmo período de 2014. O indicador evidencia o disposto no Artigo 5º - Item II, da INSTRUÇÃO PREVIC – Nº 7, de 12 de dezembro de 2013, quando estabelece orientações e procedimentos a serem adotados nos estudos técnicos visando atestar a adequação e aderência de hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos planos de benefícios.

- Gráfico 11 -



2.2.7 Acompanhamento Orçamentário:

Quadro 13 - Receitas Dos Investimentos – Plano BD

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS DOS INVESTIMENTOS FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO 2º TRIMESTRE / 2015									
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	4.042.482,30	3.152.797,48	128,22%	29.636.281,02	21.350.870,72	138,81%	29.636.281,02	43.110.652,26	68,74%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	2.310.366,14	1.809.547,22	127,68%	18.907.839,82	13.329.258,46	141,85%	18.907.839,82	27.615.962,43	68,47%
EMIÇÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	1.210.889,23	894.956,25	135,30%	7.438.650,65	5.392.077,69	137,96%	7.438.650,65	10.141.465,38	73,35%
CDB/RDB	0,00	0,00	NA	81.046,62	0,00	NA	81.046,62	0,00	NA
DPGE	923.803,95	651.937,74	141,70%	5.787.787,80	3.881.071,05	149,13%	5.787.787,80	7.112.411,74	81,38%
IF	287.085,28	243.018,51	118,13%	1.569.816,23	1.511.006,64	103,89%	1.569.816,23	3.029.053,64	51,83%
EMIÇÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	227.315,78	172.847,58	131,51%	1.441.882,20	1.043.338,55	138,20%	1.441.882,20	2.105.994,04	68,47%
DEBENTURES	227.315,78	172.847,58	131,51%	1.441.882,20	1.043.338,55	138,20%	1.441.882,20	2.105.994,04	68,47%
CERTIFICADOS DE RECEÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	151.450,59	139.190,58	108,81%	986.512,09	853.923,57	115,53%	986.512,09	1.671.469,44	59,02%
CRI	151.450,59	139.190,58	108,81%	986.512,09	853.923,57	115,53%	986.512,09	1.671.469,44	59,02%
CÉDULA DE PRODUTOS RURAIS	18.278,04	14.235,27	128,40%	113.426,93	83.370,06	136,05%	113.426,93	153.608,84	73,84%
CPR	18.278,04	14.235,27	128,40%	113.426,93	83.370,06	136,05%	113.426,93	153.608,84	73,84%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	124.182,52	122.020,58	101,77%	747.969,33	648.902,39	115,27%	747.969,33	1.422.152,13	52,59%
FIDC - EM COTA	124.182,52	122.020,58	101,77%	747.969,33	648.902,39	115,27%	747.969,33	1.422.152,13	52,59%
RENDA VARIÁVEL	596.392,43	1.112.964,33	53,59%	1.866.217,39	6.012.318,17	31,04%	1.866.217,39	13.311.711,57	14,02%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	596.392,43	1.112.964,33	53,59%	1.866.217,39	6.012.318,17	31,04%	1.866.217,39	13.311.711,57	14,02%
FUNDOS DE AÇÕES	596.392,43	1.112.964,33	53,59%	1.866.217,39	6.012.318,17	31,04%	1.866.217,39	13.311.711,57	14,02%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4.229.261,24	421.452,53	1003,50%	4.356.864,79	2.444.713,19	178,22%	4.356.864,79	4.878.345,53	89,31%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	4.129.115,62	288.280,55	1432,33%	4.031.553,05	1.560.953,45	258,28%	4.031.553,05	3.335.773,70	120,86%
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	59.016,22	18.761,85	314,55%	52.693,41	101.165,33	52,09%	52.693,41	205.676,91	25,62%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	41.129,40	114.410,13	35,95%	272.618,33	782.594,41	34,84%	272.618,33	1.336.894,92	20,39%
IMÓVENS	493,15	0,00	NA	-10.007,36	0,00	É DESPESA	-10.007,36	0,00	É DESPESA
IMÓVENS PARA ALUGUELE RENDA	493,15	0,00	NA	-10.007,36	0,00	É DESPESA	-10.007,36	0,00	É DESPESA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.788.476,92	116.214,26	1538,95%	2.290.700,79	697.285,56	328,52%	2.290.700,79	1.394.571,12	164,26%
EMPRÉSTIMOS	1.788.476,92	116.214,26	1538,95%	2.290.700,79	697.285,56	328,52%	2.290.700,79	1.394.571,12	164,26%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-227.626,33	-181.492,25	125,42%	-1.370.924,40	-1.109.641,53	123,55%	-1.370.924,40	-2.390.723,39	57,34%
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	28.709,95	0,00	NA	38.506,96	0,00	NA	38.506,96	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	10.458.189,66	4.621.936,35	226,27%	36.807.639,19	29.395.546,11	125,22%	36.807.639,19	60.304.557,09	61,04%

(I) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.
 (II) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

Comentários:

O Fluxo dos Investimentos apresentado no encerramento do 2º Trimestre de 2015 totalizou R\$ 36.807.639,19 contra o valor orçado de R\$ 29.395.546,11. Em termos percentuais representa 25,22% acima do projetado. O Segmento de Investimentos Estruturados se destaca com variação de 258,28% no período, pelos motivos já expostos. O valor total realizado é de 61,04%, logo, superior aos 50% que seria o objetivo esperado para o trimestre. Na verdade o impacto que não se pode afastar consiste na incorreção das projeções fundamentalmente a elevação do índice de inflação. Era previsto para o ano 7,29%, segundo a diretriz orçamentária, entretanto o realizado até o encerramento do semestre já indicava que a inflação deve se comportar acima dos 9% para 2015. A importância da afirmação reside na averiguação de haver se conseguido 18,47% a mais de receitas nos títulos públicos, representando aproximadamente o valor de R\$ 5,1 milhões.

Com relação ao desempenho previsto para as receitas de renda variável, realizado 35,98% abaixo das projeções, equivale à ausência de aproximadamente R\$ 4,8 milhões. Repisa-se, resultado impactado inexoravelmente pelas quebras das expectativas, movidas pela dissonância da política e da economia. É preciso contextualizar os fatos para se deixar registrado toda a dificuldade que no ano de 2014 havia para se identificar um cenário prospectivo. Foi um ano de eleição sem que houvesse a definição de qual dos contendores seria o titular do Palácio da Alvorada. Os mercados se desalinham e a volatilidade dos preços foi o mais marcante. O contexto demonstra a dificuldade de se proceder a projeções com maior grau de eficiência.

Como a ausência de resultado de um segmento foi compensado pela sobra do outro, a geração final das receitas tornou-as compatível com as necessidades atuariais.

2.3 CONTÁBIL
Quadro 1 – Balanço Patrimonial

ATIVO	Exercício Junho/2015	Exercício Junho/2014	PASSIVO	Exercício Junho/2015	Exercício Junho/2014
DISPONÍVEL	17.301,17	207.169,06	EXIGÍVEL OPERACIONAL	15.486.763,83	12.930.362,90
REALIZÁVEL	534.730.195,48	493.766.564,90	Gestão Previdencial	15.227.064,73	12.710.221,35
Gestão Previdencial	4.354.583,04	3.658.832,98	Investimentos	259.699,10	220.141,55
Gestão Administrativa	13.079.290,05	12.898.585,57	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	909.948,54	733.417,88
Investimentos	517.296.322,39	477.209.146,35	Gestão Previdencial	176.530,66	-
Títulos Públicos	235.596.295,60	166.712.091,47	Investimentos	733.417,88	733.417,88
Créditos Privados e Depósitos	110.361.824,42	135.217.257,05	PATRIMÔNIO SOCIAL	518.350.784,28	480.309.953,18
Fundos de Investimento	155.691.855,87	162.055.185,97	Patrimônio de Cobertura do Plano	503.287.490,73	465.403.191,02
Investimentos Imobiliários	7.400.611,94	5.189.728,32	Provisões Matemáticas	523.639.096,67	464.783.116,69
Empréstimos	7.765.509,11	7.554.658,09	Benefícios Concedidos	378.947.742,83	348.996.529,92
Depos. Jud. Recursais	480.225,45	480.225,45	Benefícios a Conceder	312.017.307,64	274.347.210,98
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(167.325.953,80)	(158.560.624,21)
			Equilíbrio Técnico	(20.351.605,94)	620.074,33
			Resultados Realizados	(20.351.605,94)	620.074,33
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	620.074,33
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.351.605,94)	-
			Fundos	15.063.293,55	14.906.762,16
			Fundos Administrativos	13.079.290,05	12.898.585,57
			Fundos dos Investimentos	1.984.003,50	2.008.176,59
TOTAL DO ATIVO	534.747.496,65	493.973.733,96	TOTAL DO PASSIVO	534.747.496,65	493.973.733,96

Quadro 2 – Demonstração Da Mutação Do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO		Período Junho/2015	Período Junho/2014	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	473.598.928,52	448.946.924,77	5,49
	1. Adic�es	50.534.887,93	35.298.062,48	43,17
(+)	Contribui�es	13.727.248,74	12.352.956,91	11,13
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	36.807.639,19	22.945.105,57	60,4
	2. Destina�es	(20.846.325,72)	(18.841.796,23)	10,64
(-)	Benefícios	(20.105.073,87)	(18.133.912,01)	10,87
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
(-)	Custeio Administrativo	(741.251,85)	(707.884,22)	4,71
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	29.688.562,21	16.456.266,25	80,4
(+/-)	Provisões Matemáticas	29.467.177,13	(31.989.611,35)	-192,11
(+/-)	Superávit / Déficit Técnico do Exercício	221.385,08	48.445.877,60	-99,54
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	503.287.490,73	465.403.191,02	8,14
	C) Fundos não previdenciais	15.063.293,55	14.906.762,16	1,05
(+/-)	Fundos Administrativos	13.079.290,05	12.898.585,57	1,40
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.984.003,50	2.008.176,59	-1,20

Quadro 3 – Demonstrac o Do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO	Período Junho/2015	Período Junho/2014	Variacão (%)
1. Ativos	534.747.496,65	493.973.733,96	8,25
Disponível	17.301,17	207.169,06	-91,65
Receb�vel	17.433.873,09	16.557.418,55	5,29
Investimento	517.296.322,39	477.209.146,35	8,40
Títulos Públicos	235.596.295,60	166.712.091,47	41,32
Créditos Privados e Depósitos	110.361.824,42	135.217.257,05	-18,38
Fundos de Investimento	155.691.855,87	162.055.185,97	-3,93
Investimentos Imobiliários	7.400.611,94	5.189.728,32	42,60
Empréstimos	7.765.509,11	7.554.658,09	2,79
Depos.Jud. Recursais	480.225,45	480.225,45	0,00
2. Obriga�es	16.396.712,37	13.663.780,78	20,00
Operacional	15.486.763,83	12.930.362,90	19,77
Contingencial	909.948,54	733.417,88	24,07
3. Fundos não Previdenciais	15.063.293,55	14.906.762,16	1,05
Fundos Administrativos	13.079.290,05	12.898.585,57	1,40
Fundos dos Investimentos	1.984.003,50	2.008.176,59	-1,20
5. Ativo Líquido (1-2-3)	503.287.490,73	465.403.191,02	8,14
Provisões Matemáticas	523.639.096,67	464.783.116,69	12,66
Superávit/Déficit Técnico	(20.351.605,94)	620.074,33	-3.382,12

Quadro 4 – Demonstração Das Provisões Técnicas

DESCRIÇÃO	Período Junho/2015	Período Junho/2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	521.491.675,94	481.075.148,39	8,40
1. Provisões Matemáticas	523.639.096,67	464.783.116,69	12,66
1.1. Benefícios Concedidos	378.947.742,83	348.996.529,92	8,58
Benefício Definido	378.947.742,83	348.996.529,92	8,58
1.2. Benefício a Conceder	312.017.307,64	274.347.210,98	13,73
Benefício Definido	312.017.307,64	274.347.210,98	13,73
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(167.325.953,80)	(158.560.624,21)	5,53
(-) Déficit equacionado	(167.325.953,80)	(158.560.624,21)	5,53
(-) Patrocinador(es)	(70.018.517,86)	(66.595.462,16)	5,14
(-) Participantes	(30.956.601,06)	(33.224.233,50)	-6,83
(-) Assistidos	(66.350.834,88)	(58.740.928,55)	12,96
2. Equilíbrio Técnico	(20.351.605,94)	620.074,33	-3.382,12
2.1. Resultados Realizados	(20.351.605,94)	620.074,33	-3.382,12
(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.351.605,94)	620.074,33	-3.382,12
3. Fundos	1.984.003,50	2.008.176,59	-1,20
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.984.003,50	2.008.176,59	-1,20
4. Exigível Operacional	15.486.763,83	12.930.362,90	19,77
4.1. Gestão Previdencial	15.227.064,73	12.710.221,35	20
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	259.699,10	220.141,55	18
5. Exigível Contingencial	733.417,88	733.417,88	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	733.417,88	733.417,88	-

2.3.1 Notas Explicativas:
2.3.1.1 Realizável
2.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Foram constituídas provisões de contribuições a receber no valor de:

- a) Patrocinador – R\$ 815 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.012 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 1.040 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de junho/2015 para serem liquidadas no mês de julho/2015, as quais respeitam o regime de competência, com exceção das de 13º que serão somente liquidadas em dezembro.

1.5.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor apropriado corresponde integralmente à participação do Plano no Fundo Administrativo. Houve um acréscimo de 0,91% na conta, saindo de R\$ 12.961 mil em janeiro de 2015 para R\$ 13.079 mil no mês.

2.3.1.1.3 Investimentos

Os registros do Programa de Investimento estão detalhados no quadro abaixo, para melhor entendimento:

-Quadro 5 -

Plano Benefício Definido	jun/15	jun/14
Investimentos	517.296	477.209
Títulos Públicos	235.596	166.712
Créditos Privados e Depósitos	110.361	135.217
Instituições Financeiras	80.558	106.738
Companhias Abertas	28.631	27.446
Companhias Fechadas	0	1.033
Outros Emissores	1.172	0
Fundos de Investimento	155.692	162.055
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	7.557	7.477
Ações	84.861	88.781
Multimercado	91	5.520
Participações/FIP	59.625	55.767
Imobiliário	3.558	4.510
Investimentos Imobiliários	7.401	5.190
Empréstimos	7.766	7.555
Depos.Jud. Recursais	480	480

No quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 45,54%; os créditos privados e depósitos com 21,33% e os Fundos de Investimentos com 30,10%.

2.3.1.2 Exigível Operacional
2.3.1.2.1 – Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 182 mil;
- b) Contribuição Para Custeio do PGA – R\$ 106 mil;
- c) Credores Diversos De Benefícios – R\$ 13.581 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de junho 2015, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de julho.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de julho/2015.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 13.581 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

2.3.1.2.2 - Gestão dos Investimentos

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 30 mil;
- b) Custeio Administrativo Dos Investimentos – R\$ 225 mil.

Merece destaque o registro relativo ao valor de R\$ 225 mil, correspondente à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração). O montante foi apurado com base nos gastos incorridos com a gestão administrativa dos investimentos, apropriado até o mês junho/2015 e será liquidado em julho/2015.

2.3.1.3 Exigível Contingencial

O valor de R\$ 733 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

O valor provisionado de R\$ 176 mil refere-se a Ação rescisória 201400629305 que em 18 de dezembro de 2014 foi distribuída junto ao Tribunal de Justiça de Sergipe – 2ª Câmara Cível, que tem por autor a Fundação São Francisco, buscando a rescisão do julgado do processo 200911101194, que tem curso perante a 11ª Vara Cível de Aracajú, já que houve naquela ação de cobrança que tem por autores JOSÉ BIZERRA DE AGUIAR e outros, julgamento extra petita, ou seja, o juiz ao julgar o processo concedeu direito além daquele requerido pelos autores, o que traria um enriquecimento ilícito a eles, já que esta execução, caso se desse continuidade, ultrapassaria o valor de 3 milhões de reais.

Na citada ação rescisória interposta pela São Francisco foi deferida a antecipação de tutela pela Desembargadora Relatora Suzana Oliveira, para impedir qualquer ato de constrição ou penhora no procedimento de Cumprimento de Sentença nº 201411101559, extraído do processo 200911101194.

2.3.1.4 Contribuições e Benefícios

Do quadro “DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO” se destacam conforme quadros a seguir:

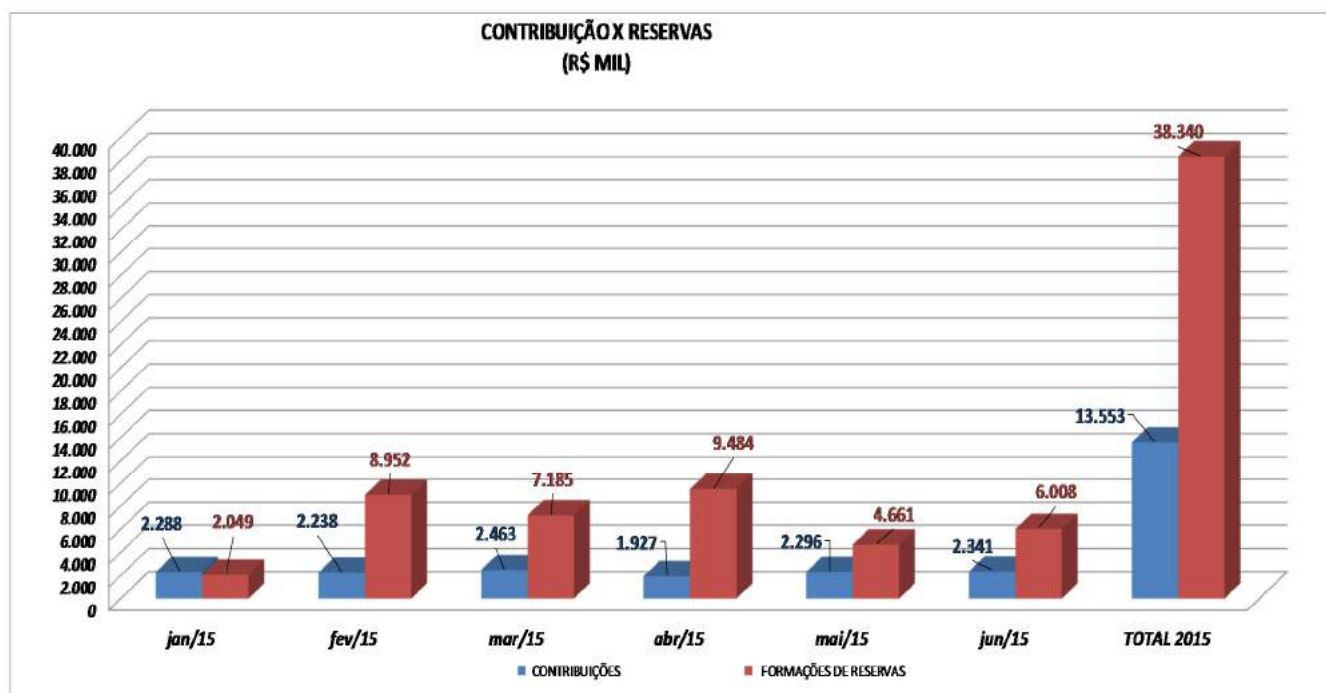
Quadro 6 – Contribuições Em R\$ mil

CONTRIBUIÇÕES								
DEFINIÇÃO	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	TOTAL 2015
Patrocinadores	970,43	910,46	872,87	996,36	492,84	914,51	882,72	5.069,76
Normal	501,61	499,03	476,10	550,73	470,47	514,02	478,28	2.988,63
Adicional	468,82	411,43	396,76	445,63	22,37	400,50	404,44	2.081,13
Participantes Ativos	1.075,86	1.119,54	1.106,39	1.207,25	1.079,95	1.123,11	1.105,82	6.742,05
Normal	681,07	685,47	676,95	737,69	661,99	693,78	676,34	4.132,23
Adicional	394,79	434,07	429,44	469,56	417,96	429,33	429,47	2.609,82
Participantes Assistedos	248,71	258,02	258,40	259,28	354,39	258,64	352,89	1.741,62
Normal	160,51	156,28	156,51	157,04	251,94	156,66	250,90	1.129,33
Adicional	88,21	101,74	101,89	102,23	102,46	101,98	101,99	612,29
TOTAL	2.295,00	2.288,02	2.237,65	2.462,89	1.927,18	2.296,26	2.341,43	13.553,43

Quadro 7 – Formação De Reservas Em R\$ mil

FORMAÇÕES DE RESERVAS									
DEFINIÇÃO	dez/14	Dez/14 (Movimento)	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	TOTAL 2015
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	359.866,71	7.653,89	63,51	4.417,04	4.812,37	4.732,21	2.297,72	2.758,19	19.081,03
Benefício Definido estruturado em regime de capitalização	359.866,71	7.653,89	63,51	4.417,04	4.812,37	4.732,21	2.297,72	2.758,19	19.081,03
Valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos	328.036,14	6.737,65	319,28	4.007,64	4.515,17	4.278,36	2.167,04	2.531,67	17.180,60
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	31.830,57	916,24	382,79	409,40	297,20	453,84	130,69	226,51	1.900,43
BENEFÍCIOS A CONCEDER	292.758,57	1.333,59	1.985,59	4.535,23	2.372,52	4.751,85	2.363,44	3.250,11	33.992,16
Benefício Definido estruturado em regime de capitalização - programado	282.654,63	2.344,09	1.927,53	4.389,48	2.257,65	4.599,24	2.293,16	3.149,57	33.350,07
Valor atual dos benefícios futuros programados	314.226,23	2.351,37	1.955,64	4.687,04	2.455,57	4.909,19	2.347,31	3.293,25	34.381,43
(-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	- 12.917,78	1.957,81	11,50	121,75	80,98	126,82	22,15	58,79	421,99
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	- 18.653,83	2.737,65	16,61	175,81	116,94	183,13	31,99	84,89	609,37
Benefício Definido estruturado em regime de capitalização - não programado	10.103,94	1.010,50	58,06	145,75	114,87	152,61	70,27	100,53	642,09
Valor atual dos benefícios futuros não programados	14.283,38	1.616,28	35,44	158,01	113,40	164,96	49,01	90,26	611,09
(-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	- 1.710,05	252,69	9,26	5,02	0,60	5,05	8,70	4,20	12,68
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	- 2.469,39	353,09	13,37	7,25	0,87	7,30	12,56	6,07	18,32
TOTAL	652.625,28	8.987,49	2.049,10	8.952,27	7.184,89	9.484,05	4.661,16	6.008,29	38.339,77

Gráfico 1 – Comparativo De Contribuições e Reservas



As variações apresentadas dizem respeito às comparações do mês contra o seu precedente. Nas contribuições, o procedimento empregado para se apurar os valores relativos ao mês é possivelmente o responsável direto, uma vez que a entidade desconhece previamente, com segurança, o valor da folha dos empregados participantes do plano; essa questão é derivada da centralização do seu fazimento (SIAP).

2.3.1.5 Resultado do Exercício

O Resultado do exercício constitui um superávit no ano de R\$ 221 mil.

- Quadro 8 -

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PLANO BD			
DEFINIÇÃO	jun/15	jun/14	%
A) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 20.572.991,02	- 47.825.803,27	-57,0%
1- CONTRIBUIÇÕES	12.985.996,89	11.645.072,69	11,51%
(+) Patrocinadores	5.440.959,46	4.893.102,58	11,20%
(+) Participantes Ativos	6.733.492,74	6.079.914,47	10,75%
(+) Participantes Assistidos	1.552.796,54	1.379.939,86	12,53%
(-) Custeio	- 741.251,85	- 707.884,22	4,71%
2- DESTINAÇÕES	- 20.105.073,87	- 18.133.912,01	10,87%
(-) Benefícios	- 20.105.073,87	- 18.133.912,01	10,87%
3- INVESTIMENTOS	36.807.639,19	22.945.105,57	60,42%
(+) Renda Fixa	28.888.311,69	21.457.017,98	34,63%
(+) Renda Variável	6.971.051,51	1.671.809,62	316,98%
(+) Imóveis	- 10.007,36	- 60.224,09	-83,38%
(+) Empréstimos (*)	2.329.207,75	1.112.060,84	109,45%
(-) Custeio	- 1.370.924,40	- 1.235.558,78	10,96%
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	29.467.177,13	- 31.989.611,35	-192,11%
(+) Benefícios Concedidos	19.081.029,02	12.106.643,08	57,61%
(+) Benefícios a Conceder	10.386.148,11	- 44.096.254,43	-123,55%
RESULTADO SUPERAVITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	221.385,08	48.445.877,60	- 1,00
RESULTADO DEFICITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	-	-	-
B) RESULTADO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	- 20.351.605,94	620.074,33	- 33,82

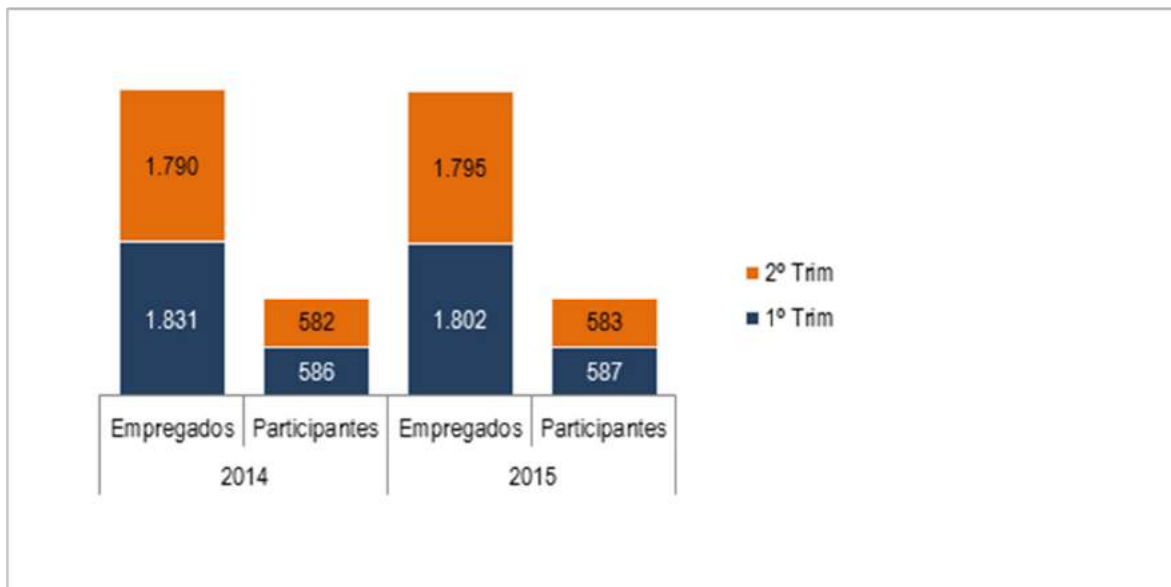
Observação:

O resultado contido no quadro acima na letra A – Resultado Anterior na coluna jun/14 – refere-se ao resultado do acumulado de dezembro de 2013; na coluna jun/15 o valor se refere ao resultado apurado em dezembro de 2014, portanto, quanto comparado ao acumulado no exercício atual a - letra D - em junho de 2015 teve uma redução de mais de 33%.

3. PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

3.1 PREVIDENCIAL

Gráfico 1 – Social – Empregados X Participantes



No último trimestre, houve 2 pedidos de inscrição no plano e 6 participantes requereram o cancelamento de inscrição, dos quais 5 se desligaram da Patrocinadora.

Gráfico 2 – Empregados X Participantes (PBI e CODEPREV)

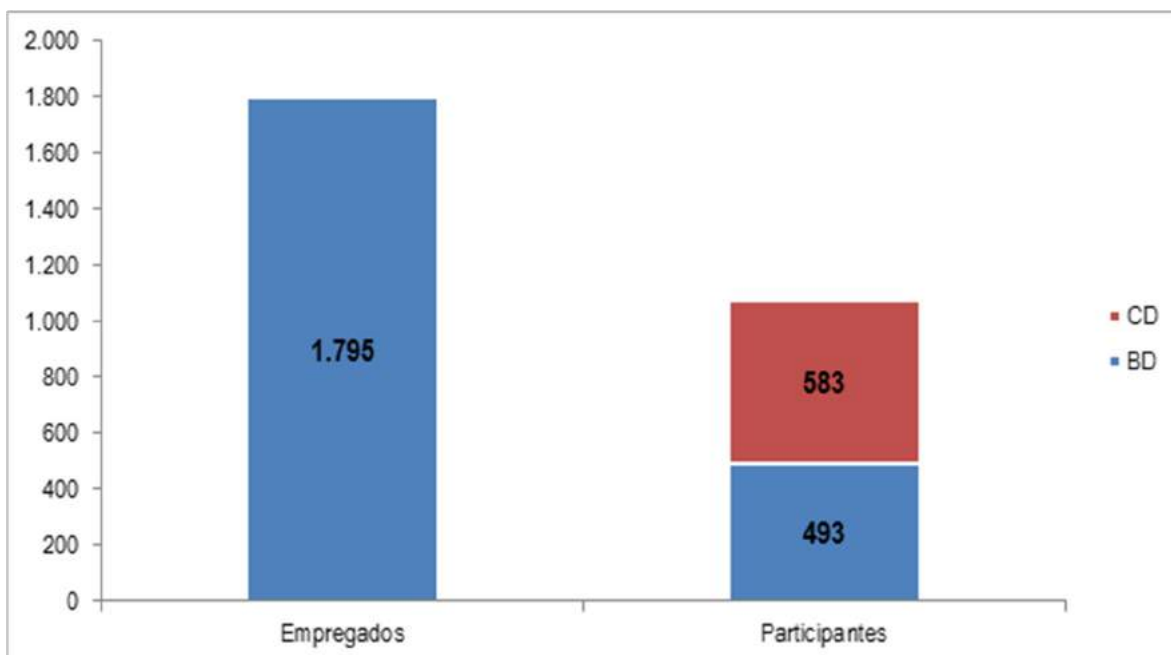
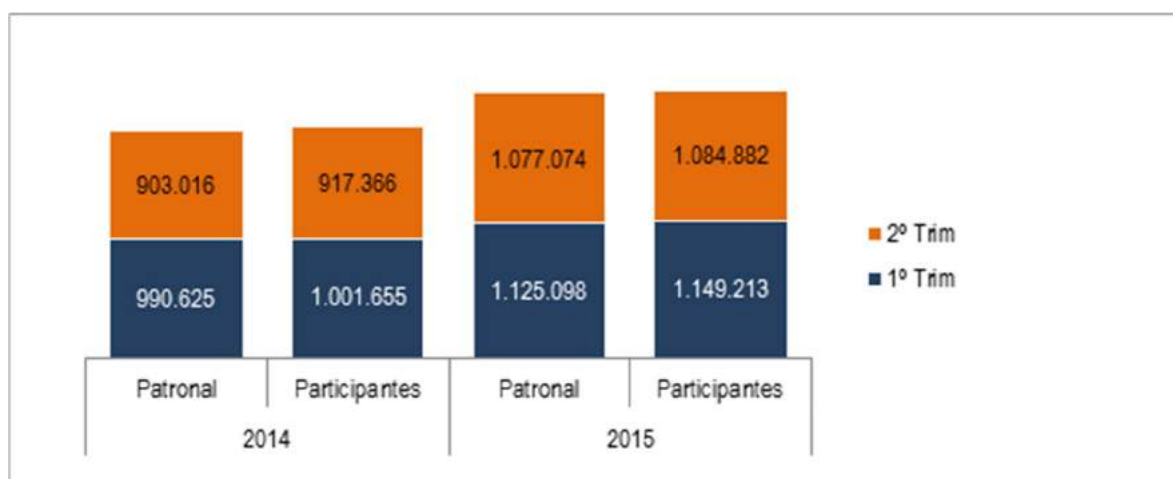


Gráfico 3 – Contribuições Participantes X Patronais – Em Mil Reais



A contribuição maior dos participantes deve-se ao fato de que 17 participantes contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora que é de 8%.

3.1.1 Despesas Previdenciárias (CODEPREV)

No 2º trimestre de 2015 foram gastos com Resgate de Contribuições um total de R\$ 70.817,15.

3.2 INVESTIMENTO

3.2.1 Enquadramento Legal

As inversões dos recursos correspondem às decisões estratégicas e táticas de investimentos. O objetivo de alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa Indicativa do Plano” (INPC+3,50%), premissa veiculada no simulador de adesão, considerada como objetivo primário da gestão está cotejada no quadro. No entanto, a SÃO FRANCISCO busca obter uma rentabilidade maior, tendo como referência aquela indicada na Política de Investimento, que é INPC + 5,50% a.a. A estrutura atual dos investimentos está concentrada nos Segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados. Assim, no encerramento do **Segundo Trimestre de 2015**, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2015/2019, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 2º Trimestre 2015 o valor total de R\$ 15.128.174,21 contra R\$ 9.855.191,97 em dezembro de 2014, registrando um crescimento nominal no período de 53,50%.

Quadro 1 – Alocação De Recursos

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD - CODEPREV

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA				DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO	CONCENTRAÇÃO EMISSÃO			abr/15	mai/15	jun/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																	S/CDI	S/REFERÊNCIA *
Art. 18	RENDA FIXA	14.441.760,03	100,00%	95,46%	100%	100%	100%		6,1		1,83%	1,22%	1,23%	4,34%	9,11%	17,06%	3,19%	-0,59%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	14.441.760,03	100,00%	95,46%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	6,1		1,83%	1,22%	1,23%	4,34%	9,11%	17,06%	3,19%	-0,59%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	14.441.760,03	100,00%	95,46%	-	-	-	100,00%	6,1	Soberano	1,83%	1,22%	1,23%	4,34%	9,11%	17,06%	3,19%	-0,59%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	686.414,18	100,00%	4,54%	0%	20%	20%		-		0,96%	0,91%	1,07%	2,97%	5,79%	11,60%	-0,12%	-3,91%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	686.414,18	100,00%	4,54%	0,00%	10,00%	10,00%		-		0,96%	0,91%	1,07%	2,97%	5,79%	11,60%	-0,12%	-3,91%
	SAGA SNAKE FIM	686.414,18	100,00%	4,54%					-		0,96%	0,91%	1,07%	2,97%	5,79%	11,60%	-0,12%	-3,91%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		15.128.174,21		100,00%					6,1		1,79%	1,22%	1,22%	4,29%	8,98%	16,86%	3,06%	-0,72%

- (*) Referência: INPC + 5,50% a.a.

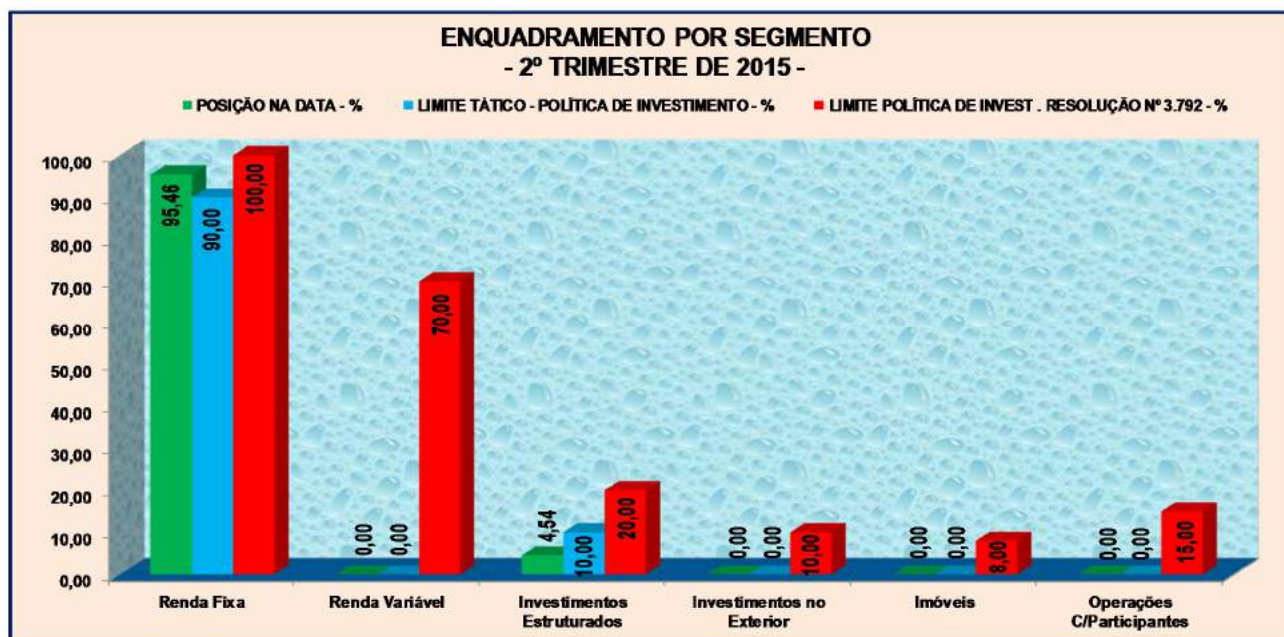
3.2.2 Acompanhamento Dos Ativos

3.2.2.1 Enquadramento – Política De Investimento

- Quadro 2 -

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2014 X 2015							
- 2º TRIMESTRE DE 2015 -							
ATIVOS DE INVESTIMENTOS SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PLANO DE BENEFÍCIO II - CD / CODEPREV				LIMITE TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792-CMN	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO
	VALOR EQUIVALENTE - EM REAIS - R\$						
	31.12.2014	% DE ALOCAÇÃO NA DATA - RESOL. Nº 3.792 -	30.06.2015	% DE ALOCAÇÃO NA DATA - RESOL. Nº 3.792 -			
				MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	
Renda Fixa	9.852.361,17	99,97	14.441.760,03	95,46	90,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
Investimentos Estruturados	2.830,80	0,03	686.414,18	4,54	10,00	20,00	10,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
Operações C/Participantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	9.855.191,97	100,00	15.128.174,21	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	13.876,93		14.089,49				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		-3.064,06				
TOTAL DO ATIVO DE INVESTIMENTO	9.869.068,90		15.139.199,64				

Gráfico 1 - Por Segmento Em Comparação Com a Alocação Tática Da Política De Investimento



Na condução da gestão do plano para os 2 (dois) primeiros anos de existência, devido ao pequeno valor acumulado e as condições mercadológicas, não houve programação voltada a assunção de riscos de crédito e a volatilidade dos ativos bursáteis. No entanto, havendo alterações julgadas perceptíveis, no sentido da retomada econômica, o plano já acumula reservas totais que permitem a redistribuição da macro alocação, com a correspondente incorporação de mais riscos.

3.2.2.2 Rentabilidade

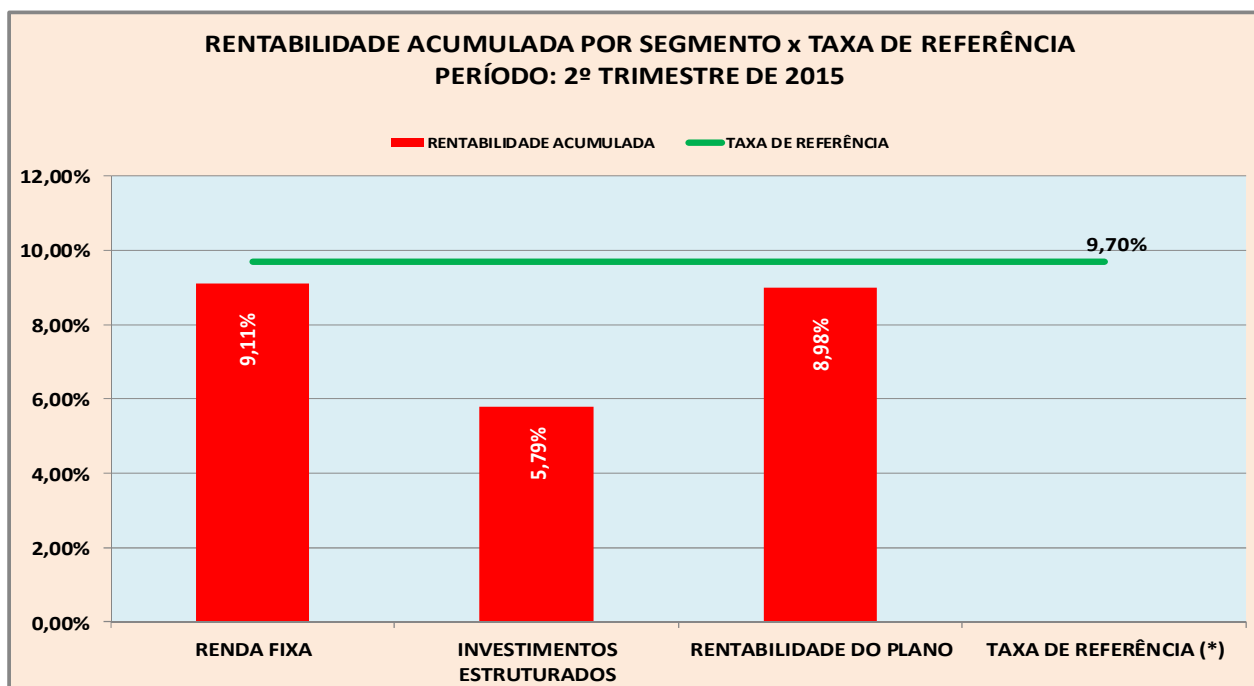
A rentabilidade nominal no 2º trimestre de 4,29%, contra 4,50% no 1º trimestre de 2015, acumula no ano desempenho positivo de 8,98%. Descontada a “Taxa Indicativa de Simulação” dos seis primeiros meses do ano - (INPC+3,50% a.a.) 8,66%, o desempenho se porta acima em 0,32%. Em que pese não atingir a taxa de referência de 9,70%, pelo fato de a variação do índice de inflação medido pelo INPC representar sobre o IPCA um excesso de 0,50 p.p., e o juros de 5,50% a.a. contribuir com 0,20 p.p., quando aplicado sobre a base do INPC, o desempenho do plano se iguala às expectativas de mercado caso a taxa de referência fosse o próprio IPCA.

- Quadro 3 -

RENTABILIDADE DO PLANO II/CD - CODEPREV				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE - 2º TRIMESTRE 2015			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,23%	4,34%	9,11%	17,06%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,07%	2,97%	5,79%	11,60%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,22%	4,29%	8,98%	16,86%
TAXA DE REFERÊNCIA (*)	1,22%	3,87%	9,70%	15,33%
TAXA INDICATIVA DO PLANO (**)	1,06%	3,38%	8,66%	13,14%
DIVERGÊNCIA S/TAXA INDICATIVA	0,16%	0,91%	0,32%	3,72%

(*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,50% a.a. - (**) - TAXA INDICATIVA DO PLANO: INPC + 3,50% a.a.

Gráfico 2 - Rentabilidade Acumulada Por Segmento - Ano



3.2.2.3 Operações Cursadas

As operações de compra refletem uma melhora na relação risco retorno do Plano, dado que os recursos alocados foram adquiridos com taxas superiores ao *Benchmark* da política, em ativos de risco soberano (NTN/B). Outro importante ponto consiste na identificação de que o prazo médio ainda se mantém acima de 5 anos, espelhando a aposta na melhora da economia no futuro, ao tempo que os PGBL's seguem mantendo suas carteiras focadas no curto prazo.

Cumprindo a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, demonstrasse abaixo que as taxas das operações respeitaram o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”, podendo ser observado no quadro abaixo.

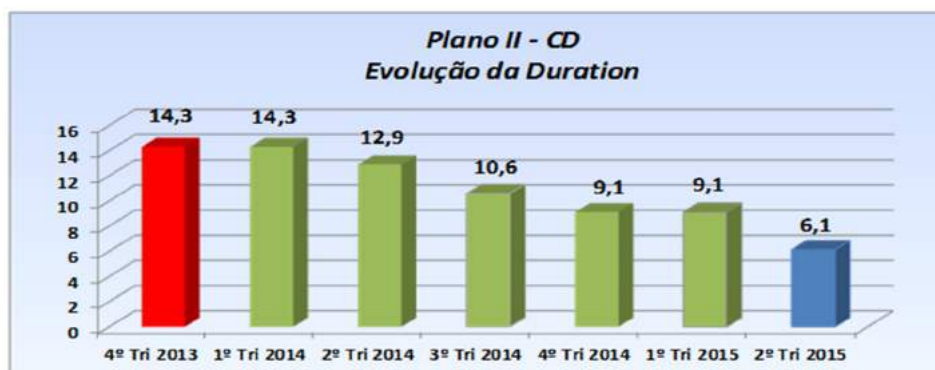
- Quadro 4 -

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - 2º TRIMESTRE 2015						
PLANO II - CD / CODEPREV						
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
30/04/2015	NTN-B 2016	6,9228	7,3386	7,4369	7,2000	2.176.211,62
07/05/2015	NTN-B 2019	6,4459	6,6981	6,9612	6,6000	1.538.838,69
21/05/2015	NTN-B 2019	6,2355	6,4570	6,7643	6,4400	234.490,31
TOTAL.....						3.949.540,62
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
30/04/2015	NTN-B 2035	5,8599	6,1505	6,3648	6,1900	1.139.080,08
	NTN-B 2045	5,8229	6,1156	6,3321	6,1900	1.037.389,06
TOTAL.....						2.176.469,14

3.2.2.4 Duration

A evolução do “*Duration*” do Plano, o tempo médio de recuperação do capital investido, no encerramento do 2º trimestre de 2015 alcançou 6,1 anos contra 12,9 anos no mesmo período de 2014. A redução observada deveu-se a realização de operações de arbitragem entre os vencimentos curtos e longos, além de compra líquida dos vencimentos curtos. A estratégia para o momento de crise atual permitiu reduzir a volatilidade dos preços dos ativos a mercado e, conseqüentemente, do valor da cota do plano, além, claro, de agregar performances. Assim que o ambiente permitir, fazendo com que a curva de juros da economia se comporte dentro do padrão, operações de arbitragens serão possíveis, no sentido inverso, alongando o *duration* novamente.

- Gráfico 3 -



3.2.3 Acompanhamento Orçamentário

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2015 registradas em “Valor Orçado” aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como “Valor Realizado”. O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 2º trimestre de 2015 fechou com valor realizado de R\$ 1.067.284,75 contra o valor orçado de R\$ 624.471,81, maior em 170,91%. São responsáveis pelo desvio: - a alta da inflação, estimada atualmente para superar os 9% no ano, enquanto a premissa era de pouco mais de 7% para o ano; alta das taxas de juros que possibilitaram a arbitragem dos vencimentos e, as compras líquidas, nas quais as taxas de aquisição superaram consideravelmente as utilizadas nas projeções.

Quadro 5 – Receitas Dos Investimentos

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS DOS INVESTIMENTOS FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO 2º TRIMESTRE / 2015									
PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD - CODEPREV									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	176.135,74	70.153,05	251,07%	1.062.041,47	553.113,12	192,01%	1.062.041,47	1.115.694,26	95,19%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	176.135,74	70.153,05	251,07%	1.062.041,47	553.113,12	192,01%	1.062.041,47	1.115.694,26	95,19%
NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-B	176.135,74	70.153,05	251,07%	1.062.041,47	553.113,12	192,01%	1.062.041,47	1.115.694,26	95,19%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7.010,42	42.241,20	16,60%	22.951,38	116.479,05	19,70%	22.951,38	564.523,28	4,07%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	7.010,42	42.241,20	16,60%	22.951,38	116.479,05	19,70%	22.951,38	564.523,28	4,07%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-3.064,06	-7.683,07	39,88%	-17.708,10	-45.120,36	39,25%	-17.708,10	-90.012,80	19,67%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	180.082,10	104.711,18	171,98%	1.067.284,75	624.471,81	170,91%	1.067.284,75	1.590.204,74	67,12%

(I) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.
 (II) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

3.3 CONTÁBIL
Quadro 1 – Balanço Patrimonial

ATIVO	Exercício Junho/2015	Exercício Junho/2014	PASSIVO	Exercício Junho/2015	Exercício Junho/2014
DISPONÍVEL	14.089,49	15.361,38	EXIGÍVEL OPERACIONAL	35.426,59	17.417,14
			Gestão Previdencial	32.362,53	17.417,14
REALIZÁVEL	15.852.839,24	5.608.329,67	Investimentos	3.064,06	-
Gestão Previdencial	724.665,03	580.571,22	PATRIMÔNIO SOCIAL	15.831.502,14	5.606.273,91
Investimentos	15.128.174,21	5.027.758,45	Patrimônio de Cobertura do Plano	14.218.529,59	4.961.166,52
Títulos Públicos	14.441.760,03	4.359.152,47	Provisões Matemáticas	14.218.529,59	4.961.166,52
Fundos de Investimento	686.414,18	668.605,98	Benefícios a Conceder	14.218.529,59	4.961.166,52
			Fundos	1.612.972,55	645.107,39
			Fundos Previdenciais	1.612.972,55	645.107,39
TOTAL DO ATIVO	15.866.928,73	5.623.691,05	TOTAL DO PASSIVO	15.866.928,73	5.623.691,05

Quadro 2 – Demonstração Da Mutação Do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO	Período Junho/2015	Período Junho/2014	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	10.522.007,41	1.670.837,21	100,00
1. Adic�es	5.515.126,08	4.018.924,28	37,23
(+) Contribui�es	4.447.841,33	3.809.124,64	16,77
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.067.284,75	209.799,64	408,72
2. Destina�es	(205.631,35)	(83.487,58)	146,30
(-) Resgate de Contribui�o	(72.039,65)	-	100,00
(-) Custeio Administrativo	(133.591,70)	(83.487,58)	60,01
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.309.494,73	3.935.436,70	34,92
(+/-) Provisões Matemáticas	4.807.922,40	3.504.705,32	37,18
(+/-) Fundos Previdenciais	501.572,33	430.731,38	16,45
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	15.831.502,14	5.606.273,91	182,39

Quadro 3 – Demonstrac o Do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO	Período Junho/2015	Período Junho/2014	Variacão (%)
1. Ativos	15.866.928,73	5.623.691,05	182,14
Disponível	14.089,49	15.361,38	(8,28)
Receb�vel	724.665,03	580.571,22	24,82
Investimento	15.128.174,21	5.027.758,45	200,89
Títulos Públicos	14.441.760,03	4.359.152,47	231,30
Fundos de Investimento	686.414,18	668.605,98	2,66
2. Obriga�es	(35.426,59)	(17.417,14)	103,40
Operacional	(35.426,59)	(17.417,14)	103,40
5. Ativo Líquido (1-2-3)	15.831.502,14	5.606.273,91	182,39
Provisões Matemáticas	14.218.529,59	4.961.166,52	186,60
Fundos Previdenciais	1.612.972,55	645.107,39	150,03

Quadro 4 – Demonstração Das Provisões Técnicas

DESCRIÇÃO	Período Junho/2015	Período Junho/2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	15.866.928,73	5.623.691,05	182,14
1. Provisões Matemáticas	14.218.529,59	4.961.166,52	186,60
1.2. Benefício a Conceder	14.218.529,59	4.961.166,52	186,60
Contribuição Definida	14.218.529,59	4.961.166,52	186,60
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	7.040.436,59	2.466.359,28	185,46
Saldo de Contas - parcela participantes	7.178.093,00	2.494.807,24	187,72
3. Fundos	1.612.972,55	645.107,39	150,03
3.1. Fundos Previdenciais	1.612.972,55	645.107,39	150,03
4. Exigível Operacional	35.426,59	17.417,14	103,40
4.1. Gestão Previdencial	32.362,53	17.417,14	85,81
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.064,06	-	100,00

A dinâmica contábil do Plano II (Codeprev) difere da do Plano I (BD) somente no tocante a apuração das contribuições. Como se trata de um plano em cotas, só há registro das contribuições efetivamente recebidas, dessa forma, não estão apropriadas as contribuições sobre o 13º salário, a serem vertidas em dezembro de 2015.

Cabe descortinar que a formação da cota do plano é apurada mensalmente e, sua utilização se dá como segue: - valores recebidos são convertidos em cotas pela cota de fechamento; valores pagos em resgates são convertidos pela cota de abertura.

O Conselho já definiu na forma de apuração da cota que: - cota de abertura se refere aquela apurada no mês anterior ao fato; - cota de fechamento se dará na apuração da cota do mês em curso.

3.3.1 Notas Explicativas

3.3.1.1 Realizável

3.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 357 mil;
- b) Participantes – R\$ 366 mil.

As provisões foram constituídas para serem liquidadas no mês de dezembro do corrente ano.

3.3.1.1.2 Investimentos

Os registros estão detalhados no quadro abaixo em R\$ mil conforme o balancete, para melhor entendimento:

- Quadro 5 -

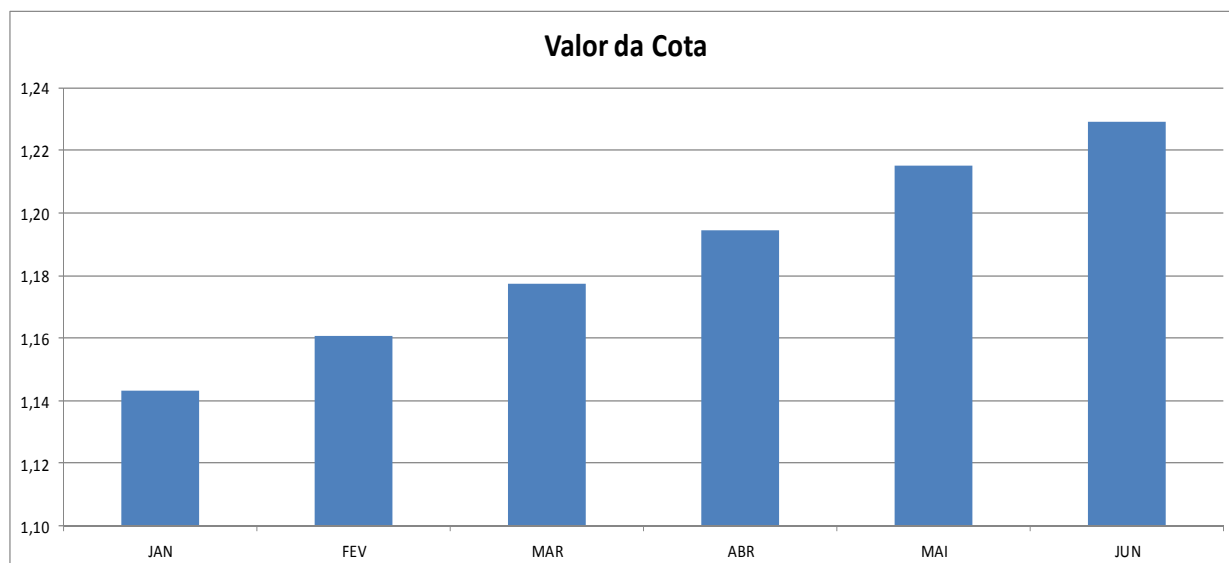
Plano Codeprev	jun/15	jun/14
Investimentos	15.128	5.027
Títulos Públicos	14.442	4.359
Fundos de Investimento	686	668
Multimercado	686	668

Os investimentos em Títulos Públicos continuam fundamentalmente como único ativo. A posição em Fundo de Investimento é fundamentalmente conjuntural, tendo em vista o fluxo de recursos. Visivelmente a área de investimento não vem considerando ampliar a alocação nessa modalidade. Tão logo haja recursos viáveis para a aquisição de Títulos Públicos, o investimento neles cresce e no fundo diminui. A precificação dos Títulos Públicos está seguindo a curva de compra, indicando a intenção da entidade de levar a resgate.

Quadro 6 – Evolução Da Cota Patrimonial Em 2015

EVOLUÇÃO DA COTA 2015			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
JAN	1,14	-2,14	-2,14%
FEV	1,16	1,55	-0,62%
MAR	1,18	1,41	0,77%
ABR	1,19	1,45	2,24%
MAI	1,22	1,73	4,01%
JUN	1,23	1,16	5,21%

Gráfico 1 – Valor Da Cota



Quadro 7 – Apuração Do Resultado Do Exercício

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CODEPREV			
DEFINIÇÃO	jun/15	jun/14	%
A) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.111.400,22	214.376,01	418%
1- CONTRIBUIÇÕES	4.314.249,63	R\$ 3.725.637,06	16%
(+) Patrocinadores	2.200.658,89	1.890.037,11	16%
(+) Participantes Ativos	2.247.182,44	1.919.087,53	17%
(-) Custeio	- 133.591,70	-R\$ 83.487,58	60%
2- DESTINAÇÕES	- 72.039,65	-	
(-) Benefícios	- 72.039,65	-	
3- INVESTIMENTOS	1.067.284,75	R\$ 209.799,64	409%
(+) Renda Fixa	1.062.041,47	R\$ 185.936,89	471%
(+) Renda Variável	22.951,38	R\$ 23.862,75	-4%
(-) Custeio	- 17.708,10	R\$ -	100%
4- FORMAÇÕES DE RESERVAS	4.807.922,40	R\$ 3.504.705,32	37%
(+) Benefícios a Conceder	4.807.922,40	3.504.705,32	37%
B) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2+3-4)	501.572,33	430.731,38	16%
C) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B)	1.612.972,55	R\$ 645.107,39	150%

Chama a atenção, o fato, da formação do Fundo Coletivo de Risco, tendo em vista que sua apreciação é vital para os participantes, porquanto cobre as contribuições a serem vertidas nos casos em que haja invalidez do indivíduo. Em função da capitalização gerada e do nível de adesão vis a vis à idade média dos participantes, o plano de custeio foi alterado e, a contribuição para o fundo foi reduzida de 14,56% para 10% no exercício anterior, em relação à contribuição total dos participantes e patrocinadoras.

4. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

4.1 ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

Gráfico 1 – Recursos Recebidos



Gráfico 2 – Demonstrativo Histórico Das Receitas



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos Planos de Custeio; reembolso das despesas com gestão dos investimentos; taxa de administração do Programa de Empréstimos a Participantes e rentabilidade do Fundo Administrativo.

As despesas de gestão dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio de despesas administrativas entre gestão previdencial e gestão de investimentos acrescido das despesas diretas da gestão dos investimentos.

A rentabilidade do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, e que estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I, tendo em vista que o Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundos específicos.

Gráfico 3 – Despesas Realizadas

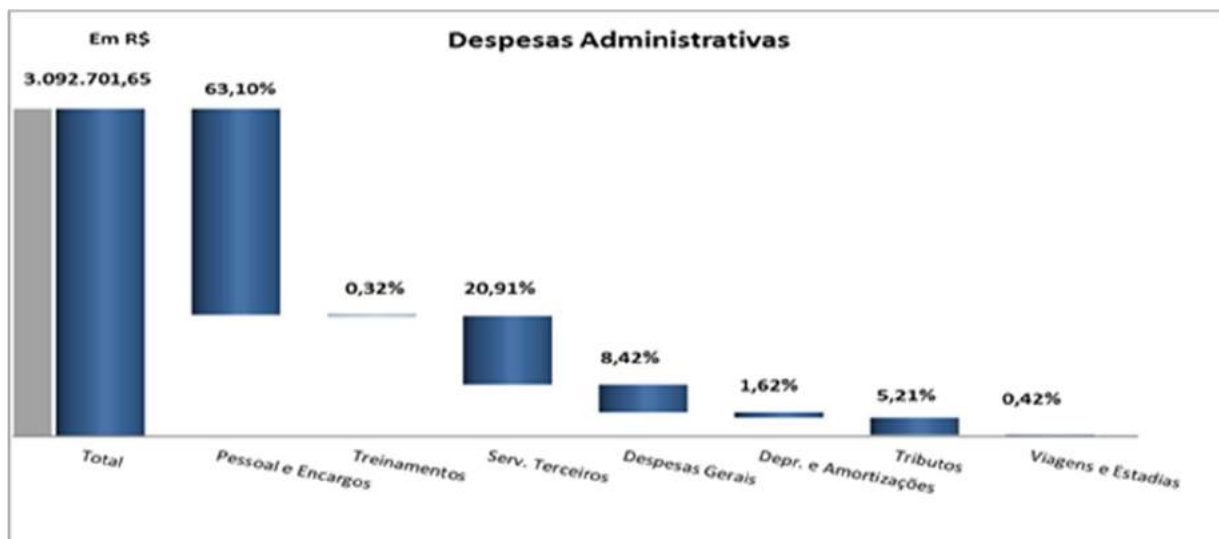
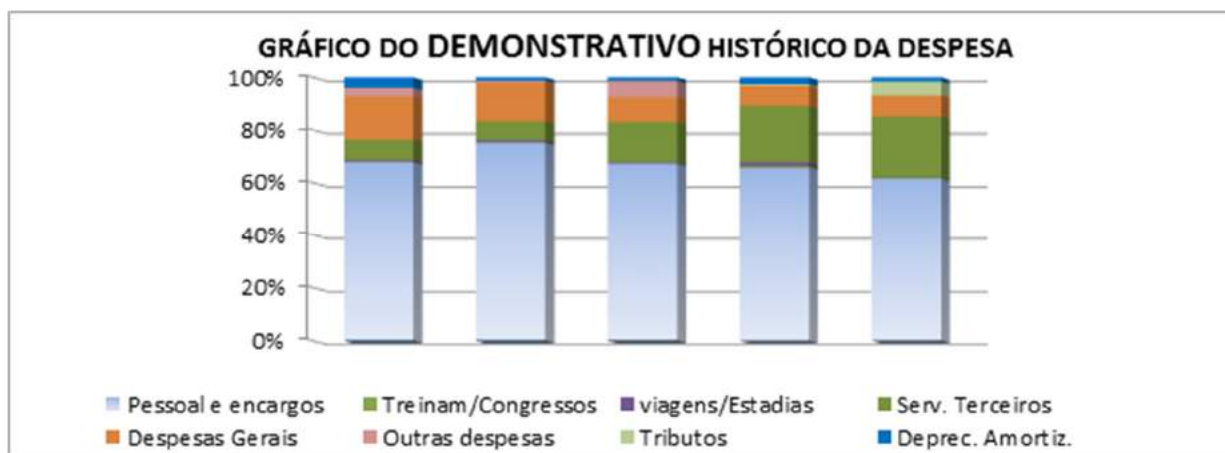


Gráfico 4 – Demonstrativo Histórico Da Despesa

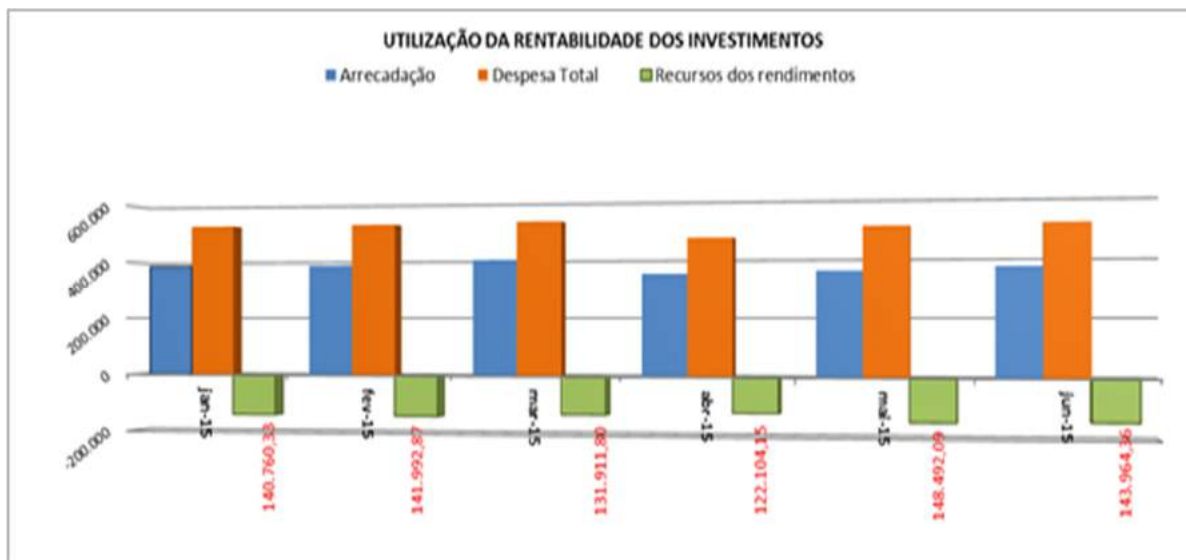


Quadro 1 – Acompanhamento Do Custeio

DESCRIÇÃO	ADM. PREVIDENCIAL	%	ADM. INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	874.843,55	27,08	1.388.632,50	42,98	967.699,74	29,95	3.231.175,79	100
Despesa	1.717.661,70	55,54	1.375.039,95	44,46	0,00		3.092.701,65	100
Diferença	-842.818,15	(27,25)	13.592,55	0,44	967.699,74		138.474,14	4,29

A soma da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo cobriram todos os gastos e geraram sobra equivalente a 4,29%. As sobras são lançadas como formação do referido fundo.

Gráfico 5 – Participação Do Rendimento Dos Investimentos



Neste trimestre foi necessária a utilização de recursos do rendimento das aplicações do Fundo Administrativo para fazer face aos gastos da entidade. Esses valores estão representados no gráfico acima pelas colunas situadas abaixo da linha zero.

Quadro 2 – Custeio – Base De Cálculo e Limites Legais

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES/CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 38.352.203,59	9%	R\$ 3.451.698,32
Montante dos recursos garantidores	R\$ 531.459.706,10	1%	R\$ 5.314.597,06
TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE			
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite (Soma das receitas previdenciais e de investimentos)	R\$ 2.263.476,05	5,90%	
		0,43%	

Relativamente ao quadro acima, os limites a serem observados de 9% (taxa de carregamento), incidente sobre a soma das receitas e das despesas previdenciais, ou de 1% (taxa de administração), incidente sobre a soma dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios I e II, dizem respeito ao valor anual, porém, o seu acompanhamento em cada trimestre visa antecipar eventuais desvios e possibilitar o ajuste dentro do exercício. Ressalte-se que, nos termos o art. 7º da Resolução CGPC/Nº 29/2009, os recursos oriundos do Fundo Administrativo não são computados para verificação do limite do custeio administrativo. Dessa forma, o valor do custeio a ser utilizado para fins análise desses limites é de R\$ 2.263.476,05.

Quadro 3 – Acompanhamento Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO DA S DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
2º Trimestre DE 2015						
PESSOAL E ENCARGOS	1.978.456,36	62,20	1.951.518,02	63,10	26.938,34	1,38
DIRIGENTES	547.701,90	17,22	589.901,72	19,07	(42.199,82)	-7,15
PESSOAL PRÓPRIO	1.430.754,46	44,98	1.361.616,30	44,03	69.138,16	5,08
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	24.595,88	0,77	9.763,95	0,32	14.831,93	151,91
VIAGENS E ESTADAS	17.659,90	0,56	13.122,72	0,42	4.537,18	34,57
SERVIÇOS DE TERCEIROS	524.914,94	16,50	646.529,81	20,91	(121.614,87)	-18,81
DESPESAS GERAIS	335.950,04	10,56	260.465,33	8,42	75.484,71	29,0
TAFIC - PLANO I	45.062,52	1,42	24.000,00	0,78	21.062,52	88
TAFIC - PLANO II	45.062,52	1,42	450,00	0,01	44.612,52	9914
Tributos	148.412,95	4,67	161.252,04	5,21	(12.839,09)	-8
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	150.815,28	4,74	50.049,78	1,62	100.765,50	201,33
TOTAL	3.180.806,36	100	3.082.701,86	100	88.103,70	2,77

O Quadro acima mostra os valores acumulados até o 2º trimestre.

As contas que apresentaram percentuais acima da projeção orçamentária estão expressas nas rubricas:

- **Tributos:** A estimativa baseada na média anual anterior se verificou abaixo do realizado neste semestre;
- **Serviços de terceiros:** Os desembolsos relevantes registrados na conta Serviços de Terceiros no primeiro trimestre refletem a maior parte do percentual apresentado. No segundo trimestre verificou-se apenas a diferença de 18,81%, referentes aos gastos que superaram os valores orçados, os quais estão demonstrados abaixo:

✓ **Serviços De Consultoria e Assessoria Jurídica:**

SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS	Serviços advocatícios referentes à ação rescisória, referente ao processo nº 2014.111.0155-9 - 11ª Vara Cível da Comarca de Aracaju - SE.	R\$ 18.770,00
----------------------------------	---	---------------

✓ **Serviços de Contingência Realizados no Trimestre:**

RECALL DO BRASIL	Sistema de gerenciamento e armazenamento de imagens do acervo da Fundação São Francisco.	R\$ 9.136,31
-------------------------	--	--------------

- **Dirigentes:** A conta “dirigentes” apresentou uma diferença de 7,15 % acima do projetado devido à contabilização da remuneração do diretor de finanças que, por ser funcionário da São Francisco, mas ocupa um cargo de diretoria, tem sua remuneração deduzida desta conta sendo que o orçamento para esta despesa foi efetuado em pessoal próprio. Sobrando uma quantia de R\$ 69.138,16 que seria destinado a esta despesa.

Pela execução orçamentária, a despesa acumulada no 2º trimestre encerrou com um valor total abaixo do projetado, em 2,77% ou o equivalente a R\$ 88.103,70.



Investimento em imobilizado – Realizado no trimestre seguiu a proposta orçamentaria aprovada pelo Conselho Deliberativo:

- ✓ **Aquisição de Equipamentos e Softwares:** Foram adquiridos equipamentos e softwares para melhor assegurar desempenho e segurança aos sistemas. Esses produtos possibilitaram melhorias nos ambientes de testes e homologações de aplicativos, preservando os processos de produção e os dados armazenados.

DELL COMPUTADORES	Aquisição de 01 Servidor; 03 Microcomputadores; 01 DVR; 01 Banco de Dados SQL e Sistema Operacional.	R\$ 51.931,64
2R TECNOLOGIA	Aquisição de 06 Câmeras de Segurança Infravermelho.	R\$ 3.689,00

4.2 INVESTIMENTO

4.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da SÃO FRANCISCO, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

Quadro 1 – Alocação De Recursos

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA														
ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/15	mai/15	jun/15	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI	S/REFERÊNCIA *
Art. 18	RENDA FIXA	10.750.004,03	100,00%	96,27%	11,7		1,48%	1,06%	1,19%	3,78%	9,27%	15,85%	3,35%	-0,43%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	10.750.004,03	100,00%	96,27%	11,7		1,48%	1,06%	1,19%	3,78%	9,27%	15,85%	3,35%	-0,43%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	10.750.004,03	100,00%	96,27%	11,7	Soberano	1,48%	1,06%	1,19%	3,78%	9,27%	15,85%	3,35%	-0,43%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	416.092,22	100,00%	3,73%	-		0,96%	0,95%	1,06%	3,00%	5,81%	11,73%	-0,11%	-3,89%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	416.092,22	100,00%	3,73%	-		0,96%	0,95%	1,06%	3,00%	5,81%	11,73%	-0,11%	-3,89%
	SAGA SNAKE FIM	416.092,22	100,00%	3,73%	-		0,96%	0,95%	1,06%	3,00%	5,81%	11,73%	-0,11%	-3,89%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		11.166.096,25		100,00%	11,7		1,46%	1,05%	1,18%	3,74%	9,10%	15,64%	3,19%	-0,60%

- (*) Referência: INPC + 5,50% a.a.

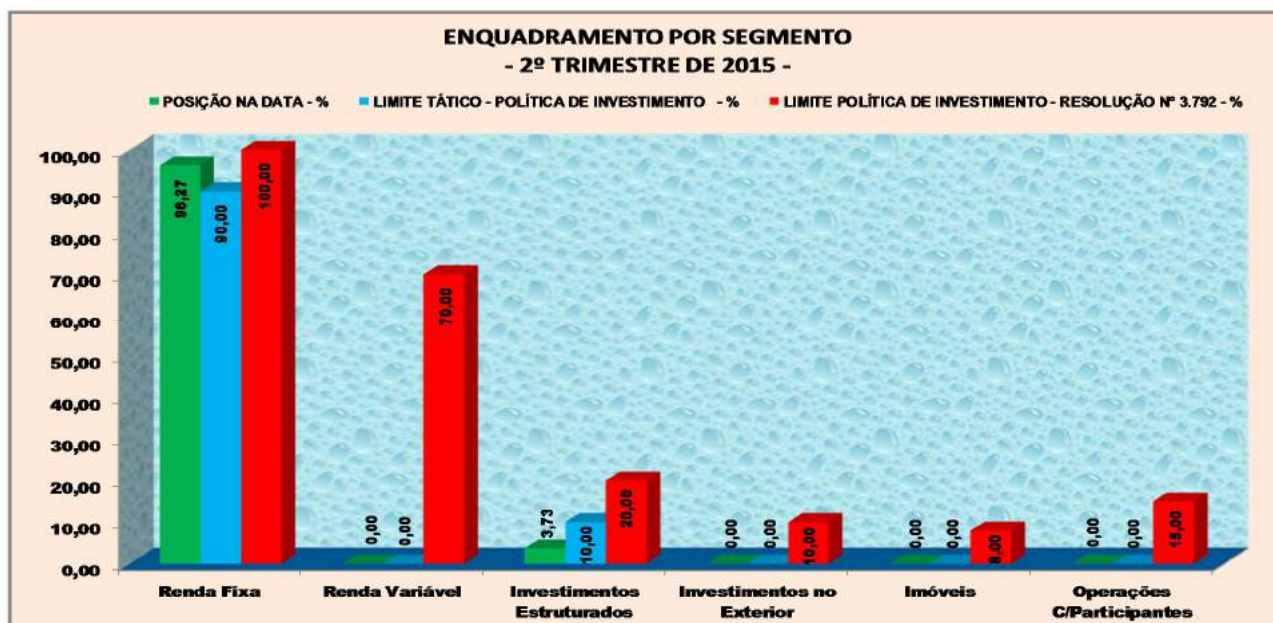
O **Enquadramento** corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa de Referência do Plano” (INPC+5,50%), bem assim, com riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos Segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados, encontrando-se no encerramento do Segundo Trimestre de 2015, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2015/2019, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 2º Trimestre 2015 o valor total de R\$ 11.166.096,25 contra R\$ 11.025.269,68 em dezembro de 2014, registrando um crescimento nominal no período de 1,28%.

Quadro 2 – Política De Investimento

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2014 X 2015							
- 2º TRIMESTRE DE 2015 -							
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792-CMN	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO
	VALOR EQUIVALENTE - EM REAIS - R\$						
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2014	% DE ALOCAÇÃO NA DATA - RESOL. Nº 3.792 -	30.06.2015	% DE ALOCAÇÃO NA DATA - RESOL. Nº 3.792 -	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %
Renda Fixa	10.446.853,83	94,75	10.750.004,03	96,27	90,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
Investimentos Estruturados	578.415,85	5,25	416.092,22	3,73	10,00	20,00	10,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
Operações C/Participantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.025.269,68	100,00	11.166.096,25	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	38.332,90		31.364,20				
(-) Exigível de Investimentos	-233.325,19		0,00				
TOTAL DO ATIVO DE INVESTIMENTO	10.830.277,39		11.197.460,45				

Gráfico 1 - Por Segmento Em Comparação Com a Alocação Tática Da Política De Investimento



4.2.2 Rentabilidade

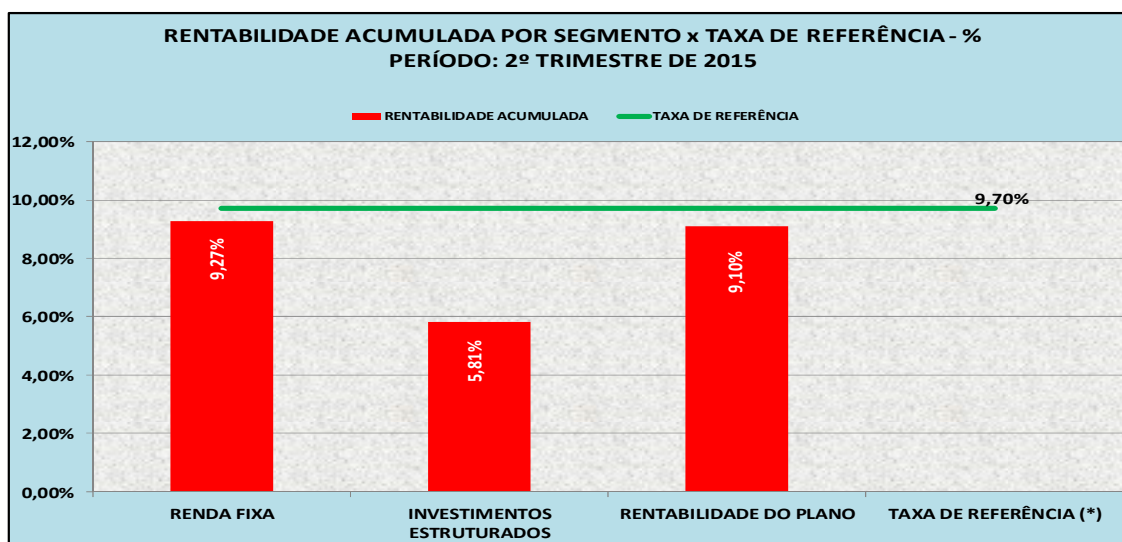
No 2º trimestre atingiu 3,74% contra 5,18% no 1º trimestre de 2015, acumulando no ano um desempenho positivo de 9,10%. Descontada a “Taxa de Referência” acumulada nos seis primeiros meses do ano - (INPC+5,50% a.a.) de **9,70%**, o desempenho é 0,60p.p. menor. Aqui se identifica com clareza o descasamento entre os Índices INPC e IPCA, em que o primeiro supera o segundo em 0,50p.p., logo, a incidência dos juros sobre a base maior leva a um acúmulo de juros de mais 0,20p.p.. Necessariamente esclarece de forma definitiva que o desempenho foi afetado somente pelo descasamento dos índices. Cabe lembrar ainda que não existem ativos negociados no mercado indexados a INPC, sem que se eleve o risco de crédito.

- Quadro 3 -

RENTABILIDADE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE - 2º TRIMESTRE 2015			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,19%	3,78%	9,27%	15,85%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,06%	3,00%	5,81%	11,73%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,18%	3,74%	9,10%	15,64%
TAXA DE REFERÊNCIA (*)	1,22%	3,87%	9,70%	15,33%
DIVERGÊNCIA S/TAXA DE REFERÊNCIA	(0,04%)	(0,13%)	(0,60%)	0,31%

(*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,50% a.a.

- Gráfico 2 -



4.2.3 Operações Cursadas

No decorrer do 2º trimestre de 2015 foi realizada operação de compra com recursos oriundos do resgate final da NTN-B vencida em 15.05.2015. Em relação à Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, as taxas das operações respeitaram o intervalo indicativo do relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”.

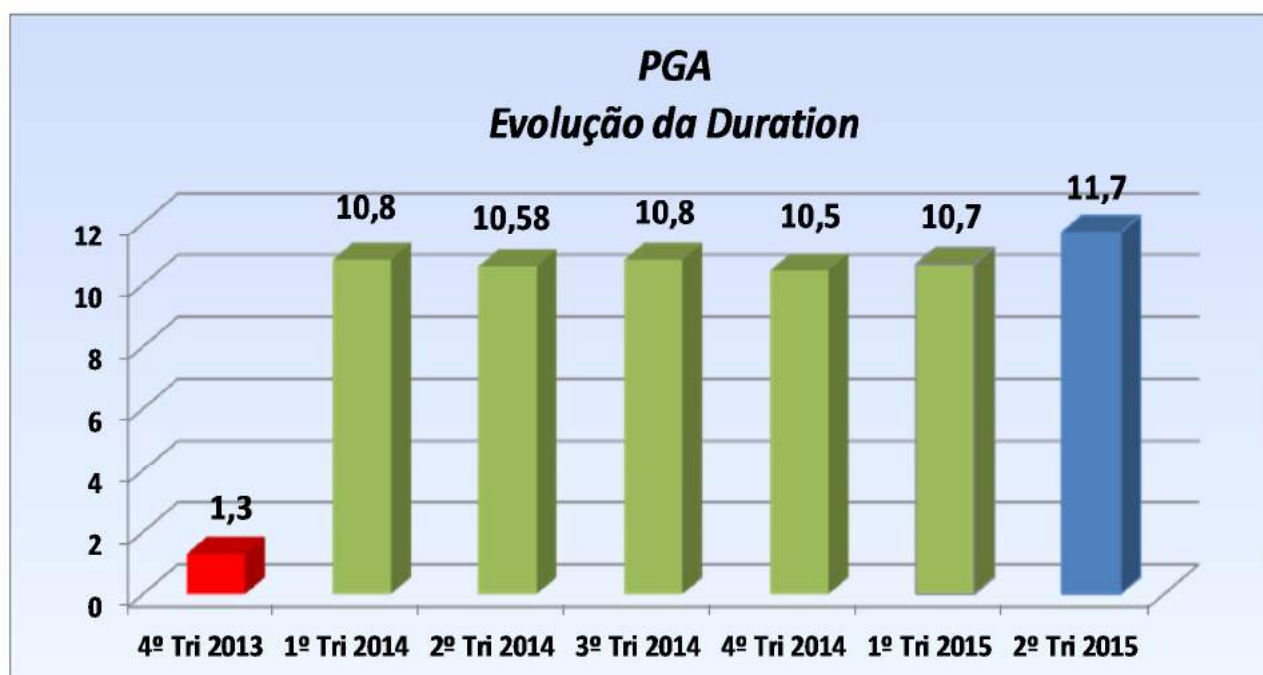
- Quadro 4 -

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - 2º TRIMESTRE 2015						
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA						
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
21/05/2015	NTN-B 2019	6,2355	6,4570	6,7643	6,3700	2.370.957,60
OBS: RECURSOS RELATIVOS A RESGATE FINAL DE NTN-B - OCORRIDO EM 15.05.2015						

4.2.4 Duration

No encerramento do 2º trimestre de 2015 o “Duration” alcançou 11,7 anos contra 10,58 anos no mesmo período de 2014.

- Gráfico 3 -



4.2.5 Acompanhamento Orçamentário

O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 2º trimestre de 2015 possui valor realizado de R\$ 967.699,74 contra o valor orçado de R\$ 734.714,82 ou 131,71%, maior que o projetado. Quando se observa as mesmas rubricas acumuladas no ano, enquanto o alvo seria de 50%, as receitas realizadas superam as projetadas em 16,75%, ou R\$ 242 mil. O desvio foi provocado pela diferença entre a inflação utilizada na projeção, apontando para algo superior a 7% para 2015, e a atualmente realizada que aponta para variações superiores a 9%. Contribui também a elevação dos juros dos títulos de renda fixa, principalmente as NTN's, haja vista que a compra levada a efeito supera sobremaneira a utilizada no cenário prospectivo em que foi realizado o orçamento.

Quadro 1 – Receitas Dos Investimentos

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS DOS INVESTIMENTOS FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO 2º TRIMESTRE / 2015									
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	126.430,00	86.353,86	146,41%	941.623,37	669.064,72	140,74%	941.623,37	1.192.848,80	78,94%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	126.430,00	0,00	NA	941.623,37	0,00	NA	941.623,37	0,00	NA
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	126.430,00	0,00	NA	941.623,37	0,00	NA	941.623,37	0,00	NA
EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	0,00	86.353,86	0,00%	0,00	669.064,72	0,00%	0,00	1.192.848,80	0,00%
CDB	0,00	86.353,86	0,00%	0,00	669.064,72	0,00%	0,00	1.192.848,80	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	5.723,79	34.164,82	16,75%	26.076,37	65.650,10	39,72%	26.076,37	256.833,56	10,15%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	5.723,79	34.164,82	16,75%	26.076,37	65.650,10	39,72%	26.076,37	256.833,56	10,15%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	132.153,79	120.518,68	109,65%	967.699,74	734.714,82	131,71%	967.699,74	1.449.682,36	66,75%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.
(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

4.3 CONTÁBIL
Quadro 1 – Balanço Patrimonial

ATIVO	Exercício Junho/2015	Exercício Junho/2014	PASSIVO	Exercício Junho/2015	Exercício Junho/2014
DISPONÍVEL	31.364,20	40.352,68	EXIGÍVEL OPERACIONAL	622.455,52	480.751,00
REALIZÁVEL	15.044.165,21	13.782.962,60	Gestão Previdencial	-	-
Gestão Previdencial	-	-	Gestão Administrativa	622.455,52	480.751,00
Gestão Administrativa	3.878.068,96	2.563.123,86	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	4.603.604,60	3.457.804,35
Investimentos	11.166.096,25	11.219.838,74	Gestão Administrativa	4.603.604,60	3.457.804,35
Títulos Públicos	10.750.004,03	10.161.826,94	PATRIMÔNIO SOCIAL	13.079.290,05	12.898.585,57
Fundos de Investimento	416.092,22	1.058.011,80	FUNDOS	13.079.290,05	12.898.585,57
PERMANENTE	3.229.820,76	3.013.825,64	Fundos Administrativos	13.079.290,05	12.898.585,57
Imobilizado	3.192.299,41	3.008.569,94			
Diferido	37.521,35	5.255,70			
TOTAL DO ATIVO	18.305.350,17	16.837.140,92	TOTAL DO PASSIVO	18.305.350,17	16.837.140,92

Quadro 2 – Demonstração Do Plano De Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	Período Junho/2015	Período Junho/2014	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	12.940.815,91	12.574.727,63	2,91
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.231.175,79	3.059.309,56	5,62
1.1. Receitas	3.231.175,79	3.059.309,56	5,62
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	874.843,55	791.371,80	10,55
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.375.039,97	1.214.891,52	13,18
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	13.592,53	20.667,26	-34,23
Resultado Positivo dos Investimentos	967.699,74	1.032.378,98	-6,27
2. Despesas Administrativas	3.092.701,65	2.735.451,62	13,06
2.1. Administração Previdencial	1.717.661,70	1.505.211,08	14,11
Pessoal e encargos	1.153.152,27	1.016.454,34	13,45
Treinamentos/congressos e seminários	5.226,58	1.920,00	172,22
Viagens e estadias	9.298,47	12.176,03	-23,63
Serviços de terceiros	296.900,69	230.224,77	28,96
Despesas gerais	135.076,49	112.348,60	20,23
Depreciações e amortizações	25.024,90	37.629,31	-33,50
Contingências	-	37.051,24	-100,00
Tributos	92.532,30	51.399,29	80,03
Despesas Específicas - TAFIC	450,00	6.007,50	-92,51
2.2. Administração dos Investimentos	1.375.039,95	1.230.240,54	11,77
Pessoal e encargos	798.365,75	747.147,55	6,86
Treinamentos/congressos e seminários	4.537,37	1.232,00	268,29
Viagens e estadias	3.824,25	5.483,87	-30,26
Serviços de terceiros	349.629,12	274.983,77	27,15
Despesas gerais	106.938,84	101.309,47	5,56
Depreciações e amortizações	25.024,88	37.562,68	-33,38
Tributos	68.719,74	56.513,70	21,60
Despesas Específicas - TAFIC	18.000,00	6.007,50	199,63
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	138.474,14	323.857,94	-57,24
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	138.474,14	323.857,94	-57,24
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.079.290,05	12.898.585,57	1,40

O Plano é destinado a demonstrar como a empresa Fundação São Francisco é gerida e quais partes compõem seu patrimônio empresarial.

Como empresa prestadora de serviço de formação especial, haja vista seu exclusivo objeto social, todo o valor nele existente é detido pelos planos que a entidade gere. Em função dessa peculiaridade, o fundo existente, para ser constituído, possui seu resultado apurado em função das diretrizes orçamentárias fixadas pelo Conselho Deliberativo, objetivando demonstrar as receitas e gastos incorridos nos serviços prestados aos planos BD I e CODEPREV, pela fundação.

4.3.1 Custeio

O quadro abaixo mostra o comportamento do custeio administrativo frente aos limites legais.

Quadro 3 – Valores Do Custeio Administrativo e Seus Limites (R\$ mil)

DESCRIÇÃO	VALORES APROPRIADOS R\$ mil	LIMITES LEGAIS R\$ mil	
		TAXA CARREGAMENTO 9%	TAXA ADMINISTRATIVA 1%
Recursos Garantidores	531.460		5.315
Recursos Previdenciais (Receita+Despesa)	38.352	3.452	
		LIMITES APURADOS %	
Custeio Arrecadado do Exercício	2.263	5,90	0,43
Custeio Previdencial	875		
Custeio Investimento	1.389		

Quadro 4 – Avaliação Do Custeio X Gastos (R\$ mil)

Custeio Total			
	Descrição	Valor	Despesas / Receitas em %
Receita	Custeio de Carregamento	874,84	27%
	Custeio dos Investimentos	1.388,63	43%
	Fluxo dos Investimentos - PGA	967,70	30%
	Total	3.231,18	100%
Despesa	Previdencial	1.717,66	53%
	Investimentos	1.375,04	42%
	Provisão PIS/CONFINS/CSLL	150,25	5%
	Total	3.242,95	100%

O total do custeio transferido dos planos até junho/2015 para o PGA foi de R\$ 2.263 mil correspondendo a 5,90% do total dos Recursos Previdenciais, quando o limite legal é de 9%.

Ainda sobre o custeio, deve-se observar seu comportamento frente ao realizável o que relativamente representa 0,42%. Portanto, inferior ao limite imposto pela Resolução/CGPC/ nº 29, de 31 de agosto de 2009, que determinou o máximo de 1% como taxa de administração.

Registre-se que o Conselho Deliberativo, quando da apreciação da peça orçamentária para o exercício de 2015, definiu que o limite do custeio administrativo deve ser o correspondente à taxa de carregamento, ou seja, 9% da soma das receitas e despesas previdenciárias.

Os fundamentos destas notas encontram-se detalhadas nos arts. 22 e 23 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no art. 2º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, nos arts. 11, inciso VIII, e 25, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e no art. 3º da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

4.3.2 Notas Explicativas

4.3.2.1 Realizável

4.3.2.1.1 Gestão Administrativa

- d) Contribuição p/ Custeio do PGA – 128 mil;
- e) Adiantamento a Empregados/Empréstimo Férias/Férias – R\$ 110 mil;
- f) Custeio p/ Gastos com Administração dos Investimentos – R\$ 228 mil;
- g) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.235 mil.

Na letra “a” os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de junho/2015, as quais serão liquidadas no mês de julho.

A letra “b” refere-se à provisão de empréstimo férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são pagos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda do Plano de Benefícios a ser realizado no mês de junho/2015, item 2.2 letra “c”.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS, IR e Ações Trabalhistas depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 376 mil e R\$ 2.802 mil, respectivamente.

4.3.2.1.2 Investimentos

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos em R\$ mil da seguinte forma:

- Quadro 5 -

Plano de Gestão Administrativa	jun/15	jun/14
Investimentos	11.166	11.219
Títulos Públicos	10.750	10.161
Fundos de Investimento	416	1.058
Multimercado	416	1.058

4.3.2.2 Exigível Operacional

4.3.2.2.1 – Gestão Administrativa

- 1) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros – R\$ 558 mil;
- 2) Retenções a Recolher (valores retidos de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 35 mil;
- 3) Provisão de Férias/ INSS/FGTS – R\$ 319 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de junho/2015, as quais serão liquidadas em dezembro/2015.

4.3.2.3 Exigível Contingencial
4.3.2.3.1 – Gestão Administrativa

- 2 Provisão de PIS – R\$ 376 mil
- 3 Provisão de COFINS – R\$ 2.802 mil
- 4 Provisão de IR – R\$ 56 mil
- 5 Provisão de CSLL – R\$ 1.367 mil

Os valores especificados nas letras “a”, “b”, “c” e “d”, correspondem a depósitos judiciais registrados no item 1.1. - Gestão Administrativa letra “d”.

Com relação à Provisão de CLSS, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

Quadro 6 – Receitas X Despesas Administrativas

<i>Custeios Oriundos</i>				<i>Despesas com a Gestão</i>		
<i>Contribuição dos Planos</i>	<i>Investimento dos Planos</i>	<i>Resultado Investimento PGA</i>	<i>Total</i>	<i>Previdencial</i>	<i>Investimentos</i>	<i>Total</i>
874,84	1.388,63	967,70	3.231,18	1.717,66	1.375,04	3.092,70

As receitas oriundas dos Planos de Benefícios (carregamento sobre as contribuições e reembolso das despesas com investimentos) totalizaram R\$ 2.263,47 mil, que adicionado do resultado do Fundo Administrativo R\$ 967,70 mil, atinge a cifra de R\$ 3.231,18 mil.

Os gastos totais distribuídos em Gestão Administrativa Previdencial e Gestão Administrativa dos Investimentos foram de R\$ 3.092,70 mil, mensurada de acordo com o critério de rateio estipulado pela Diretoria Executiva, aprovado pelo Conselho Deliberativo por ocasião da formulação do orçamento de 2015.

O critério de rateio estabelecido em função dos centros de custos, departamentalização organizacional, recebeu um percentual de rateio segundo as atividades praticadas por cada área.

A taxa de carregamento é cobrada sobre as contribuições vertidas ao plano e tem por finalidade custear as despesas administrativas vinculadas à atividade previdencial. Já a receita dos investimentos advém da mensuração das despesas relacionadas à atividade de investimento, acrescida da taxa de administração cobrada por ocasião da concessão dos empréstimos. Com relação a essa última, vem-se observando sua redução devido ao menor número de contratos firmados a cada exercício.

Conclusão:

O Fundo Administrativo do Plano de Gestão passou de R\$ 12.961 mil em janeiro de 2015, para R\$ 13.079 mil em junho do corrente ano, o que corresponde a uma variação positiva de 0,91%.